

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**CONSÓRCIO CEDERJ:  
as fragilidades de duas dimensões da organização**

**DJENANE LUISA FREIRE**

**Rio de Janeiro  
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**DJENANE LUISA FREIRE**

**CONSÓRCIO CEDERJ:  
as fragilidades de duas dimensões da organização**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa Políticas e Instituições Educacionais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Jairo Vieira

**Rio de Janeiro  
2013**

FREIRE, Djenane Luisa

CONSÓRCIO CEDERJ: as fragilidades de duas dimensões da organização/ Djenane Luisa Freire. Rio de Janeiro, UFRJ/FE/PPGE, 2013. **133 f.**

Orientador: José Jairo Vieira

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/FE/Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013

Referências Bibliográficas/Fontes: f.

1. Consórcio CCEDERJ. 2. Educação à Distância. 3. Colaboração entre entes federados. I. VIEIRA, José Jairo. II Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação.

**CONSÓRCIO CEDERJ:  
as fragilidades de duas dimensões da organização**

**DJENANE LUISA FREIRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa Políticas e Instituições Educacionais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

**Banca Examinadora**

---

**Prof. Dr. José Jairo Vieira - Orientador  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

---

**Profa. Dra. Daniela Patti do Amaral  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

---

**Profa. Dra. Andréa Lopes da Costa Vieira  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)**

## Agradecimentos

São muitos os que deveriam estar nessa lista de agradecimentos, mas terei nesse pouco espaço que citar todos que merecem estar aqui presentes. Estou certa de que esquecerei de alguns, mas com certeza estarão presentes em minha memória.

Nessa lista, constam pessoas que já se foram, que permanecem e que surgiram, todas importantes para minha trajetória.

Uma das minhas primeira incentivadora foi minha avó Noêmia, que apesar de nunca ter frequentado uma escola, soube entender a importância da educação e dedicou todos seus esforços para que eu pudesse estar nas melhores escolas que seu dinheiro poderia pagar. Ela entendia que a educação era o principal bem que ela poderia me deixar, e deixou. Passou esse legado para minha mãe, que deu continuidade aos esforços da minha avó, com todo o louvor, estando presente para vivenciar minha vitória.

Outra pessoa que já se foi e que merece os maiores agradecimentos é meu querido ex-sogro, Sr. Crizólito, a quem eu devo o fato de ter retornado à universidade. Seu incentivo me fez perceber que eu deveria retornar ao caminho de que nunca deveria ter saído. Além do incentivo, ofereceu-me a paz que eu precisava para voltar a estudar: um lindo jardim e uma praia ao fundo foram os cenários de anos de estudo.

Não poderia de deixar de agradecer a Mônica Ron-Ren, que dentro da universidade foi quem me deu forças para continuar e incentivo para aprimorar o que precisava de mais dedicação da minha parte. A ela agradeço cada palavra de tranquilidade em momentos difíceis que me fizeram permanecer na luta. Com ela, também, aprendi a pesquisar. Foram longas tardes ao lado de Mônica dentro da biblioteca do Fórum de Ciência e Cultura, buscando documentos para pesquisa. Organização, dedicação e senso crítico são qualidades que adquiri através dessa convivência.

Após listar os que já se foram, passo agora para os agradecimentos aos que estão entre nós. São muitos, e nem todos poderão estar presentes nessas palavras. A primeira delas é minha mãe, que deu continuidade aos esforços de minha vó e sempre me dedicou o que tinha de melhor para que eu pudesse estudar.

Ao meu eterno orientador Luiz Antonio Cunha, que, apesar de não ter vindo comigo até o fim, ensinou-me muito mais do que conteúdos acadêmicos. Ele foi meu orientador de vida e fez com que muitas qualidades que eu não sabia ter, florescessem. Ensinou-me a persistir, a me dedicar e evitou alguns tropeços que eu poderia ter. Teve muita paciência, mas é um orientador nato.

Ao meu atual orientador, agradeço por aceitar o desafio e confiar em mim. Foi capaz de perceber as possibilidades e de trabalhar tirando o melhor de mim. Passou-me paz e tranquilidade, além de entender e compreender que somos diferentes, e que dentro das nossas diferenças, sempre há o que aprender com elas. Soube entender meu momento e me fazer acreditar novamente na minha capacidade. Foi a pessoa certa, no momento certo.

Porém, de todas as pessoas aqui enumeradas, meu agradecimento mais especial vai para quem eu deixei por último na lista, a professora, amiga, querida Daniela Patti do Amaral. Seu protagonismo nos últimos anos na minha vida foi essencial para que muita coisa acontecesse. Seu exemplo de luta, dedicação e competência inspiraram cada dia de trabalho, de cansaço e me fizeram compreender que eu posso.

## RESUMO

A expansão do Ensino Superior tem sido, sem dúvida, um dos principais objetivos da Educação à Distância (EaD) no Brasil, com foco na formação de professores, na democratização e na inclusão. Esta dissertação teve como objetivo analisar a estrutura e funcionamento do Consórcio CEDERJ, observando suas adequações e dificuldades para o alcance de seus objetivos institucionais propostos. Para além disto, compreendemos o Consórcio como uma Política Pública de democratização e inclusão no Ensino Superior. Partimos da hipótese de que algumas áreas dessa estrutura ainda apresentam fragilidades no seu funcionamento. No desenvolvimento da pesquisa selecionamos com foco da análise duas dimensões da sua organização: a colaboração entre os entes federados (União, Estado e Municípios) e o consorciamento entre as universidades (UFRJ, UNIRIO, UERJ, UFF, UFRRJ, UENF e CEFET). Desta forma, num primeiro momento, a fim de analisar as dimensões citadas, optamos por fazer uma descrição do Consórcio Cederj, objetivando clarificar como se dá a colaboração entre os entes federados e o consorciamento das universidades na referida instituição. Em seguida, dando segmento à análise, trazemos uma problematização sobre o regime de colaboração entre os entes federados e uma aproximação do que é um consorciamento. Nesse segundo ponto, optamos por fazer um breve estudo sobre os consórcios públicos, devido à sua relevância nas Políticas Públicas e suas características próximas ao objeto de análise. Os dados foram coletados a partir de trabalho de campo, onde desenvolveu-se observação participante no polo de apoio presencial do município de São Gonçalo, onde acontecem as atividades presenciais do Consórcio naquele município. A partir dos dados da observação e análise dos depoimentos de alguns atores participantes desse polo, a saber, alunos, tutores, funcionários e professores foi possível identificar as fragilidades presentes na organização, na estrutura e funcionamento do Consórcio CEDERJ, tanto no que se refere às instituições universitárias participantes e as pessoas nelas envolvidas, quanto a questão dos entes federados. Concluímos então que duas principais fragilidades apresentadas a partir das categorias trabalhadas são: a ação política interna das prefeituras que fragiliza o ambiente dos polos, e o despreparo dos professores universitários para a atuar nos cursos na modalidade EaD. O presente trabalho apresenta algumas colaborações que podem auxiliar a diminuir tais dificuldades apontadas pelos atores do polo.

Palavras-chaves: Educação à distância, Consórcio CEDERJ, Regime de colaboração, inclusão no Ensino Superior, democratização do Ensino Superior

## **ABSTRACT**

The expansion of higher education has been, without doubt, one of the main goals of Distance Education (DE) in Brazil, focused on teacher training, democratization and inclusion. This thesis aims to analyze the structure and operation of the Consortium CEDERJ, observing their adjustments and difficulties to achieve their institutional goals proposed. In addition, we understand the Consortium as a public policy of democratization and inclusion in higher education. Our hypothesis is that some areas of this structure still have weaknesses in its operation. The development of selected research focused analysis of two dimensions of your organization: collaboration among federal agencies (federal, state and municipal) and the consortium between universities (UFRJ, UNIRIO, UERJ, UFF, UFRRJ, UENF and CEFET). Thus, at first, to examine these dimensions, we chose to make a description of the Consortium CEDERJ, aiming to clarify how is the collaboration between federal and consortium of universities in that institution. Then giving the analysis segment, we bring a questioning about the collaborative between federal and an approximation of what a consortium. In this second point, we decided to make a brief study on the public consortia, due to its relevance in Public Policy and its characteristics close to the object of analysis. Data were collected from fieldwork, where it developed participant observation at the pole supporting presence in São Gonçalo, which hosts the classroom activities of the Consortium that municipality. From the data of observation and analysis of the testimonies of some actors participating in this polo, namely students, tutors, staff and teachers were able to identify the weaknesses present in the organization, structure and functioning of the Consortium CEDERJ, both in relation to participating universities and persons involved, as a matter of federal entities. We can conclude that two main weaknesses presented from the categories developed are: the action of internal political municipalities that weakens the environment of the poles, and the lack of university teachers to act in courses in ODL. This paper presents some collaborations that can help to reduce such difficulties pointed out by polo players.

**Keywords:** Distance Education, Consortium CEDERJ, Regime collaboration, inclusion in Higher Education, democratization of Higher Education

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Tabelas

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Tabela 1: Levantamento em artigos científicos sobre problemas e dificuldades nos cursos de EaD entre os anos de 2003 e 2012</b> | <b>17</b> |
| <b>Tabela 2: Cursos que cada instituição oferece</b>   | <b>22</b> |
| <b>Tabela 3: Indicadores sociais entre alunos EaD X alunos presenciais</b>   | <b>45</b> |
| <b>Tabela 4: Evolução do Número de Vagas Disponibilizados nos Editais do Consórcio CEDERJ por ano e semestre</b>                   | <b>52</b> |
| <b>Tabela 5: Critérios de Distribuição de Vagas de cada Instituição Participante do CEDERJ</b>                                     | <b>53</b> |
| <b>Tabela 6: Cursos Oferecidos pelas Universidades e pelo Centro Federal Tecnológico no Ano de 2012</b>                            | <b>54</b> |
| <b>Tabela 7: Organização dos Cursos conforme Instituição que coordena e que certifica</b>  | <b>55</b> |
| <b>Tabela 8: Cursos de licenciatura oferecidos no polo de São Gonçalo e suas Universidades</b>                                     | <b>83</b> |
| <b>Tabela 9: Vezes em que os assuntos foram abordados conforme atores</b>  | <b>90</b> |

### Quadros

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Quadro 1: Fases utilizadas no trabalho de campo</b>            | <b>85</b> |
| <b>Quadro 2: Categorização dos atores citados nas observações</b> | <b>92</b> |



## **LISTA DE GRÁFICOS**

**Gráfico 1: Crescimento no número de matrículas em EaD público e privada entre 2000 e 2010** **27**

## LISTA DE FIGURAS

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Figura 1: Níveis e Modalidades do Sistema Educacional brasileiro</b>               | <b>32</b> |
| <b>Figura 2: Mapa com a indicação dos Municípios que têm polo de apoio presencial</b> | <b>62</b> |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CECI/CDRH - Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Estado do Rio de Janeiro

CECIGUA – Centro de Ciências do Estado da Guanabara

CECIERJ – Centro de Ciências e Educação Superior a distância do estado do Rio de Janeiro

CEDERJ – Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro

CEFET/RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNE/CES – Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior

CONAE – Conferência Nacional de Educação

COSEAC-UFF – Coordenação de Seleção Acadêmica da Universidade Federal Fluminense

EaD – Educação à Distância

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FAPERJ – Fundação de Amparo e Pesquisa do Rio de Janeiro

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo

FATECs – Faculdades de Tecnologia

FECTI – Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação

FIDERJ – Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro

FPA – Fundação Padre Anchieta

FUNDAP - Fundação de Desenvolvimento Administrativo

FUVEST - Fundação Universitária para Vestibular

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPES – Instituições Públicas de Educação Superior

IRDEB – Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização  
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais  
PRONTEL – Programa Nacional de Teleducação  
PVS – Pré-Vestibular Social  
SBPC – Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência  
SECTEC – Secretaria de Ciência e Tecnologia  
SEED – Secretaria de Educação a Distância  
SEEDUC – Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro  
SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Mato Grosso  
TIDIA - Programa Tecnologia da Informação no Desenvolvimento da Internet  
Avançada  
UAB – Universidade Aberta do Brasil  
UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina  
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense  
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro  
UFF – Universidade Federal Fluminense  
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso  
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho  
Unicamp - Universidade de Campinas  
UNIRIO – Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro  
UNIVESP – Universidade Virtual do estado de São Paulo  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>   | <b>15</b> |
| ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO  | 18        |
| O OBJETO  | 20        |
| JUSTIFICATIVA   | 24        |
| METODOLOGIA   | 29        |
| <br>  |           |
| <b>1 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA</b>   | <b>32</b> |
| 1.1 CONCEITOS DE EaD  | 35        |
| 1.2 HISTÓRIA DA EaD NO MUNDO  | 39        |
| 1.3 HISTÓRIA DA EaD NO BRASIL   | 40        |
| 1.4 EaD COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO                                     | 42        |
| <br>  |           |
| <b>2 O CEDERJ E A FUNDAÇÃO CECIERJ</b>  | <b>48</b> |
| 2.1 O CONSÓRCIO CEDERJ  | 48        |
| <b>2.1.1 A estrutura do CEDERJ</b>  | <b>50</b> |
| 2.1.1.1 Os vestibulares   | 50        |
| 2.1.1.2 As Universidades  | 53        |
| 2.1.1.3 A estrutura colegiada do Consórcio                                    | 56        |
| 2.1.1.4 Os Recursos Humanos   | 57        |
| 2.1.1.4.1 Coordenadores de Curso  | 58        |
| 2.1.1.4.2 Coordenador de Disciplina   | 59        |
| 2.1.1.4.3 Professor Autor-Conteudista de Disciplina                           | 59        |
| 2.1.1.4.4 Tutores presenciais   | 60        |
| 2.1.1.4.5 Tutores à distância   | 61        |
| 2.1.1.5 Os polos de apoio presencial  | 61        |
| 2.2 A FUNDAÇÃO CECIERJ  | 64        |
| <br>  |           |
| <b>3 EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA E AS CATEGORIAS ANALÍTICAS</b> | <b>69</b> |
| 3.1 AS CATEGORIAS   | 69        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>3.1.1 Consórcios públicos</b>  | <b>70</b>  |
| <b>3.1.2 Regime de Colaboração entre os entes federados</b>                             | <b>73</b>  |
| <b>3.2 AS OBSERVAÇÕES: OS DADOS DE CAMPO</b>  | <b>76</b>  |
| <b>3.2.1 Descrição do campo</b>   | <b>78</b>  |
| <b>3.2.2 Os atores do polo</b>  | <b>79</b>  |
| <b>3.3 AS FASES DA OBSERVAÇÃO</b>   | <b>84</b>  |
| <b>3.3.1 Primeira fase: entendendo o objeto</b>   | <b>85</b>  |
| <b>3.3.2 Segunda fase: entendendo a rotina</b>  | <b>87</b>  |
| <b>3.3.3 Terceira fase: delimitando a análise</b>                                       | <b>88</b>  |
| <b>3.3.4 Quarta fase: com foco nas categorias</b>                                       | <b>89</b>  |
| <b>3.3.5 Quinta fase: a sistematização dos dados</b>                                    | <b>90</b>  |
| <b>3.4 ANÁLISE DAS CATEGORIAS</b>   | <b>91</b>  |
| <b>3.4.1 A colaboração entre os entes federados em observação: a primeira categoria</b> | <b>92</b>  |
| <b>3.4.2 O consórcio em observação: a segunda categoria</b>                             | <b>96</b>  |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>   | <b>101</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>  | <b>107</b> |
| <b>ANEXOS</b>   | <b>114</b> |
| <b>Anexo I</b>  | <b>115</b> |
| <b>Anexo II</b>   | <b>123</b> |

## INTRODUÇÃO

A expansão do Ensino Superior tem sido, sem dúvida, um dos principais objetivos da Educação a Distância (EaD) no Brasil, com foco na formação de professores, na democratização e na inclusão.

Esse modelo de organização para o oferecimento de curso superior, surgiu, inicialmente, num esforço de diversas universidades para atender a uma demanda de professores sem formação superior que atuavam nas escolas brasileiras. Essa demanda foi impulsionada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – (Lei 9394/96), ao instituir que, dez anos após sua promulgação, somente seriam admitidos como docentes na educação básica professores formados em nível superior.<sup>1</sup>

Além disso, o artigo 80 da referida lei possibilitou que a EaD deixasse de ter um caráter emergencial e supletivo, adquirindo, a partir de então, reconhecimento legal<sup>2</sup> e dando origem a uma série de documentos que passaram a definir critérios e normas para criação de cursos e programas de EaD. Dessa forma, a convergência de demanda e reconhecimento legal da EaD foi propulsora do aumento do número de cursos nessa modalidade de Ensino Superior no Brasil.

Porém, a implementação de políticas em EaD esbarrou em problemas estruturais, principalmente nas universidades públicas<sup>3</sup>. As dificuldades eram diversas, como, por exemplo, falta de pessoal qualificado e financiamento específico para EaD. Dessa forma, o consorciamento para o oferecimento desses cursos tem se apresentado como uma estratégia adequada para o enfrentamento de tais dificuldades. Segundo Valladares et al. (2007, p.9) “a soma de esforços e estruturas

---

<sup>1</sup> Esse prazo tem se estendido desde então, por isso muitos municípios ainda hoje admitem professores formados em nível de Ensino Médio (ver MELLO, 2012)

<sup>2</sup> Até então, os cursos na modalidade a distância eram oferecidos em programas emergenciais, cursos privados ou programas com tempo determinado, sobre isso o item 2.3 “A história da EaD no Brasil” traz mais detalhes.

<sup>3</sup> “No que tange à EAD, a pressão por pessoal docente e técnico administrativo é ainda mais gritante. Muito embora as propostas atualmente oferecidas contemplem o pessoal docente com o pagamento de bolsas, essa é uma política eminentemente passageira. A oferta sistemática de cursos EAD pelas universidades públicas supõe a necessidade de criação de vagas reais no quadro efetivo das universidades.” (VALLADARES et al., 2007)

acaba por tornar possível a implementação de políticas de EAD que, de per si, dificilmente uma IPES poderia realizar”.

Além disso, essa forma de organização atende a um princípio da administração pública: o princípio da coordenação. Esse princípio é assegurado pelo Decreto-lei 200 de 1967, ainda em vigência no Brasil. Segundo Vieira et al. (2011),

O princípio da coordenação visa entrosar as atividades da Administração, de modo a evitar a duplicidade de atuação, a dispersão de recursos, a divergência de soluções e outros males característicos da burocracia. Coordenar é, portanto, harmonizar todas as atividades da Administração (p. 4).

Nesse contexto muitas instituições públicas organizaram programas para formação docente em todas as regiões do Brasil. Alguns cursos foram implantados de forma isolada e outros através de consórcios, como o Projeto Veredas<sup>4</sup>, o Consórcio Bahia<sup>5</sup>, o Consórcio CEDERJ, Consórcio UNIVESP, entre outros.

A maioria dos consórcios que surgiram no período seguinte à promulgação da Lei 9394/96 tinha como único objetivo a formação inicial de professores em serviço, habilitando docentes da rede pública de ensino para o exercício do magistério. Ou seja, tais consórcios atendiam a uma demanda específica de melhor capacitação dos quadros já existentes.

Um dos maiores incentivos para a expansão da EaD no Brasil, no que diz respeito às instituições públicas, foi a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2005. Sua criação fortaleceu as iniciativas em EaD já existentes através do financiamento de cursos de graduação e especialização a distância, além de incentivar a abertura de novos cursos. O primeiro edital lançado pela UAB para a escolha de instituições que seriam beneficiadas explicava que o objetivo do

---

<sup>4</sup> *Veredas* foi um curso de formação superior, a distância, proposto pela Secretaria de Educação (SEE-MG), destinado aos professores das redes públicas municipal e estadual, dos anos iniciais do Ensino Fundamental e que estivessem em efetivo exercício. O curso foi realizado em parceria com dezoito Instituições de Ensino Superior de Minas Gerais no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2005 e atendeu cerca de 14.700 professores em todo Estado pela modalidade de EaD.

<sup>5</sup> *Consórcio de Universidades Públicas da Bahia (Consórcio Bahia)*, composto por seis IPES (quatro estaduais e duas federais) no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Estado da Bahia (SEC), pelo Programa de Formação e Aperfeiçoamento Continuo para Professores do Estado – a quem coube a coordenação do órgão, o comitê teve como atribuição a elaboração do PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES À DISTÂNCIA.



programa era

fomentar o “Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB”, que será resultante da *articulação e integração experimental de instituições de Ensino Superior, Municípios e Estados*, nos termos do artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, visando à democratização, expansão e interiorização da oferta de Ensino Superior público e gratuito no País, bem como ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias inovadoras de ensino, preferencialmente para a área de formação inicial e continuada de professores da educação básica (BRASIL, 2005, p. 26, grifos nossos).

O edital de seleção do Sistema UAB, ao apontar o consorciamento como um meio de oferecimento dos cursos na modalidade EaD, ofereceu uma possibilidade de contornar dificuldades das universidades públicas para oferta de EaD: falta de credenciamento, falta de infraestrutura tecnológica e de pessoal docente especializado em EaD. Quanto a esse tema, FREIRE (2012) faz um levantamento sobre artigos que abordam os problemas que a EaD tem apresentado entre os anos de 2003 e 2012 que estão apresentados resumidamente na tabela abaixo.

**Tabela 1: Levantamento em artigos científicos sobre problemas e dificuldades nos cursos de EaD entre os anos de 2003 e 2012**

**Fonte: FREIRE (2012)**

| 2003   | 2005  | 2006   | 2008                         | 2009                  | 2010               | 2012                           |
|--|---|--|------------------------------|-----------------------|--------------------|--------------------------------|
| Isolamento dos alunos; custo de implementação do curso | Dificuldade dos alunos com as novas tecnologias | Dificuldade dos alunos com as novas tecnologias; avaliação institucional | Problemas de gestão do curso | Isolamento dos alunos | Políticas públicas | Profissionalização dos tutores |

Das dificuldades apresentadas no artigo, os problemas estruturais e de gestão vêm persistindo durante o período estudado, o que reforça a ideia da formação dos consórcios para a elaboração de projetos na área de EaD.

Dessa forma, o primeiro edital da UAB veio convergir com a necessidade dos

cursos em EaD ao valorizar a formação dos consórcios. Baseados nos princípios do edital, alguns consórcios de universidades públicas foram escolhidos nessa primeira seleção: sendo o Consórcio CEDERJ um dos beneficiados.

Essa introdução do CEDERJ no Sistema UAB permitiu à organização contar com o apoio do Governo Federal. Além dessa parceria, o CEDERJ, desde o início de seu funcionamento, conta também com o apoio dos Municípios, no que tange ao funcionamento dos polos. Baseados na parceria entre Governos Municipal, Estadual e Federal é que construímos a primeira categoria de análise do consórcio CEDERJ como uma inovação, que é a colaboração entre os Entes Federados. A segunda categoria aqui analisada foca a organização dessa instituição, pois ela está baseada num consórcio entre as universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. Para isso, faremos uma análise sobre os consórcios públicos.

## ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente Dissertação foi organizada de forma a olhar o objeto de estudo de uma forma mais geral e, em seguida, especificar as partes a serem analisadas.

No primeiro capítulo, fazemos uma introdução, a fim de disponibilizar ao leitor uma breve análise sobre o objeto analisado. Para tanto, foi necessária uma retrospectiva das legislações educacionais vigentes, e como elas levaram ao surgimento dos consórcios para cursos a distância no Brasil. Nessa etapa, ainda explicamos sobre a formação do CEDERJ, sua organização e inserção no Programa UAB. Além disso, lançamos mão de uma breve descrição da Fundação CECIERJ e sua função. Ainda nesse capítulo, trazemos uma exposição dos objetivos do trabalho, apresentamos argumentos para o leitor compreender a importância do presente estudo, além de apresentarmos os autores em que nos baseamos e a metodologia a ser utilizada. Nessa fase do trabalho, apresentamos as questões que nortearam as observações e defendemos, através de autores da área, a utilização da observação participante como um bom método para melhor interagir com o objeto pesquisado.

O segundo capítulo é dedicado a fazer uma análise sobre a EaD. Nessa fase, fornecemos um panorama da EaD na legislação brasileira com o objetivo de auxiliar o leitor na visão de tal modalidade educacional no Brasil. Em seguida, fazemos um levantamento dos diversos conceitos de EaD com ênfases diferenciadas. Para permitir uma visão mais abrangente do assunto, continuamos o capítulo tratando da história da EaD no Brasil e no Mundo.

No terceiro capítulo, está o foco principal do trabalho. O procedimento realizado nessa fase do trabalho é direcionar o olhar mais sobre o objeto de estudo. Com esse objetivo, passamos, então, a explicar a história do CEDERJ e da Fundação CECIERJ. Além da história, especificamos, agora de forma mais detalhada, o funcionamento das instituições. Para realizar essa etapa, foram pesquisados documentos das instituições fornecidos pela presidência da Fundação.

No capítulo quatro, apresentamos as duas categorias analisadas: o consorciamento e a relação entre entes federativos. Na primeira categoria – o consorciamento – temos o tema dos Consórcios Públicos com a finalidade de demonstrar ao leitor as características desse tipo de instituição e o quanto ela se aproxima do objeto aqui analisado. Essa foi a forma mais aproximada que encontramos para fazer compreender o modo no qual funciona o CEDERJ em termos de cooperação entre as universidades, além do interesse em apresentar para o leitor que essa forma de organização também é utilizada em outras áreas de Políticas Públicas. A segunda categoria diz respeito a outra forma de cooperação – a colaboração entre os Entes Federados. Nela, explicamos, antes de tudo, o que é o sistema federativo, para, depois, colocarmos em discussão o que seria essa colaboração e as dificuldades em sua execução. Em contraposição, apresentamos a área de EaD como um passo à frente no que se refere a essa colaboração.

O mesmo capítulo é dedicado, também, a explicar as observações realizadas. Para dar início a essa fase, explicamos, primeiramente, como realizamos o trabalho de campo, fazemos uma descrição do polo em que foram feitas as observações, como elas aconteceram e quais foram os atores observados. Utilizamos, ainda, esse capítulo para descrever as fases das observações, que foram divididas em cinco. Terminamos esse capítulo focando os dois itens que propomos para esse trabalho.

Analizamos, em primeiro lugar, as questões pertinentes à colaboração dos Entes Federados, trazendo falas dos observados, além de descrições de nossas observações. Em seguida, fazemos o mesmo procedimento quanto ao consórcio entre as universidades, focando, aí, a colaboração entre elas.

Finalizamos o trabalho, fornecendo ao leitor uma análise sobre os itens observados, de forma a chegar a possíveis conclusões sobre os temas. Aproveitamos essa conclusão para explicar como o resultado da presente pesquisa pode se repetir em outros municípios, além do observado nesse trabalho.

## O OBJETO

A partir do final da década de 1990, muitas Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) organizaram programas para formação docente na modalidade EaD em todas as regiões do Brasil. A maioria dos consórcios que surgiram no período seguinte à promulgação da Lei 9394/96 tinha como único objetivo a formação inicial de professores em serviço, habilitando docentes da rede pública de ensino para o exercício do magistério. O Consórcio CEDERJ foi criado com o mesmo objetivo, porém, com o tempo ampliou sua atuação para outros cursos além das licenciaturas, integrando à instituição os cursos de Administração, Administração Pública, Turismo e Computação. Esse Consórcio tem crescido em número de alunos, de polos e de instituições participantes.

O CEDERJ tem em seu campo de atuação o Estado do Rio de Janeiro e se constituiu a partir de dois tipos de integração: uma que compreende os três níveis da federação, e a outra entre as IPES participantes. Tecnicamente, a integração é uma estratégia que visa a otimizar recursos de todos os tipos e que demanda decisões políticas, acabando por ser emperrada por questões mais urgentes. Para sua realização, é necessário planejamento – o que não é, em geral, uma cultura das organizações governamentais no Brasil. Isso denota a importância dessas características do Consórcio, haja vista a complexidade desse tipo de organização.

No ano de 2000, foi criado o Consórcio CEDERJ, por iniciativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro com a participação das seguintes universidades públicas: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Além dessas instituições, algumas federais e outras estaduais, os municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro têm uma importante atuação no processo, uma vez que é neles que funcionam os polos de apoio presencial. Em 2011, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) se integrou ao CEDERJ.

O CEDERJ é administrado pela Fundação CECIERJ, criada pela Lei Complementar estadual nº. 103/2002. A referida Lei transformou o Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro – autarquia com personalidade jurídica de direito público – na Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ), pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e integrada à Administração Estadual indireta.

Inicialmente, o Estado era responsável pelo financiamento e toda operação do CEDERJ, e, aos municípios, cabia a tarefa de organização da infraestrutura dos polos. Alguns anos depois, essa configuração sofreu uma importante mudança: com a criação, em de 2005, do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), o financiamento do consórcio passou a ser, principalmente, responsabilidade do Governo Federal, via UAB. A partir de então, o Consórcio passou a ser constituído pela colaboração dos três níveis da Federação: o Governo Federal (pela UAB e universidades federais), o Governo Estadual (através da Fundação CECIERJ, que administra o Consórcio CEDERJ e as universidades estaduais) e dos Governos Municipais (com os polos de apoio presencial)

A participação das universidades se dá a partir do oferecimento das vagas nos cursos de graduação a distância. Até o ano de 2011, os cursos oferecidos pelas Universidades consorciadas eram os que constam na tabela a seguir:

**Tabela 2: Cursos que cada instituição oferece**Fonte: <http://www.CEDERJ.edu.rj.gov.br>

| CURSOS                     | UNIVERSIDADES |      |        |         |      |      |
|----------------------------|---------------|------|--------|---------|------|------|
|                            | UFRJ*         | UFF* | UFRRJ* | UNIRIO* | UERJ | UENF |
| Administração              |               |      | X      |         |      |      |
| Administração Pública      |               | X    |        |         |      |      |
| Licenciatura em biologia   | X             |      |        |         | X    | X    |
| Licenciatura em Química    | X             |      | X      |         | X    | X    |
| Licenciatura em matemática |               | X    | X      | X       | X    | X    |
| Licenciatura em História   |               |      | X      | X       | X    | X    |
| Licenciatura em Física     | X             |      | X      |         | X    | X    |
| Licenciatura em Pedagogia  |               |      | X      | X       | X    | X    |
| Licenciatura em Turismo    |               |      | X      | X       |      |      |
| Tecnologia da informação   | X             | X    |        |         |      |      |

\*Universidade federal

O vestibular é unificado<sup>6</sup>, de forma que o candidato, ao se inscrever, escolhe o curso que deseja cursar e o polo que vai frequentar. Ao se matricular, ele estará vinculado a uma das universidades do Consórcio, dependendo do curso e do polo regional escolhidos. Ao fim do curso, o aluno recebe o diploma pela instituição à qual seu curso era vinculado.

Durante todo esse processo – desde a prova do vestibular até a apresentação do trabalho final do curso – o principal vínculo do aluno é o polo pelo qual ele opta ao se inscrever no vestibular. O Consórcio conta, hoje, com 34 polos regionais. Neles, são realizados os encontros presenciais cujas atividades são diferenciadas, como trabalhos laboratoriais, orientação e avaliação. Os polos disponibilizam para os alunos seus computadores e biblioteca, mas a atividade de maior importância e que demanda uma grande organização é a avaliação presencial. No último levantamento divulgado pelo Consórcio em outubro de 2010, havia 26.000 alunos matriculados nos 10 cursos oferecidos, sendo que, em média, cada aluno está matriculado em quatro disciplinas, cada disciplina realiza três avaliações semestrais. Isso equivale dizer que os 34 polos juntos realizam cerca de 300.000 avaliações semestrais.

<sup>6</sup> Mesmo sendo unificado, as regras do vestibular do CEDERJ obedecem os critérios de cotas e vagas para o Enem, conforme a determinação de cada universidade.

Em se tratando das incumbências de cada participante, cabe aos docentes das próprias universidades conveniadas a competência acadêmica dos cursos a distância: são eles que preparam o projeto pedagógico e o material didático, além de cuidar da tutoria e da avaliação. A Fundação CECIERJ é responsável pela produção do material didático, pela gestão operacional da metodologia e pela montagem e operacionalização dos polos regionais. Às Prefeituras cabe a adaptação física do espaço destinado ao polo, o suprimento de material de consumo e o pagamento de pessoal administrativo.

Além disso, as universidades integram os colegiados que fazem parte da estrutura da Fundação CECIERJ. Os colegiados são os seguintes:

- a) *Conselho Superior*, formado pelos Reitores das seis Universidades e do CEFET, o presidente e vice-presidente da Fundação CECIERJ, um representante da SBPC, da Academia de Ciência, da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e da Secretaria Estadual de Educação;
- b) *Conselho de Estratégias Acadêmicas*, formado pelos seis Pró-Reitores de Graduação das universidades participantes, o presidente e vice-presidente da Fundação CECIERJ e coordenadores de EaD das universidades consorciadas;
- c) *Conselho de Coordenadores de Curso*, formado pelos coordenadores dos cursos do consórcio, presidente e vice-presidente da Fundação CECIERJ e
- d) *Comissão de tutoria*, formada pelos coordenadores de tutoria das consorciadas e diretora de tutoria do CEDERJ.

A Fundação CECIERJ é responsável por toda a estrutura administrativa dos cursos: a manutenção dos cursos no site através da plataforma na internet, a produção de material didático elaborado pelos docentes, a distribuição desse material entre os alunos, a administração do processo de avaliação presencial, seleção, capacitação e avaliação dos tutores presenciais, avaliação institucional do CEDERJ, bem como organização do processo seletivo para os cursos por meio de vestibular unificado. Cabe também à Fundação a montagem e a operacionalização

dos polos de apoio presencial.

A estrutura administrativa da Fundação CECIERJ é constituída por órgãos executivos, órgãos de apoio e órgãos colegiados. Os órgãos executivos são a presidência – exercida por nomeação do Governador do Estado –, Vice-presidência Científica e a Vice-presidência de Educação Superior a Distância. Os órgãos de apoio são a Diretoria Geral de Administração e Finanças e a Diretoria de Informática.

Em resumo, a Fundação CECIERJ atua oferecendo a infraestrutura operacional e administrativa ao Consórcio CEDERJ para a oferta dos cursos de graduação, do Pré-vestibular Social e de cursos de atualização para professores em exercício no Ensino Médio e no Ensino Fundamental. Além disso, atua na área de divulgação científica em diferentes projetos como, por exemplo, os *Espaços da Ciência no interior do Estado*, o projeto *Jovens Talentos para Ciência*, a *Praça da Ciência Itinerante* e a mostra *Ver Ciência*.

## JUSTIFICATIVA

A legislação referente à EaD teve seu início com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996), no artigo 80º e seus parágrafos, com a seguinte redação:

Art. 80º - O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o poder público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996)

Faltando poucos meses para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação



completar dez anos, foi promulgado o Decreto 5.622/2006. Ele regulamenta a LDB no que diz respeito à EaD, tratando de assuntos metodológicos, pedagógicos, avaliativos, curriculares e organizacionais. O decreto trata, em diversos trechos, do regime de colaboração entre os Entes Federados como uma boa maneira de se organizar a EaD e previu a possibilidade das instituições estabelecerem vínculos “mediante a formação de consórcios, parcerias, celebração de convênios, acordos, contratos ou outros instrumentos similares” (BRASIL, 2005a).

As experiências dos consórcios já existentes, acrescidas à regulamentação da lei citada anteriormente, tornaram possível o projeto da Universidade Aberta do Brasil (UAB). As linhas gerais do projeto foram elaboradas durante o primeiro *Fórum das Estatais pela Educação*<sup>7</sup>, onde foi redigido um documento de projeto da Universidade Aberta do Brasil, em que se firmava o seguinte:

Como objetivo estratégico, os Consórcios Públicos e a UAB deverão incorporar as experiências exitosas já realizadas ou em curso: Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro - CEDERJ, Projeto VEREDAS, Programa de Formação de Professores conjunta da UFMT e UNEMAT, etc., visando estabelecer as condições acadêmicas gerais e a infraestrutura para que, entre outras várias ações relevantes, as demandas de formação continuada das EEs possam ser melhor atendidas. Esse importante objetivo estratégico trará como consequência importantes ações em cada Estado, e um quadro equivalente ao funcionamento de uma universidade nacional com amplos campos de atuação, e que se ampliam cada vez mais à medida que executam o objetivo específico de forma aprimorada

A UAB começou a funcionar no ano de 2006 visando à expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de Educação Superior no país. O projeto tinha os seguintes objetivos:

- oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada a professores da educação básica;
- oferecer cursos de capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em

---

<sup>7</sup> O Fórum das Estatais pela Educação foi instituído em 21 de setembro de 2004, em Brasília, sob a coordenação geral do Ministro Chefe da Casa Civil, a coordenação executiva do Ministro de Estado da Educação e a participação efetiva e estratégica das Empresas Estatais brasileiras. O Fórum desenvolveu ações que buscavam potencializar as políticas públicas na educação promovidas pelo Governo Federal, especialmente pelo Ministério da Educação, e pelas Empresas Estatais brasileiras, por meio da interação entre a sociedade civil brasileira, empresários, trabalhadores e organismos internacionais, em um processo de debates em busca da solução dos problemas da educação no País, do estabelecimento de metas, promovendo a educação inclusiva e cidadã, visando à construção de um novo modelo de desenvolvimento para o País.

educação básica; oferecer cursos superiores, para ampliar o acesso à Educação Superior pública;

- diminuir as desigualdades de oferta de vagas no Ensino Superior entre as regiões do país; estabelecer sistema nacional de Educação Superior a distância e
- possibilitar o desenvolvimento das instituições na modalidade EaD.

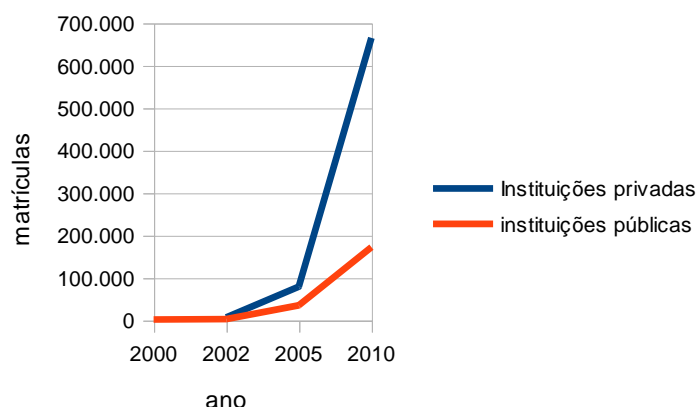
A partir desse momento, alguns consórcios já constituídos aderiram à UAB e esse foi o caso do Consórcio CEDERJ. A adesão se deu em resposta ao edital lançado pela UAB que previa o financiamento para cursos superiores públicos na modalidade a distância. O documento priorizava que esse aporte financeiro se desse principalmente aos consórcios, haja vista que os principais critérios de escolha das instituições eram o maior número de vagas que elas pudessem oferecer e a maior abrangência geográfica.

Segundo pesquisa realizada por Valadares et al. (2007), a opção por consorciamento tem se mostrado uma estratégia adequada para tornar possível a implementação de políticas de EaD devido a dificuldades estruturais que as universidades esbarram ao implementar seus cursos isoladamente. Além disso, a soma de esforços faz com que recursos humanos, tecnológicos e materiais sejam compartilhados entre os integrantes do consórcio.

Desde então, diversas iniciativas para o oferecimento de EaD foram criadas em todo o país. O aumento do número de matrículas tem se dado tanto nas instituições privadas, quanto nas públicas. A Sinopse da Educação Superior (MEC, 2001) trouxe pela primeira vez um levantamento sobre EaD pública relativo ao ano de 2000 e sobre a EaD privada no ano de 2002. O gráfico abaixo mostra o crescimento no número de matrículas entre os anos de 2000 e 2010, nas instituições públicas e privadas em cursos de graduação a distância e presencial no Brasil.

### Gráfico 1: Crescimento no número de matrículas em EaD público e privada entre 2000 e 2010

Fonte: Sinopse da Educação Superior (2001 – 2010)



É possível perceber no gráfico acima o aumento do número de matrículas tanto nos cursos presenciais como nos cursos a distância, públicos e privados, e, ainda, que esse aumento se deu principalmente após o ano de 2005, quando iniciou a atuação da UAB.

Na última Sinopse (2011), as instituições privadas (no Brasil) detinham 67% das matrículas dos cursos presenciais e 88% dos cursos à distância. Fazendo essa comparação na região Sudeste, temos 80% dos presenciais em instituições privadas, porém nos cursos a distância essas mesmas instituições detinham 65% das vagas, bem abaixo do percentual do Brasil (MEC, 2012). Essa diferença se deve principalmente à forte atuação do CEDERJ no Estado. Segundo dados da própria instituição, havia, em 2011, cerca de 29.000 alunos matriculados nos 12 cursos que a instituição oferece.

A Sinopse do Ensino Superior referente a 2011 apontou que 12% de todas as matrículas no Brasil já eram na modalidade EaD. Esses números demonstram que essa modalidade de ensino já é uma realidade no campo educacional, com tendência a continuar se expandindo. Porém, essa expansão tem sido acompanhada de graves problemas envolvendo instituições privadas, como baixa

qualidade, cursos aligeirados e até descredenciamento para o oferecimento de cursos em EaD. Dessa forma, esse estudo se justifica pelo contínuo crescimento da EaD no Brasil e, principalmente, pela grande participação das instituições públicas nos cursos a distância no Estado do Rio de Janeiro, através do Consórcio CEDERJ.

Além do citado anteriormente, a formação de consórcios de IPES permite enfrentar as dificuldades da implementação e manutenção de um curso de EaD. Para os defensores dessa modalidade de ensino, essa estratégia tende a cooperar com o aumento do número de vagas na Educação Superior pública, com a democratização e com a interiorização desse nível de ensino. Porém, existem algumas dificuldades nas relações de consórcios. Segundo Martins (2003), trabalhar em consórcio, também significa “administrar conflitos, discutir soluções heterogêneas, alocar recursos, praticar a paciência a boa vontade e a generosidade o tempo todo”, ele ainda explica que não é fácil reunir grupos distintos de especialistas, com seus vieses já estabelecidos, trabalhando em instituições diferentes, de modo a produzir resultados de forma integrada. Essa análise que Martins faz em relação aos consórcios, de um modo geral, vai ao encontro da observação prévia feitas no Consórcio CEDERJ.

Inicialmente, trabalhamos com quatro itens da organização a serem observados no objeto proposto, são eles: a fundação como forma de administração do Consórcio, a organização das instâncias decisórias em colegiados, o consorciamento entre as universidades e o regime de colaboração entre os Entes Federados. Contudo, como está explicado no capítulo 4, as observações sofreram um recorte devido à falta de dados objetivos de dois itens. Dessa forma, para dar conta do estudo aqui apresentado, analisaremos as duas principais estratégias do Consórcio CEDERJ – consorciamento e a colaboração entre os Entes Federados<sup>8</sup> – utilizadas para integrar instituições em busca de um mesmo objetivo.

A fim de alcançar o objetivo exposto, é utilizada nesse trabalho uma questão norteadora: de que forma, após quase 13 anos de funcionamento, cada uma das características apontadas anteriormente, ou seja, o consorciamento e colaboração entre os entes federativos, ainda constituem um desafio para o funcionamento do

---

<sup>8</sup> Esses itens serão apresentados no Capítulo 3.

Consórcio analisado?

A questão apresentada surgiu de observações iniciais do objeto proposto que me forneceu pistas para trabalhar com o seguinte pressuposto: as duas características apontadas no trabalho propulsionam o funcionamento do CEDERJ, pois são utilizadas com o objetivo de unir esforços em busca de um mesmo objetivo, ao mesmo tempo que causam dificuldades para o cotidiano do Consórcio.

Sendo assim, meu objetivo é contribuir para uma identificação dos problemas apresentados e, dentro do possível, sugerir formas de contorná-los. Entendo que contribuir para a melhoria da gestão de instituições desse porte constitui, também, uma contribuição para a democratização e expansão do Ensino Superior, com vistas à inclusão, assunto que é abordado no capítulo 2.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa será realizada através de uma abordagem qualitativa utilizando o estudo de caso, que segundo Ponte (1994) se caracteriza por ser

o estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o seu “como” e os seus “porquês” evidenciando a sua unidade e identidade próprias. É uma investigação que se assume como particularista, isto é, debruça-se deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico (p.87).

Como apontado por Alves-Mazzotti & Gewandsznajder (1999), a pesquisa qualitativa é multimetodológica, isto é, deve contar com diversos procedimentos de coleta de dados. Sendo assim, o estudo proposto será realizado através de pesquisa bibliográfica, documental e a observação participante.

O procedimento de análise bibliográfica será utilizado, já que, para a realização do trabalho, será necessária a busca na literatura que dê conta de temas como regime de colaboração entre os Entes Federados, EaD, consórcios públicos, consórcios universitários, políticas de inclusão, universalização do Ensino Superior

entre outros que poderão surgir durante a realização da pesquisa.

A análise documental, segundo Alves-Mazzotti & Gewandsznajder (idem), pode dizer muita coisa sobre o comportamento de um grupo e as relações entre os subgrupos a partir dos documentos que este grupo ou fenômeno produziram e ainda produzem. Para esse procedimento, alguns documentos já foram adquiridos sobre o Consórcio, como regimentos, contratos e relatórios. A análise documental consiste em apreciar documentos com um objetivo específico, permitindo a contextualização e identificação dos fatos num momento específico (MOREIRA, 2005). Essa técnica consiste em dar um tratamento ao conteúdo desses documentos de forma a apresentá-lo de forma diferente do original. Desse modo, é possível apresentá-lo de forma mais conveniente facilitando sua consulta (BARDIN, 1997).

No presente trabalho, foi utilizada a análise documental como uma técnica de tratamento de dados, a fim de facilitar a visão do leitor sobre o objeto descrito, com o objetivo de torná-los mais acessíveis.

Quanto à observação participante, Minayo , Gomes & Delandes (2007, p. 87) explica que esse instrumento dá conta “de uma série de fenômenos de grande importância que não pode ser registrado por perguntas (...), mas deve ser observado *in loco*”. Para Quaresma (2005), ela requer que o pesquisador faça parte ativa dos acontecimentos analisados.

Uma observação pode ser entendida como técnica de pesquisa se for sistematizada através de um roteiro que deve ser elaborado conforme o objetivo do trabalho (QUEIROZ et al., 2007). Nessa técnica, o observador se coloca na posição do grupo a ser estudado, tendo, dessa forma, condições de perceber características daquele grupo em questão (BARDIN, 1997). O conhecimento através da interação entre o pesquisador e o meio é uma característica importante dessa técnica, pois é capaz de proporcionar uma visão mais próxima do real (QUEIROZ et al., 2007). Segundo Minayo , Gomes & Delandes (2007, p. 87), essa técnica é pertinente quando se quer apreender o máximo de conhecimento dinâmico de uma situação. As características elencadas contribuem para que o objeto estudado possa ser melhor compreendido (LIMA, M.; ALMEIDA, M. & LIMA, C., 1999; PROENÇA, 2008)

A utilização desse procedimento foi possível, já que, desde setembro de 2011,

participo do consórcio CEDERJ, alvo desta pesquisa, como tutora presencial das disciplinas *Estágio Obrigatório* e *Fundamentos da Educação* no polo de apoio presencial localizado no Município de São Gonçalo. A posição que atuo é privilegiada para análise em questão, pois me possibilita ter uma visão das diversas instituições participantes do consórcio e dos sujeitos nelas envolvidos.

Foi com base nessa posição que pudemos compreender certas peculiaridades do consórcio em questão e a complexidade de seu funcionamento. Além disso, foi a partir do contato com os diversos sujeitos participantes do CEDERJ – funcionários da Fundação CECIERJ, professores das diversas universidades, funcionários do polo, tutores e alunos – que suscitou em nós a necessidade de pesquisar a instituição com maior profundidade.

## 1

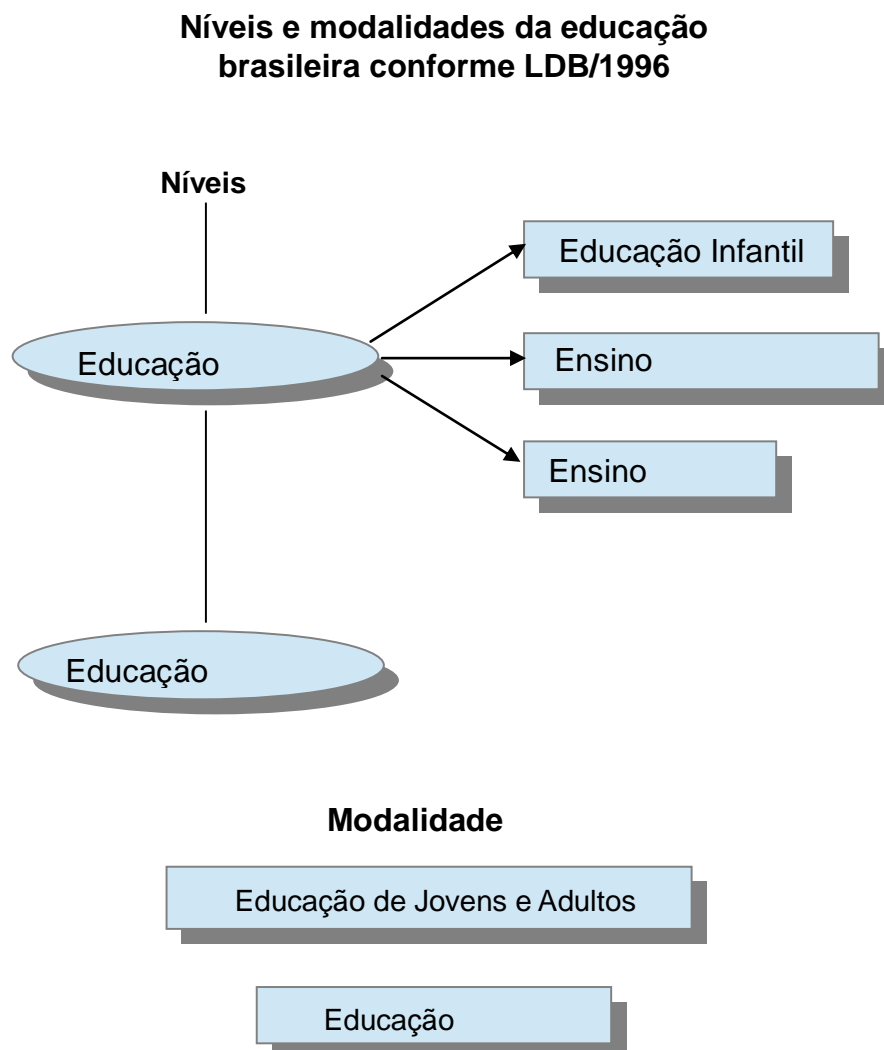
## Educação à distância

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 estabelece a finalidade da educação, sua organização, administração, níveis e modalidades. Desde sua promulgação, o sistema educacional brasileiro passou a se organizar, então, em níveis e modalidades.

Quanto aos níveis, o sistema passou a se dividir em Educação Básica – abrangendo aí a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Médio – e a Educação Superior – onde estão localizadas as graduações e as pós-graduações.

**Figura 1: Níveis e Modalidades do Sistema Educacional brasileiro**

Fonte: Brasil, 1996





Como pode ser observado na figura acima, a Educação à distância não era considerada modalidade na redação da LDB. No artigo 80º, ela era mencionada da seguinte forma: “O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996).

A EaD foi mencionada pela primeira vez como modalidade na legislação educacional brasileira, no Decreto 5622 de 2005 que regulamentou o artigo da LDB citado anteriormente. O artigo primeiro define a EaD com a seguinte redação:

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005)

Sendo assim, baseada na Legislação Educacional Brasileira em vigência será usado nessa dissertação o termo “modalidade” para caracterizar a EaD.

Nessa modalidade, professores e alunos estão separados fisicamente, e se caracteriza principalmente pelo uso intenso das tecnologias da informação e da comunicação como forma de interação entre seus atores, podendo não haver momentos presenciais. Além disso, outra característica importante e que tem sido um dos principais focos da EaD é o grande número de alunos que ela pode atingir de uma só vez. Para esse objetivo, o avanço e a expansão da internet têm sido os principais colaboradores para o crescimento e a abrangência territorial da EaD.

A Educação à distância, não iniciou com a invenção da internet. Quanto a isso, Dias & Leite (2010), afirmam que:

A EAD, também denominada ensino a distância, não se trata de algo novo, inovador ou diferente. O que diferencia a EAD praticada hoje daquela praticada tempos atrás são os meios disponíveis e adequados em cada época (p. 9).

Sua trajetória pode ser dividida em gerações conforme sua evolução: a primeira geração surge no apogeu da correspondência; a segunda geração se utilizou do rádio e da televisão; a terceira geração foi caracterizada pela organização

de sistemas educativos, como as universidades abertas (período em que se iniciam os cursos através de áudio, videoconferências através de telefone, satélites e redes de computadores); e, por fim, a geração mais atual é baseada no uso das novas tecnologias da internet, através do uso de ambientes virtuais de aprendizagem (Michael Moore & Greg Kearsley, 2007)

A primeira geração refere-se, então, pelo estudo por correspondência, começando por volta de 1880. Essa fase é voltada às tecnologias de impressão fornecendo cursos que eram entregues por correio. Esse tipo de EaD era praticado, principalmente por instituições com fins lucrativos.

No início do século XX, os inventos tecnológicos propulsionaram o início da segunda geração de Educação à distância, passando, então, a mesclar tecnologia impressa e audiovisual. O rádio e a televisão foram recursos tecnológicos importantes para a transmissão de aulas e divulgação de cursos. Primeiro com o advento do rádio, surge a primeira radio-escola criada por Roquete-Pinto.

Já em 1934, estava em pleno desenvolvimento a televisão educativa que possibilitava a transmissão de aulas por emissoras comerciais e, para o esclarecimento das dúvidas, utilizava-se ainda o telefone e a correspondência pelo correio.

A terceira geração da EaD, que ocorreu no final da década de 1960 e início de 1970, foi um período de significativas mudanças. Esse período traz um modelo de tele-aprendizagem da Educação à distância tendo como fonte as telecomunicações que forneciam oportunidades para a comunicação síncrona. Assim sinaliza Michael Moore e Greg Kearsley (2007, p. 34):

No final da década de 1960 e o início da de 1970 formaram um período de mudanças importantes na educação a distância, resultantes de diversas experiências com novas modalidades de organização da tecnologia e de recursos humanos, conduzindo a novas técnicas de instrução e a uma nova teorização da educação.

A quarta geração da Educação à distância, que teve seu surgimento nos anos de 1980, utilizou-se da teleconferência por áudio, vídeo e computador, o que oportunizou a primeira ação interativa em tempo real de alunos e instrutores à

distância. Nos Estados Unidos, este fato foi uma atratividade para um número grande, pois era um modelo diferente dos outros já existentes, porque se aproximava da visão tradicional da educação. Portanto, convém explicitar o que Moore & Kearsley (2007) afirmam:

A educação a distância que surgiu nos Estado Unidos nos anos de 1980 era baseada na tecnologia da teleconferência e, portanto, era elaborada normalmente para o uso de grupos. Isso atraiu um número maior de educadores e formuladores de políticas por ser uma aproximação mais adequada da visão tradicional da educação como algo que ocorre nas classes, ao contrário dos modelos por correspondência ou de universidade aberta, que eram direcionados a pessoas que aprendem sozinhas, geralmente por estudo em casa (p. 39).

O recurso da teleconferência foi utilizada em alta escala, o que determinou uma característica muito importante da quarta geração. Diferentemente das gerações anteriores, nessa, os estudantes passaram a ter a possibilidade de interação com os instrutores, mesmo ambos estando em lugares diferentes.

A quinta geração pode ser considerada um aprimoramento da anterior. A principal e mais importante característica dessa fase é o uso da internet como meio de comunicação entre estudantes e professores. Assim, foi possível a organização de cursos on-line, em que é possível, numa mesma plataforma de comunicação a utilização de textos, áudio e vídeo, permitindo-se superar barreiras geográficas e de comunicação.

Na geração atual em que se encontram os cursos de EaD,

já não existe espaço geográfico, problemas de aspectos sociais, econômicos e físicos, como empecilhos ou barreiras para o acesso ao conhecimento científico, porque a EAD se torna mais do que em qualquer outro tempo histórico uma ferramenta inclusiva, as regiões que sofriam a precariedade do Ensino Superior vêm obtendo um referencial estimulador e incluyente, revelando uma possível mudança nessa realidade no meio social (MENDES et al. 2012, p.7)

## 1.1 CONCEITOS DE EaD

Entre os autores da área, há diversas definições sobre EaD e ênfases em aspectos diferentes. Vamos apresentar alguns deles.

O conceito de Dohmem (1967, *cit. in* ANDRADE, 2000), foca a forma de estudo na Educação à distância ao explicar que ela é uma maneira organizada de auto-estudo onde o aluno aprende com o material que lhe é apresentado, acompanhado e supervisionado por um grupo de professores, o que “é possível através da aplicação de meios de comunicação, capazes de vencer longas distâncias” (Dohmem, 1967, p. 2).

Já Otto Peters (1983 apud ARETIO GARCÍA, 1994) enfatiza a metodologia da Educação à distância explicando que ela é um método de partilhar o conhecimento, através da divisão do trabalho, utilizando meios de comunicação, reproduzindo materiais didáticos de forma que é possível instruir grande número de alunos ao mesmo tempo. Peters, na sua análise, abre uma calorosa discussão que faz parte dos debates sobre EaD até os dias atuais, quando termina explicando que a modalidade é uma forma industrializada de ensinar e aprender. Esse modelo de ensino, baseado na concepção de Peters e praticado pelas mega-universidades à distância, têm sido alvo de inúmeras críticas de educadores devido à sua incapacidade de levar em conta a individualidade dos estudantes. Essa metodologia está baseada no ensino, cabendo à instituição oferecer os meios para os estudantes. Sendo assim, o principal meio de estudo são os materiais disponibilizados pela instituição – sejam eles CDs, materiais impressos ou outros meios. A mediação com um tutor ou um professor é mínima e seu papel é verificar se o aluno está lendo o material didático do curso.

Holmberg (1977), concentra sua análise na diversidade das formas de estudo que a modalidade permite. Para o autor, o termo Educação à distância permite várias formas de estudo, nos vários níveis que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local, mas, mesmo assim, beneficia-se do planejamento, direção e instrução da organização do ensino.

A ênfase nas ações do professor fazem parte do foco de Moore (1973), ao explicar que o Ensino à Distância é definido como um conjunto de métodos em que as ações dos professores ocorrem separadamente das ações dos alunos e a comunicação se dá por meios impressos, mecânicos, eletrônicos ou outros.

Para Moore, a teoria do ensino e da aprendizagem eram independentes, em que há duas vertentes importantes, a distância transaccional e a autonomia do aprendiz, centrando-se uma maior importância nas necessidades do aluno, com uma clara ênfase no estudo independente, autônomo. Esta teoria é composta de 2 dimensões, a distância transaccional e a autonomia do aprendiz. O diálogo está relacionado com a capacidade de comunicação entre o mestre e o aprendiz enquanto que a estrutura é a medida da resposta de um programa às necessidades individuais do aprendiz. Moore considera que a autonomia surge como consequência do processo de maturação do indivíduo e que os programas de EAD, devido à sua estrutura, requerem aprendizes com comportamentos autônomos de modo a conseguirem concluir com sucesso esses mesmos programas. As noções de Moore sobre quantidade de diálogo, estrutura e autonomia do aprendiz contribuíram para o aparecimento posterior de outras contribuições teóricas (MOORE, 1973, p, 28).

Recentemente, os conceitos de EaD têm se referido mais à questão dos encontros presenciais. Keegan (1991) definiu a EaD como uma separação física entre professor e aluno, na qual pode haver encontros ocasionais com objetivos didáticos e de socialização. Para o autor

a base teórica para o EAD pode ser encontrada nas teorias gerais da educação, se forem excluídos os aspectos relacionados com a comunicação oral ou a comunicação de grupos. Para ele ensino e aprendizagem estão separados no tempo e no espaço, mas acaba por ser recreada artificialmente no momento em que ocorre, por isso é muito importante a relação dos materiais de aprendizagem com a própria aprendizagem. Keegan considera que o EAD não é uma comunicação interpessoal, mas uma comunicação através da separação no tempo e no espaço, no que concerne às relações professor-aluno. A comunicação interpessoal é vista como fundamental e bem assim a utilização de textos escritos. A intersubjectividade presente na relação entre o mestre e o aprendiz tem que ser recriada artificialmente, para que ocorra a aprendizagem. A influência dos materiais pedagógicos na aprendizagem assume um papel central neste processo, Keegan argumenta que esta relação de aprendizagem está presente na escola tradicional, pois o aprendiz está inserido num ambiente propício de apoio à aprendizagem. Keegan pensa que no caso do estudante que frequenta programas de EAD, é necessário recriar um vínculo entre o processo de ensino e o processo de aprendizagem através da comunicação interpessoal deliberadamente planeada (KEEGAN, 1991, p.128).

A definição de Keegan é a que mais se aproxima do tipo de EaD que foi implantada no Brasil. O conceito de Educação à distância no Brasil pelo Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005) é este:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos

processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A definição acima complementa-se logo adiante, no primeiro parágrafo do mesmo artigo, quando é a bordada a obrigatoriedade dos encontros presenciais, como se segue:

§ 1º A Educação a Distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

I – avaliações de estudantes;

II – estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

III – defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente e

IV – atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Fazendo um levantamento dos conceitos usados e da legislação que organiza o assunto, a Educação à distância ocorre quando aluno e professor (ou tutor) estão separados espacialmente na maior parte do tempo, pois há a previsão de momentos presenciais. Essa separação espacial é contornada nos dias atuais pelo uso das novas tecnologias, entre elas a transmissão de dados, de voz e de imagens, ressaltando que essas tecnologias convergem nos dias atuais para o uso dos computadores, *tablets* e celulares.

Para Kaye & Rumble (1981), são características da Educação à distância:

- 1) A EaD é capaz de atender a uma população que se encontra dispersa geograficamente, localizadas em áreas periféricas e que normalmente não são atendidas por instituições convencionais.
- 2) A EaD tem em seu mecanismo a utilização de múltiplas comunicações, situação que possibilita o enriquecimento de recursos didáticos e diminui a dependência do ensino face a face.
- 3) A EaD possibilita uma melhoria na qualidade de materiais didáticos elaborados pelas instituições participantes desse meio de ensino, à medida que para a elaboração desses materiais de cursos à distância é necessária a utilização de especialistas na área.

- 4) A EaD estabelece a possibilidade do processo de aprendizagem ser personalizado, de forma que a sequência acadêmica possa se adequar e responder ao ritmo e rendimento do aluno.
- 5) A EaD proporciona ao aluno adquirir habilidades para realizar seu estudo de forma mais independente que o tradicional.
- 6) A EaD formaliza vias de comunicação bidirecionais e frequentes relações de mediação dinâmica e inovadora.
- 7) A EaD garante a permanência do aluno em seu meio cultural e natural, evitando-se os êxodos que incidem no desenvolvimento regional.

## 1.2 HISTÓRIA DA EaD NO MUNDO

Os primeiros registros que se tem sobre iniciativas em Educação à distância são as aulas por correspondência. Em 1856, Charles Toussaint e Gustav Langenscheit criaram uma escola de língua em que a aprendizagem acontecia por correspondência. Outra iniciativa que se tem notícia foi em 1892 na Universidade de Chicago, onde foi feita uma tentativa de implementação de um curso para formação de professores para escolas paroquiais. Esse curso também era por correspondência, assim como outros cursos desenvolvidos em outros países no mesmo período.

O recurso de material impresso é o único que se tem notícia no período, até que, em 1928, a BBC começa a oferecer curso de educação de adultos utilizando o rádio. Essa forma de difusão do conhecimento começa a ser utilizada em diversos países. Os anos que se seguem são marcados por um forte avanço nas tecnologias da comunicação de massa, o que vai influenciar fortemente as metodologias do Ensino à Distância, introduzindo, nesse modelo de ensino, o uso do telefone e da televisão.

No período pós-guerra, muitas experiências de EaD foram desenvolvidas com a intenção de capacitar os europeus em novas atividades, pois os avanços científicos ocorridos durante a guerra influenciaram na demanda de novas

profissões. Além disso, tornara-se urgente a formação de novos professores, já que os que haviam eram insuficientes. Sendo assim, a EaD surgiu como uma alternativa que permitia um atendimento rápido a um público numeroso.

Nesse contexto, surgem as primeiras grandes experiências em EaD, como a *British Open University*, que para Barros (2003) foi a pioneira no modelo de EaD que conhecemos hoje. Litwin (2001, p. 15), explica que

“a *Open University* [...] mostrou ao mundo uma proposta com um desenho complexo, a qual conseguiu, utilizando meios impressos, televisão e cursos intensivos em períodos de recesso de outras universidades convencionais, produzir cursos acadêmicos de qualidade. [...] A *Open University* transformou-se em um modelo de ensino a distância”.

Porém, o grande avanço da EaD aconteceu após os anos de 1960 quando diversas universidades europeias passaram a oferecer cursos de EaD na educação secundária e superior a maioria seguindo o modelo da *British Open University*.

Segundo Moore & Kearsley (2007), nas últimas décadas a EaD se ampliou a ponto de, nos dias atuais, ter “alcance global”: países com diferentes trajetórias na área da educação adotaram essa modalidade de ensino.

### 1.3 HISTÓRIA DA EaD NO BRASIL

Os primeiros movimentos da EaD no Brasil surgiram em 1891: nesse ano, foi publicado no *Jornal do Brasil* um anúncio de um curso profissionalizante para datilógrafo por correspondência. Contudo, o marco inicial dessa modalidade no Brasil é a criação da *Radio Sociedade do Rio de Janeiro*, fundada por membros da *Academia Brasileira de Ciências*, tendo como principal sócio o antropólogo Roquete Pinto. Tal Rádio tinha, em sua programação, transmissão de programas educacionais; logo depois ela foi vendida para o Ministério da Educação. O *Instituto Monitor*, criado em 1939, e o *Instituto Universal Brasileiro*, fundado em 1941, são exemplos de iniciativas que, ainda hoje, ofertam cursos por correspondência atendendo estudantes em todo o território nacional.



A preocupação com os programas de formação que utilizavam os meios de comunicação originou a criação da *Comissão para Estudos e Planejamento da Radiodifusão Educativa* e o *Programa Nacional de Teleducação* – PRONTEL – em 1965 (PRETI, 1996). Assim, foi criado o *Projeto Minerva*, em 1970, que atendia aos egressos do MOBRAL – *Movimento Brasileiro de Alfabetização* – com o objetivo de garantir a formação dos alunos no primeiro grau – atual Ensino Fundamental.

Segundo Alonso (2006), o *Projeto Minerva* chegou a atender 300.000 pessoas, mas o aproveitamento foi muito baixo: somente 60.000 realizaram a prova de certificação e, desses, 33% foram aprovados.

O Estado da Bahia não participou do *Projeto Minerva*, lá, foi realizado um projeto próprio, o *Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia* – IRDEB –, mas, como era um projeto fundado em parceria com empresas de fomento, com a retirada de tais empresas o projeto não vingou.

Nos anos de 1970, a EaD no Brasil toma forma de Política Pública através dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, projeto que utilizou a televisão para atingir o público de primeiro grau. Essas foram experiências pontuais, mas que foram importantes para se perceber as possibilidades da EaD no Brasil.

Após a abertura política no Brasil, foram implementados projetos visando a uma formação mais crítica dos professores (ALONSO, 2006). Esse foi o caso da *Fundação Nacional TV Educativa*, mas que caiu em descrédito já que não oferecia certificação aos professores que participavam.

Na década de 1990, foi criado um programa para atualização de professores em serviço, através do programa *Um Salto Para o Futuro*, que foi resultado de parceria entre o Ministério da Educação, a Fundação Roquete Pinto e a TV Educativa. O programa permite a atualização de professores através da sua grade de programação, além de ter um grande acervo de vídeos com atividades pedagógicas. Esse programa ainda está em funcionamento nos dias de hoje e faz parte da programação da TV Escola.

O ano de 1996 se destaca no contexto histórica da EaD no Brasil, pois nele foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), a

primeira LDB que prevê a EaD como parte do Sistema Educacional brasileiro (Art. 80). Nesse mesmo ano, é criada a Secretaria de Educação à distância (SEED/MEC), com a finalidade de implementar uma política de formação à distância, uma vez que, até esse momento, as ações no campo da EaD eram pontuais e emergenciais, acontecendo na periferia do Sistema Educacional.

Um fato importante a assinalar é que a criação da SEED ocorreu um ano após o início da primeira experiência de curso de graduação à distância no país (1995), o *Curso de Licenciatura Plena em Educação Básica: 1º a 4º série do 1º grau através da modalidade de Educação a Distância* (atual Curso de Pedagogia, modalidade Licenciatura para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental) da Universidade Federal de Mato Grosso, por meio do seu Núcleo de Educação Aberta e à Distância (criado em 1992). O curso foi resultado de parceria da UFMT com a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT –, com o Governo do Estado de Mato Grosso, com as Prefeituras Municipais e com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Mato Grosso – SINTEP.

Em virtude da possibilidade expressa na LDB 9.394/96 acerca da inserção da EaD no sistema de ensino brasileiro e da premente obrigatoriedade de formação de professores da Educação Básica até o ano de 2008, os primeiros cursos de graduação à distância vão priorizar a formação de professores em serviço, mediante à oferta de Licenciaturas.

Assim, em 1998, a Universidade Federal do Paraná – UFPR – e a Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC – implantam seus cursos de Pedagogia para as séries iniciais do Ensino Fundamental na modalidade à distância.

No ano de 2000, entram para esse rol, de maneira consorciada, o Estado de Minas Gerais, pelo Consórcio VEREDAS (integrando Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais) e o Estado do Rio de Janeiro, com o Consórcio CEDERJ (formado pelas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro).

#### 1.4 EaD COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO

De acordo com Teixeira (2002), Políticas Públicas são diretrizes, isto é, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que, normalmente, envolvem aplicações de recursos públicos.

Para Matias-Pereira, “as políticas públicas têm sido definidas e implantadas como uma resposta do Estado para atender as demandas que surgem a partir dos anseios da população” (2008, p.48). Essas respostas podem ser entendidas por uma necessidade de os governantes agirem em longo prazo numa área determinada. Porém, o acompanhamento e avaliações das formas com que essas Políticas Públicas estão sendo colocadas em prática são importantes para o sucesso desses empreendimentos. A desatenção em tais áreas sujeita essas Políticas Públicas à fragilidade e a descontinuidade.

Nesse sentido, é importante destacar que a educação deve ser entendida como parte integrante de um elenco de Políticas Públicas e sociais que estão sendo implantadas no Brasil.

A aceleração do crescimento da Educação à distância tem gerado uma expectativa referente ao seu possível retorno à sociedade em forma de expansão do Ensino Superior. Essa expansão tem sido parte integrante do discurso de democratização do Ensino Superior. Segundo Matias-Pereira (2008), a EaD não é uma Política Pública em substituição aos cursos presenciais, pois ela tem seu público específico. O autor explica que

a utilização da ferramenta EaD permite incluir, por meio da oferta de oportunidade de educação da qualidade, um grande número de pessoas que estão distantes de centros de formação, e que estão impossibilitadas de freqüentar os ambientes presenciais. A educação a distância, nesse contexto, é aceita como a ferramenta mais adaptável para atender a demanda de um enorme contingente da população do país que já se encontra em idade adulta, em atividade profissional, ou impossibilitada de se locomover. São pessoas que não podem freqüentar o ensino presencial, pois não dispõem das condições adequadas para isso (p.46).

Segundo pesquisa realizada por Vianney (2007), há diferenças socioeconômicas relevantes entre os alunos dos cursos presenciais e os alunos dos cursos à distância. Os resultados de sua pesquisa, demonstraram que os alunos dos cursos à distância são predominantemente,

casados, têm filhos, são menos brancos, mais pobres, contribuem em maior proporção para o sustento da família, têm menos acesso à internet em casa e utilizam mais os recursos da rede no ambiente do trabalho, e cursaram o Ensino Médio majoritariamente em escolas públicas, e têm pai e mãe com menor escolaridade em relação aos alunos dos cursos presenciais (VIANNEY, 2007 p. 208).

Em seu trabalho realizado na elaboração de sua tese de doutorado intitulado “Representações Sociais da Educação a Distância” (2007), Vianney fornece dados relevantes para percebermos o alcance da EaD como uma política de inclusão. Sua pesquisa faz uma análise de dados fornecida pelo ENADE, apontando uma diferenciação das características socioeconômicas entre alunos de cursos à distância e cursos presenciais. A tabela que segue é extraída da pesquisa do autor.

**Tabela 3: Indicadores sociais entre alunos EaD X alunos presenciais**

Fonte: VIANNEY (2007)

| <b>CRITÉRIO / INDICADOR</b> |   | <b>ALUNO<br/>POR EAD<br/>(EM %)</b> | <b>ALUNO<br/>PRESENCIAL<br/>(EM %)</b> |
|-----------------------------|---|-------------------------------------|--|
| 01                          | Percentual de alunos casados                | 52                                  | 19                                     |
| 02                          | Alunos com 2 ou mais filhos                 | 44                                  | 11                                     |
| 03                          | Cor da pele branca                          | 49                                  | 68                                     |
| 04                          | Renda familiar de até 3 salários mínimos    | 43                                  | 26                                     |
| 05                          | Renda familiar acima de 10 salários mínimos | 13                                  | 25                                     |
| 06                          | Trabalha e ajuda a sustentar a família      | 39                                  | 19                                     |
| 07                          | É a principal renda da família              | 23                                  | 07                                     |
| 08                          | Pai com Ensino Médio ou superior            | 18                                  | 51                                     |
| 09                          | Mãe com Ensino Médio ou superior            | 24                                  | 54                                     |
| 10                          | Tem acesso à internet                       | 82                                  | 92                                     |
| 11                          | Usa o computador em casa                    | 55                                  | 72                                     |
| 12                          | Usa o computador no trabalho                | 65                                  | 53                                     |
| 13                          | Estuda mais de 3 horas por semana           | 53                                  | 51                                     |
| 14                          | Cursou o Ensino Médio em escola pública     | 67                                  | 51                                     |
| 15                          | Cursou o Ensino Médio em escola privada     | 15                                  | 33                                     |

Os indicadores da tabela anterior revelam o forte caráter inclusivo da Educação Superior à distância no país. A simples confrontação dos perfis socioeconômicos entre os alunos da EAD e os do ensino presencial de cursos

equivalentes demonstra a importância social que as instituições oferecedoras esse tipo de curso têm fornecido.

A inclusão no Ensino Superior é tratada por Vieira & Vieira (2010) como essencial numa proposta de sociedade brasileira democrática, mas para que isto de fato ocorra, as políticas de acesso para o este nível de ensino devem romper diversas barreiras e não reproduzir desigualdades.

Para Correa (2007), a EaD surgiu no cenário internacional baseado na democratização do ensino para responder às necessidades educacionais de um público que teve sua escolarização interrompida ou que está geograficamente impossibilitado de se deslocar para os centros de formação. A autora ainda explica que

historicamente, a EaD surgiu para superar as distâncias geográficas, mas atualmente, na sociedade complexa que vivemos várias outras distâncias nos afastam em virtude das diferenças culturais, sociais e afetivas, ou então, distâncias enormes são forjadas pelas desigualdades econômicas e sociais (CORREA, 2007, p.10).

Em relação à possibilidade de beneficiar regiões distantes dos grandes Centros Educacionais, em alguns casos ainda é possível verificar a falta de recursos tecnológicos, o que

requer a mobilização do governo e da iniciativa privada para ampliação e melhoria desse serviço. Entretanto, nas regiões onde as novas tecnologias têm chegado com rapidez, cria-se um bom suporte aos estudantes que desejam se beneficiar do ensino e qualidade dos grandes polos (SILVA, 2011, p. 44).

Ainda sobre alcance geográfico Niskier (2000, p. 157), nos traz, também sua colaboração ao explicar que

os meios tradicionais não conseguiram nem conseguem suprir a nossa carência crônica de educação. (...) deve-se reconhecer que o país, de dimensões quase continentais, exige outras soluções, sobretudo por uma questão de justiça social.

Com base nos autores apresentados, é possível perceber a importância que a EaD alcançou no cenário educacional brasileiro, no que se refere à democratização do Ensino Superior e a inclusão de uma fatia da população que não tem acesso à universidade presencial. Não é objetivo deste trabalho fazer uma análise da inclusão e democratização do Ensino Superior, mas esse assunto, por si só, já demonstra a

importância da análise feita no presente trabalho. Porém, é preciso ter uma visão realista diante dos alcances que essa política pode conquistar. Para isso, é necessário a realização de uma ampla discussão em termos de planejamento e gestão.

Dessa forma, por partirmos do pressuposto que a EaD faz parte de uma Política Pública de democratização e inclusão no Ensino Superior, o esforço compreendido nesse trabalho, ao analisar o CEDERJ visa a oferecer subsídios para o planejamento de ações desse tipo. Verificar os pontos que ainda necessitam de atenção numa instituição como a estudada aqui é contribuir para a democratização do Ensino Superior e a inclusão de grupos que historicamente estiveram distantes das universidades.

## 2

### O CEDERJ E A FUNDAÇÃO CECIERJ

#### 2.1 O CONSÓRCIO CEDERJ

Segundo COSTA<sup>9</sup> (2004), a ideia da formação de um consórcio público para a oferta de cursos de graduação à distância no Rio de Janeiro foi do professor Darcy Ribeiro. Esse fato ocorreu durante seu mandato como Senador da República, a pedido do Governador Leonel Brizola, quando Darcy Ribeiro se dedicou à implantação de uma nova universidade no Estado do Rio de Janeiro, e no Senado, conseguiu verbas para a realização do projeto.

Durante a implementação do projeto da UENF, as localizações das universidades públicas no Estado chamaram a atenção de Darcy Ribeiro, pois todas estavam na capital, ou próximas a ela. Para o Senador, a solução seria criar uma universidade num “modelo de Educação à distância que oferecesse aos jovens do interior a oportunidade de fazerem cursos de nível superior, sem que fosse preciso deixar suas cidades” (SOUZA, 2006). Essa ideia, segundo Costa (2004), foi deixada por Darcy Ribeiro com Wanderley de Souza, o primeiro reitor da UENF, e Antony Garotinho, que era prefeito do Município de Campos dos Goytacazes.

No ano de 1998, Anthony Garotinho venceu a eleição para governador do Estado do Rio de Janeiro, nomeando para Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, Wanderley de Souza – professor titular do Instituto de Biologia da UFRJ. Nesse mesmo ano, foi criada a Superintendência de Educação à distância da Secretaria de Ciência e Tecnologia, cujo professor Carlos Bielschowsky – professor titular do Instituto de Química da UFRJ – foi convidado para presidir. Esse cargo foi criado com a missão de articular as universidades públicas do Rio de Janeiro para o oferecimento de cursos de graduação à distância no interior do Estado.

Através da articulação realizada pela Superintendência de Educação a Distância da Secretaria de Ciência e Tecnologia, em janeiro de 2000, foi assinado

---

<sup>9</sup> Professor titular do Instituto de Matemática da UFF.



um termo de convênio entre as universidades públicas do Rio de Janeiro, criando o Consórcio CEDERJ, coordenado por Carlos Bielschowsky. Nesse início, o Governo do Estado era responsável pelo financiamento e operacionalização das atividades do CEDERJ através da Secretaria de Ciência e Tecnologia, às universidades, ficaram as responsabilidades acadêmicas e, cabendo aos municípios toda a estrutura dos polos de apoio presencial.

O cursos foram organizados, inicialmente, da seguinte forma:

- Licenciatura em Matemática: oferecido pela UFF, sob a coordenação do Professor Celso Costa;
- Licenciatura em Física: oferecido pela UFRJ, sob a coordenação do Professor Felipe Canto;
- Licenciatura em Química: oferecido pela UFRJ, sob a coordenação do Professor Antônio Chaer;
- Licenciatura em Ciências Biológicas: oferecido pela UENF e UFRJ, coordenados respectivamente pelo professor Wilmar Dias e professora Massako Massuda;
- Pedagogia das Séries Iniciais: oferecido pela UERJ e UNIRIO, coordenados respectivamente pelas professoras Raquel Villardi e Denise Sardinha.

Outra importante mudança na estrutura do Consórcio, ocorreu com a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). O financiamento que até então era provido pelo Governo do Estado e pelos Municípios, passou a contar, também, com o Governo Federal. Através de editais lançados pela UAB, as instituições públicas de Ensino Superior que ofereciam cursos à distância, ou tinham projetos para fazê-lo, poderiam concorrer a aportes financeiros para desenvolver seus cursos e polos. No primeiro edital lançado pela UAB, no ano de 2005, o CEDERJ teve seu projeto aprovado, juntamente com seus polos. A partir de então, algumas despesas, como pagamento de bolsas e aquisição de alguns materiais passaram a ser realizados pelo Governo Federal, via UAB.

### 2.1.1 A estrutura do CEDERJ

Participam do Consórcio CEDERJ as seguintes instituições públicas de Educação Superior: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET). Além dessas instituições, algumas federais e outras estaduais, os municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro têm uma importante atuação no processo, uma vez que é neles que funcionam os polos de apoio presencial.

#### 2.1.1.1 Os vestibulares

O primeiro vestibular, em 2001, disponibilizou vagas para o curso de Licenciatura em Matemática, logo após o Conselho Nacional de Educação decide aprovar o credenciamento

da Universidade Federal Fluminense, em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro, para a oferta do curso de Matemática, licenciatura plena, na modalidade a distância. (CNE, 2001)

A UFF ofereceu, nesse vestibular, 160 vagas que foram divididas entre os quatro polos existentes: Itaperuna, Paracambi, São Fidélis e Três Rios. O concurso foi organizado pela Coordenadoria de Seleção da UFF, tendo 401 candidatos inscritos, sendo 112 em Três Rios, 102 em Paracambi, 96 em São Fidélis e 91 em Itaperuna (UFF, 2001).

No ano seguinte, 2002, participaram do vestibular do CEDERJ a UFF e a UENF. A UFF disponibilizou 460 vagas para o curso de licenciatura em matemática, e a UENF, 150 para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Nesse ano, o

número de polos que se integraram ao CEDERJ aumentou de quatro para onze (RIO DE JANEIRO, 2002).

O vestibular de 2003 teve uma peculiaridade: as vagas do concurso foram disponibilizadas em dois editais diferentes. No primeiro, eram oferecidos os cursos de Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Física, o último recém-implantado – todos eles para ampla concorrência. O outro edital era referente às vagas do curso de Pedagogia, oferecido pela UERJ e UNIRIO, concurso exclusivo para professores da rede pública de ensino, conforme indicado no item 1.3 de seu edital:

A 1ª Seleção Pública do Consórcio CEDERJ ***está aberta a todo candidato que seja Professor das Redes Públicas Municipal, Estadual ou Federal do Estado do Rio de Janeiro***, que seja portador de Diploma de Conclusão de Ensino Médio em Curso de Formação de Professores de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental e que esteja em efetivo exercício em estabelecimento educacional da rede pública neste Estado (RIO DE JANEIRO, 2003, grifos nossos)

Pela primeira vez o vestibular do CEDERJ reservou vagas para professores da rede pública, um critério que o consórcio manteve nos vestibulares seguintes, porém em menor proporção. Além da peculiaridade do edital citado, o vestibular 2003 destacou-se pelo aumento do número de vagas oferecidos que passou de 610 do ano anterior para 2.869.

A partir do ano de 2003, o CEDERJ passou a ser administrado pela Fundação CECIERJ. A partir de então, os vestibulares que eram planejados, coordenados e executados pela COSEAC-UFF, passaram a ser realizados pela Fundação CECIERJ. Após essa mudança, a partir do ano de 2004, o Consórcio passou a realizar dois vestibulares por ano, um para cada semestre. Desde então, o número de vagas oferecidos no vestibular foi aumentando, de 3.669, no ano de 2004, para 11.496, no ano de 2012, como pode ser observado na tabela 4. O número de inscritos no vestibular tem aumentado na mesma proporção: no ano de 2003 foram 5.321 candidatos inscritos, no processo de seleção e, em 2012, 23.135 pessoas se candidataram às vagas do vestibular.

**Tabela 4: Evolução do Número de Vagas Disponibilizados nos Editais do Consórcio CEDERJ por ano e semestre**

Fonte: Editais de concurso vestibular para Educação Superior a Distância. (2004-2012)

| semestre/ano | 2004  | 2005  | 2006  | 2007  | 2008  | 2009  | 2010  | 2011  | 2012   |
|--------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|
| 1 semestre   | 1.684 | 2.187 | 2.476 | 3.141 | 3.311 | 4.011 | 3.718 | 4.521 | 5.415  |
| 2 semestre   | 1.985 | 2.286 | 2.216 | 3.191 | 3.586 | 3.696 | 4.550 | 4.985 | 6.081  |
| total        | 3.669 | 4.473 | 4.692 | 6.332 | 6.897 | 7.707 | 8.268 | 9.506 | 11.496 |

O vestibular do CEDERJ é unificado, de forma que todos os candidatos são submetidos às provas no mesmo dia e com o mesmo conteúdo conforme o curso escolhido. Porém, é importante observar que a unificação não inclui o critério de distribuição de vagas, pois este critério obedece às determinações que cada universidade tem para seus cursos presenciais. Dessa forma, a cada edital de vestibular do CEDERJ, uma complexa tabela é disponibilizada ao candidato. Nela, está distribuída a disponibilidade das vagas com o seguintes critérios<sup>10</sup>:

- ampla concorrência – podendo se inscrever nessa categoria qualquer candidato com nível médio completo;
- professores da rede pública – professores que estejam no mínimo a três meses no cargo;
- Enem – no caso de vestibular no meio do ano, é usada a nota do Enem do ano anterior;
- Enem ação afirmativa – para alunos que tenham realizado o Enem e tenham cursado integralmente e com aprovação, todas as séries do Ensino Médio em estabelecimentos de ensino da rede pública brasileira e possuam renda familiar *per capita* menor ou igual a um salário mínimo nacional vigente;
- Cotas diversas – para negros e indígenas, alunos oriundos da rede pública de ensino que não ingressaram pelo Enem, pessoas com deficiência (conforme

<sup>10</sup> A descrição dos critérios foram baseadas no vestibular 2012.2

os termos da legislação em vigor) e filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

O critério de distribuição das vagas conforme as universidades, seguiu, no ano de 2012 os percentuais apontados na tabela 5.

**Tabela 5: Critérios de Distribuição de Vagas de cada Instituição Participante do CEDERJ**

Fonte: Rio de Janeiro, 2012

| critérios de distribuição   | Instituições |     |        |       |      |      |       |
|-----------------------------|--------------|-----|--------|-------|------|------|-------|
|                             | UFRJ         | UFF | Unirio | UFRRJ | Uerj | Uenf | Cefej |
| Ampla concorrência          | 30%          | 50% | 50%    | 70%   | 36%  | 8%   | 70%   |
| Professores da rede pública | 10%          | 20% | 20%    |       |      | 17%  |       |
| Enem                        | 30%          | 30% | 30%    | 30%   | 19%  | 30%  | 30%   |
| Enem ação afirmativa        | 30%          |     |        |       |      |      |       |
| Cotas                       |              |     |        |       | 45%  | 45%  |       |

Após a aprovação no vestibular, o aluno se matricula no curso escolhido. Esse aluno terá duas matrículas, uma na universidade que oferece o curso e outra no sistema do CEDERJ. A matrícula é realizada no polo que o aluno escolheu no ato da inscrição do vestibular, sendo a ausência desse aluno ao polo no dia marcado para matrícula configurada como desistência, o que gera uma lista de reclassificação de candidatos aprovados.

#### 2.1.1.2 As universidades

A participação das universidades se dá a partir do oferecimento das vagas nos cursos de graduação à distância. Até o ano de 2012, os cursos oferecidos pelas Universidades consorciadas eram os que constam na tabela 6.

**Tabela 6: Cursos Oferecidos pelas Universidades e pelo Centro Federal Tecnológico no Ano de 2012**

Fonte: Rio de Janeiro, 2012-a

| Cursos                     | Instituições |      |        |        |        |          |
|----------------------------|--------------|------|--------|--------|--------|----------|
|                            | UFRJ*        | UFF* | UFRRJ* | Uenf** | Uerj** | Cefet*** |
| Administração              |              |      | x      |        |        |          |
| Administração Pública      |              | x    |        |        |        |          |
| Licenciatura em Biologia   | x            |      |        | x      | x      |          |
| Licenciatura em Química    | x            |      | x      | x      | x      |          |
| Licenciatura em Matemática |              | x    | x      | x      | x      |          |
| Licenciatura em História   |              |      | x      | x      | x      |          |
| Licenciatura em Física     | x            |      | x      | x      | x      |          |
| Licenciatura em Pedagogia  |              |      | x      | x      | x      |          |
| Licenciatura em Turismo    |              |      | x      |        |        |          |
| Tecnologia da Informação   | x            | x    |        |        |        |          |
| Tecnólogo em Turismo       |              |      |        |        |        | x        |

Cabe aos docentes das próprias universidades conveniadas a competência acadêmica dos cursos à distância. São eles que preparam o projeto pedagógico e o material didático e, ainda, cuidam da tutoria e da avaliação. Para isso, as instituições devem dispor de docentes do seu quadro para cumprir as funções de coordenadores de curso, coordenadores de disciplina e professores conteudistas.

No ano de 2012, os cursos estavam distribuídos conforme a tabela 7. A organização dos cursos que não tem disciplinas pedagógicas são mais simples, como Administração, Administração Pública e Tecnologia do Turismo – cursos coordenados e certificados pela mesma instituição. O curso de Sistema de Computação tem duas coordenações, pois, apesar de a UFF ser a única que oferta o curso no CEDERJ, cabe a UFRJ o oferecimento de algumas disciplinas.

**Tabela 7: Organização dos Cursos conforme Instituição que coordena e que certifica**

Fonte: Rio de Janeiro, 2012-a

|               |                       | <b>Administração</b>    |                      |                      |
|---------------|-----------------------|-------------------------|----------------------|----------------------|
|               |                       | Disciplinas pedagógicas | Coordenação          | Certificação         |
| <b>Cursos</b> | Administração         | -                       | UFRRJ                | UFRRJ                |
|               | Administração Pública | -                       | UFF                  | UFF                  |
|               | Ciências Biológicas   | UERJ<br>UFRRJ<br>UENF   | UFRJ<br>UENF<br>UERJ | UFRJ<br>UENF<br>UERJ |
|               | Física                | UERJ<br>UFRRJ<br>UENF   | UFRJ                 | UFRJ                 |
|               | História              | UERJ<br>UFRRJ<br>UENF   | UNIRIO               | UNIRIO               |
|               | Letras                | UERJ<br>UFRRJ<br>UENF   | UFF                  | UFF                  |
|               | Matemática            | UERJ<br>UFRRJ<br>UENF   | UFF<br>UNIRIO        | UFF<br>UNIRIO        |
|               | Pedagogia             | UERJ<br>UFRRJ<br>UENF   | UERJ<br>UNIRIO       | UERJ<br>UNIRIO       |
|               | Química               | UERJ<br>UFRRJ<br>UENF   | UFRJ                 | UENF<br>UFRJ         |
|               | Turismo               | UERJ<br>UFRRJ<br>UENF   | UFRRJ                | UFRRJ                |
|               | Sistema de Computação | -                       | UFF<br>UFRJ          | UFF                  |
|               | Tecnologia em Turismo | -                       | CEFET                | CEFET                |

Como é possível perceber na tabela 7, a organização das licenciaturas é mais complexa. As disciplinas de bacharelado dos cursos são oferecidas pela instituição que certifica o aluno e as disciplinas pedagógicas são oferecidas pela UERJ, UENF ou UFRRJ, dependendo do polo que o aluno esteja matriculado. Essa proposta de organização acontece, principalmente, devido a não participação de todos os institutos e faculdades das universidades. Um exemplo disso é a UFRJ, como a

Faculdade de Educação que, até a realização das presentes observações, não participava do Consórcio, então as disciplinas pedagógicas dos cursos de licenciatura da UFRJ têm que ser oferecidos pelas outras instituições. Além disso, alguns cursos são oferecidos por diversas instituições, de forma que a instituição a que o aluno estará vinculado vai depender do polo que ele escolheu a fazer o vestibular. Um exemplo disso é o curso de Ciências Biológicas: se o aluno optar pelo polo de Nova Iguaçu, por exemplo, terá seu diploma emitido pela UFRJ, já se sua opção for Paracambi, seu curso será certificado pela UERJ, mas, se optar por Petrópolis, a expedição de seu diploma será realizada pela UENF.

### 2.1.1.3 A estrutura colegiada do Consórcio

O Consórcio é formado por uma estrutura colegiada, de onde emanam as principais decisões acerca dos cursos oferecidos pelo CEDERJ e assuntos referentes à Fundação CECIERJ. O colegiado do Consórcio se divide nos Conselhos que se seguem:

- Conselho Superior é a instância de maior poder decisório do consórcio CEDERJ e da Fundação CECIERJ. Apesar desse conselho ser listado como órgão do CECIERJ, optamos por citá-lo como instância do Consórcio CEDERJ, pois sua maioria é constituída por representantes do Consórcio CEDERJ. Ou seja, as seis Universidades e o CEFET, o presidente e vice-presidente da Fundação CECIERJ, um representante da SBPC, da Academia de Ciência, da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e da Secretaria Estadual de Educação. O Conselho Superior é o órgão superior normativo do consórcio que traça as principais diretrizes para o planejamento e desenvolvimento das diversas atividades do consórcio. Esse conselho delibera sobre a abertura de novos cursos, sobre o calendário acadêmico, sobre as vagas do vestibular. Além disso, é responsável pelo Regimento Interno da Fundação CECIERJ, assim como sua movimentação financeira. O



Conselho se reúne 4 (quatro) vezes ao ano, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, competindo-lhe

- I – Aprovar o Regimento Interno da Fundação;
- II – Aprovar o plano de cargos e vencimentos da Fundação;
- III – Determinar a política, as prioridades e a orientação geral de atuação da Instituição;
- IV – Orientar a política patrimonial e financeira da Fundação;
- V – Traçar diretrizes e políticas de manutenção e desenvolvimento das atividades fundamentais, objeto de Consórcio ou Convênio, com vistas ao oferecimento do Ensino Superior na modalidade à distância. (RIO DE JANEIRO, 2002b)

- Conselho de Estratégias Acadêmicas, é o órgão central de acompanhamento das atividades de ensino e tem funções consultiva e deliberativa. O Conselho é formado pelos seis Pró-reitores de Graduação das universidades participantes, dois representantes dos alunos, um representante dos técnicos administrativos, um representante dos coordenadores de curso de graduação, a Vice-Presidência de Educação Superior à Distância e a Presidência da Fundação CECIERJ, sendo presidido por esse último. Os Pró-reitores, além de participarem do Conselho de Estratégia Acadêmica, são responsáveis pelo encaminhamento e aprovação da oferta de vagas pelos órgãos competentes nas Universidades, bem como pela indicação dos Coordenadores de Curso/Área, sendo assim os responsáveis pelo bom andamento dos cursos. (Idem, Ibdem).

#### 2.1.1.4 Os Recursos Humanos

Para dar conta da complexidade da organização desses cursos, o CEDERJ conta com uma grande equipe de profissionais vinculados às Universidades e ao CEFET-RJ

Todos os cursos e disciplinas têm um docente coordenando, além dos professores autores-conteudistas, que são responsáveis pela elaboração do material didático. Esses profissionais, são docentes das universidades, onde continuam mantendo suas atividades e recebendo uma bolsa (pela UAB ou pelo

CEDERJ) para atuarem, também, no Consórcio.

Além da atuação direta nos cursos e disciplinas, os coordenadores integram colegiados que constituem os conselhos deliberativos do Consórcio, são eles: o Conselho Superior, o Conselho de Estratégias Acadêmicas e o Conselho de Coordenadores de Cursos.

#### 2.1.1.4.1 *Coordenadores de Curso*

As instituições consorciadas possuem Coordenadores de Curso relativos aos cursos que diplomam e/ou às áreas do conhecimento sob a sua responsabilidade. A indicação dos coordenadores segue o critério vigente em cada Universidade. O Coordenador de Curso/Área tem papel fundamental na articulação das ações pertinentes ao Consórcio CEDERJ junto à Instituição de origem, bem como junto à Fundação CECIERJ para garantir o bom funcionamento do curso/área sob a sua coordenação adequando as normas de sua instituição às necessidades do CEDERJ. Sob a sua responsabilidade estão a Coordenação de Tutoria do Curso/Área, os Coordenadores de Disciplinas e os Professores Autores-Conteudistas. O coordenador de curso supervisiona as atividades acadêmicas, acompanhando o trabalho dos coordenadores de disciplinas. Além disso, eles fazem duas visitas aos polos por semestre e participam do Conselho de Articulação Acadêmica.

Uma importante função do coordenador de curso é cumprimento do cronograma do CEDERJ, haja vista que os calendários acadêmicos das instituições são diferentes entre si e, esses, diferentes do calendário do Consórcio.

Para que sua atuação seja produtora, é necessário que eles tenham uma integração com o polo e com os alunos do curso. A maior parte dessa integração é realizada através da plataforma onde todos os alunos têm acesso ao coordenador do curso. Além das visitas semestrais, os coordenadores também se revezam nas aulas inaugurais, momento em que os alunos novos têm seu primeiro contato com o curso.

#### 2.1.1.4.2 *Coordenador de Disciplina*

O Coordenador de Disciplina é responsável por uma das disciplinas que compõem a grade curricular de um ou mais cursos do Consórcio CEDERJ. A essa função cabe a elaboração das avaliações presenciais e sua correção e a elaboração das avaliações à distância.

Até o ano de 2011, o Coordenador de Disciplina era indicado entre os docentes das Instituições consorciadas pelo Coordenador de Curso, com critérios desconhecidos. Em 2012, o CEDERJ centralizou, tornou público e modificou alguns critérios dessa seleção. Para se candidatar ao cargo, é preciso ser docente de uma das instituições participantes e, no mínimo, ter o mestrado completo. A avaliação do candidato é realizada através de entrevista e análise do currículo com pontuação para formação, experiência docente, experiência em EaD e produtividade acadêmica.

Essa nova configuração para seleção de coordenador de disciplina possibilitou a transparência dessa escolha. Além disso, a partir de então, os novos coordenadores de disciplinas passaram a ser profissionais mais alinhados à EaD devido a esse ser um critério da avaliação dos candidatos. Isso possibilitou que os profissionais que atuam nesse cargo tenham mais experiência e, com isso, levando a diminuição de alguns problemas ao longo desses anos.

#### 2.1.1.4.3 *Professor Autor-Conteudista de Disciplina*

A seleção do Professor Autor-Conteudista, até 2011, seguia os mesmos critérios que a dos Coordenadores de Disciplinas. Da mesma forma, no ano de 2012, sofreu as mudanças idênticas às descritas anteriormente, proporcionando os mesmos benefícios à área tal qual ocorreu com os Coordenadores de Disciplinas.

O Professor Autor-Conteudista de Disciplina é o responsável pela elaboração do conteúdo do material didático que é produzido em diferentes mídias (impresso, vídeos etc.) em parceria com o Departamento de Mídias Digitais da Fundação CECIERJ. Esse material produzido é editado em forma de apostila ou web aulas e fica disponível para utilização do público em geral a partir do Portal Teca. Nele, é possível ter acesso a diversos objetos de aprendizagens, tais como imagens, animações, vídeos, áudios e textos com uso liberado para o público, bem como outras informações sobre a instituição e seus projetos. Os materiais são disponibilizados sob *Licença Creative Commons*<sup>11</sup>, que possibilita ao Professor-Conteudista compartilhar suas criações com outros, permitindo a reprodução de sua obra, desde que esta seja feita sem fins comerciais e respeitando os direitos autorais.

#### 2.1.1.4.4 Tutores presenciais

Os tutores presenciais são selecionados através de seleção pública, que consta de uma prova e uma entrevista realizada pelo coordenador da disciplina. Para concorrer à vaga, desde 2011, o CEDERJ exige que o candidato seja graduado no curso em que irá atuar e que esteja matriculado em algum curso de pós-graduação *stricto sensu* ou então seja professor da rede pública de ensino. Esses critérios têm contribuído para a formação de um quadro de tutores com uma boa formação na área em que vão atuar.

Os tutores atuam em horários pré-determinados no polo, com uma carga horária de duas horas semanais para cada disciplina. Seu papel é orientar os alunos nas disciplinas nas quais são tutores, sanar dúvidas sobre o conteúdo da disciplina, levar material complementar para as aulas e, principalmente, estimular o aluno na

---

<sup>11</sup> *Creative Commons* é uma organização não governamental sem fins lucrativos localizada em São Francisco, Califórnia, nos Estados Unidos, voltada a expandir a quantidade de obras criativas disponíveis, através de suas licenças que permitem a cópia e compartilhamento com menos restrições que o tradicional *todos direitos reservados*. Para esse fim, a organização criou diversas licenças, conhecidas como licenças Creative Commons.

continuação do curso. Além disso, algumas disciplinas têm atividades que são realizadas no polo, como trabalhos em laboratórios, apresentação de seminários e pesquisas, que são acompanhadas e avaliadas pelo tutor presencial. Outras atividades também são realizadas pelo tutor presencial como a correção das avaliações à distância e a aplicação das avaliações presenciais.

A tutoria presencial tem como objetivo ajudar o estudante proveniente do Ensino Médio, e que possua uma atitude passiva em relação à aprendizagem, a se adaptar ao processo de Educação à distância, na qual uma participação ativa se faz necessária. Por isto, atua no Polo Regional, próximo ao aluno. Cumpre assim, algumas funções muito importantes, como colocar a presença humana no processo de aprendizagem, tornando o Ensino à Distância um processo menos solitário e mais comunitário, aumentando assim a adesão do estudante ao sistema.

#### 2.1.1.4.5 *Tutores à Distância*

Os Tutores à Distância, assim como os presenciais, para ingressarem no Consórcio, participam de uma seleção. A carga horária dessa tutoria – dez horas semanais – é exercida dentro da universidade a qual é vinculado, onde o tutor atende a ligações telefônicas de alunos, responde e-mails e participa de *chats*. Além de orientar os alunos também tem como objetivo auxiliar, sempre que necessário, aos tutores dos polos. Essa equipe é coordenada por um professor da universidade – o Coordenador da Disciplina. A orientação para o atendimento dos alunos na Tutoria à Distância é de que se realize de forma rápida e objetiva através da plataforma virtual de aprendizagem ou de outros meios de comunicação disponíveis na universidade.

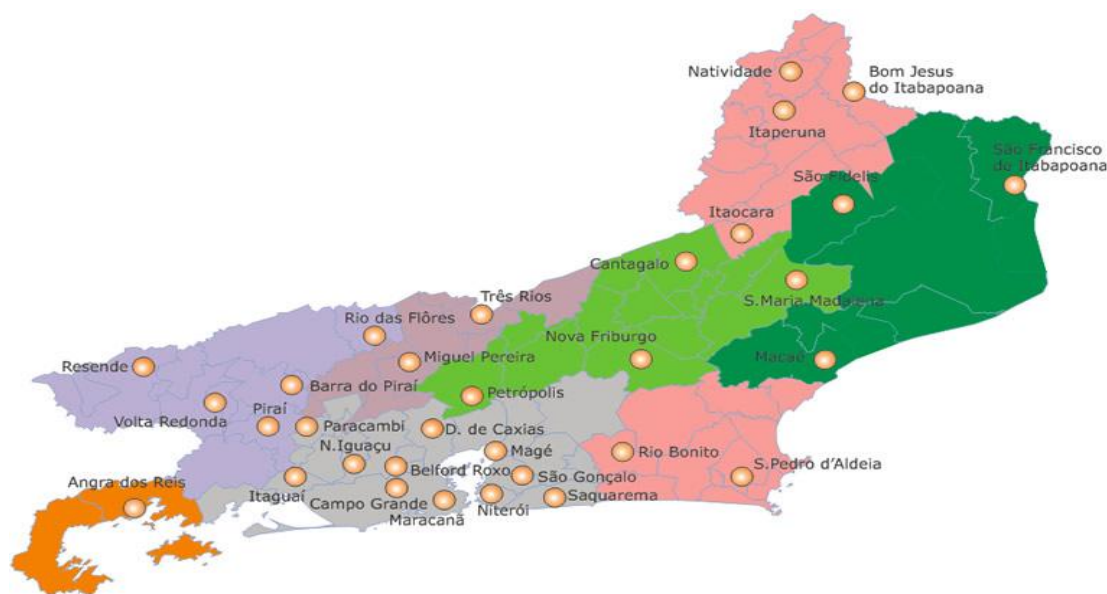
A atuação desses tutores costuma ser complementar aos atendimentos que são realizados nas Tutorias Presenciais. A importância desses tutores está na proximidade que eles têm dos professores das disciplinas, o que faz com que eles sejam intermediadores entre os alunos e professores.

### 2.1.1.5 Os polos de apoio presencial

Além do aumento do número de vagas oferecidas nos vestibulares do Consórcio, o número de polos também tem aumentado bastante. No início, o Consórcio contava com quatro polos de apoio presencial, em 2012, já são 33 polos funcionando distribuídos conforme a figura 2, o que é mais de 1/3 nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Porém, nem todos os polos oferecem vagas para todos os cursos, já que a Direção dos polos escolhem os cursos que irão oferecer. Os cursos que mais são encontrados nos polos são Pedagogia e Matemática, e os menos recorrentes são Química e Administração Pública.

#### **Figura 2 – Mapa com a indicação dos Municípios que têm polo de apoio presencial**

Fonte: [http://www.CEDERJ.edu.br/CEDERJ/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17&Itemid=20](http://www.CEDERJ.edu.br/CEDERJ/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=20)



Os polos de apoio presencial, são espaços cedidos e administrados pela prefeitura local e que são adaptados para sediar o polo. Para seu funcionamento, é necessário que ele tenha salas de aulas, laboratórios de informática, biblioteca, secretaria, além de outros espaços dependendo do curso que o polo oferece. Os funcionários de administração do polo são escolhidos e cedidos pela Secretaria de

Educação do município. São eles, a Direção do polo e os funcionários da secretaria. Como a Direção do polo é indicada pela Secretaria de Educação, esse cargo fica vulnerável à política local.

As atividades do polo são muitas. Inicialmente, o aluno ao ser aprovado no vestibular, faz sua matrícula no polo que escolheu na inscrição, onde é entregue ao aluno o material didático das disciplinas que cursará naquele semestre. Durante todo o curso, é lá que os alunos executam suas atividades presenciais, para isso, o polo conta com uma equipe de tutores presenciais que atuam de terça à sábado.

Além das atividades de estudo, laboratório e avaliação, outros encontros também acontecem no polo. Um deles é a atividade denominada *visita docente*, oportunidade em que os professores coordenadores de cursos e de disciplinas se revezam numa visita que fazem aos polos para se reunirem com os tutores e os alunos, objetivando levar suas demandas para a universidade. Outra atividade importante do polo é a Semana Acadêmica, que consiste numa semana inteira de atividades realizadas por alunos, tutores e convidados, que podem ser palestras, oficinas, workshops.

Essas atividades presenciais costumam ser muito procuradas pelos alunos, que participam, também, ajudando a organizar o evento. Essa atividade conta sempre com a presença de algum representante das universidades. Sendo assim, a integração entre os alunos e suas universidades é um ponto importante desse evento.

Os polos podem desenvolver atividades diferentes das que são propostas pelo Consórcio dependendo da demanda de cada curso. Mas, como já explicado anteriormente, a principal e mais complexa atividade que ocorre nos polos são as avaliações presenciais. Elas acontecem simultaneamente em todos os polos e, para isso, é necessária uma organização bastante elaborada para que tudo ocorra sem grandes transtornos. As provas são enviadas pelas universidades aos polos em envelopes lacrados, que são abertos somente no horário em que se inicia a avaliação. Esses momentos ocorrem em finais de semana, e cada curso fica com um professor de plantão na universidade para resolver algum problema que possa ocorrer.

## 2.2 A Fundação CECIERJ

Entre os anos 1964 e 1965, seis Centros de Ciências foram criados no país, foram eles: Centro de Treinamento de Professores de Ciências do Nordeste, do Rio Grande do Sul, da Bahia, de São Paulo, de Minas Gerais e da Guanabara. Segundo BORGES et al. (2012), nessas instituições ocorreram processos de difusão e apropriação de novas culturas científicas.

O objetivo inicial desses centros era “melhorar o nível do ensino das Ciências Experimentais, através de treinamento de professores de Ciências e do atendimento permanente às escolas e professores de nível médio” (BORGES, apud HENNIG, 1967, p.2). Para atender a esse objetivo, os Centros fizeram convênios entre si para realizar a tradução de projetos curriculares de ciências importados dos Estados Unidos e da Inglaterra. Os Centros eram ligados às Secretarias de Educação e às Universidades, contavam com o financiamento do MEC e de agências internacionais (a Fundação Ford era uma delas). A difusão desses conhecimentos ocorriam através de treinamentos de jovens professores para divulgar, através dos cursos o que havia de novo em matéria de ensino. Os centros não se restringiam à capacitação de professores, então chamadas de *treinamento* (SILVA, 2009); houve neles intensa atividade de produção de material didático.

O Centro de Ciências tratado nesse trabalho foi criado em 1965, com a denominação de CECIGUA – Centro de Ciências do Estado da Guanabara. Assim como nos outros Centros, os professores das escolas públicas do Estado passavam por treinamento no CECIGUA para serem multiplicadores desses conteúdos nas localidades em que lecionavam. Todavia, por maior que tenha sido a oferta de cursos nas décadas de 60 e 70, os professores do interior do Estado solicitavam apoio didático do CECIGUA. Esse apoio técnico consistia na ida de diversos profissionais deste Centro às localidades que faziam a solicitação para capacitar os professores *in loco*. Devido ao dispêndio que as viagens ao interior geravam e ao baixo número de professores disponíveis para esses deslocamentos, foi criado um projeto de cursos por correspondência – a primeira experiência de cursos à distância do Centro de Ciências, denominado Projeto de Ensino de Ciências por Correspondência.

Em 1975, com a extinção do Estado da Guanabara, o CECIGUA foi integrado à Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Estado do Rio de



Janeiro, passando a denominar-se CECI/CDRH. Nessa ocasião, à equipe de Ciência veio juntar-se a equipe de matemática que introduziu no CECI/CDRH cursos de matemática moderna, de modo que sua atuação se ampliou para o atendimento aos 62 municípios. Em 1980, o CDRH foi fundido à Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro (FIDERJ) originando a Fundação de Amparo e Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ). Com isso, o Centro de Ciências passou a ser um dos órgãos da Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos da FAPERJ. As atividades do CECI/FAPERJ, com aporte de mais recursos financeiros, aumentaram, abrindo novos campos para as atividades de pesquisa em matemática e ciências.

Sete anos depois, o governador Moreira Franco criou a Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECTEC – e transformou o CECIERJ em um órgão de apoio técnico dessa Secretaria. Nesse período, juntaram-se à equipe de ciências e matemática, as de física, química e biologia. Com a equipe ampliada, diversos cursos foram oferecidos nas áreas respectivas para professores das redes públicas de ensino, denominados de Cursos de Formação Continuada. Além dos cursos, essa equipe participou ativamente, nos anos 80 e 90, da elaboração dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), em parceria com o MEC.

A Lei Complementar n. 103 de 2002 transformou o Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro, autarquia com personalidade jurídica de direito público, na Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro – Fundação CECIERJ –, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e integrada à Administração Estadual indireta, uma entidade sem fins lucrativos.

Tendo como objetivo democratizar o acesso ao Ensino Superior público, gratuito e de qualidade, utilizando a metodologia de Educação à distância, a Fundação CECIERJ promove ações conjuntas das instituições de Ensino Superior públicas no Estado do Rio de Janeiro, através do Consórcio CEDERJ.

Na prática, a CECIERJ é responsável pela gestão financeira. Verba orçamentária do Governo do Estado do Rio de Janeiro é destinada à instituição, para pôr em funcionamento os diversos processos necessário à operacionalização do CEDERJ, além de processos próprios da Fundação CECIERJ. Entre eles, estão o pagamento de bolsas aos docentes das universidades participantes que atuarem

junto aos cursos à distância, o pagamento de alguns tutores, o equipamento, operacionalização dos polos regionais em espaços cedidos pelas prefeituras, a montagem de material didático elaborado por docentes das universidades participantes.

Além das verbas provenientes do orçamento estadual, a fundação também tem como função buscar outras fontes de financiamento. Hoje, a fundação conta com o apoio financeiro do BNDES da FAPERJ e da Universidade Aberta do Brasil. Esse último, desde o início da sua parceria com a fundação tem sido o responsável pelos equipamentos dos polos municipais e pagamento da maior parte das bolsas dos professores e tutores.

A CECIERJ também é responsável por toda a estrutura administrativa dos cursos: a manutenção dos cursos no site através da plataforma na internet; a produção de material didático elaborado pelos docentes do CEDERJ; a distribuição deste material entre os alunos; a administração do processo de avaliação presencial; seleção, capacitação e avaliação de tutores que atuarão nos polos; realização de avaliação institucional do CEDERJ.

O regime jurídico de pessoal da Fundação CECIERJ é estatutário, seu quadro de funcionários é composto por docentes e pessoal de apoio técnico e administrativo, a maioria funcionários do antigo Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro e por aqueles que foram aprovados em concurso público, como previsto no seu estatuto.

Além de toda estrutura administrativa de apoio ao CEDERJ, a Fundação CECIERJ promove diversas ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, que não são vinculados ao Consórcio CEDERJ: Pré-vestibular Social; cursos de atualização para professores em exercício no Ensino Médio e no Ensino Fundamental, nas áreas de Física, Química, Matemática, Biologia, Geologia, Geografia, Informática Educativa e Pedagogia e divulgação científica em diferentes projetos como, por exemplo, os *Espaços da Ciência* no interior do Estado, o projeto *Jovens Talentos para Ciência*, a *Praça da Ciência Itinerante* e a mostra *Ver Ciência*. Esses projetos são realizados por professores e tutores vinculados ao CECIERJ.

#### **a) O pré-vestibular social**

Pré-Vestibular Social (PVS) é um curso preparatório para as provas de acesso

às universidades, dirigido àqueles que já concluíram ou que estão frequentando o último ano do Ensino Médio e não têm condições de arcar com os custos dos cursos particulares. O curso não tem custo e o material também é gratuito. As aulas acontecem em alguns polos do CEDERJ e em outros pontos dos Municípios nos dias de sábado. Quem leciona as aulas são tutores escolhidos através de uma seleção pública onde há uma prova escrita e uma prova de títulos.

São 49 polos que oferecem o curso, que começa em março e segue até dezembro. Cada um desses polos disponibiliza 360 vagas. Além dos momentos presenciais que acontecem nos polos, uma linha “0800” é destinada para o serviço tira-dúvidas sobre o material didático. Tal serviço é feito por tutores das disciplinas de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Ao longo do curso, são feitas provas no estilo de simulados.

Um outro serviço oferecido aos alunos é o sistema de orientação acadêmica. Nesse sistema, cada tutor acompanha um grupo de alunos, a fim de que, através de contatos diretos, fora da sala de aula, por e-mail e através de sites de relacionamento, o estudante possa ser assistido de forma mais direta, tratando de frequência ao curso, disponibilização de exercícios complementares, informações sobre carreiras, vestibulares, isenções de taxa.

Um levantamento realizado no ano de 2009, sobre os ingressantes no CEDERJ através do vestibular, concluiu que 20% dos novos alunos dos CEDERJ foram alunos do pré-vestibular Social.

## **b) Extensão**

A extensão abrange diversos projetos de cursos de atualização e extensão destinados, preferencialmente, para professores da rede pública. Os cursos oferecidos pela Diretoria de Extensão da Fundação CECIERJ são gratuitos e voltados para a atualização de docentes que atuam nos ensinos médio e fundamental. Os Cursos de Atualização são agrupados por área do conhecimento, da seguinte forma: Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos, Matemática, Tecnologia Educacional e Prática Docente. Além desses cursos, é oferecido um Curso de Formação de Tutores voltado para capacitação em tutoria à distância. Numa parceria com a Secretaria de Estado de Educação, são oferecidos cursos de Formação Continuada em Matemática, Letras, Biologia e

Ciências e História. Essa parceria ajudou também a reformular o Currículo Mínimo que vigora na Rede Estadual de educação. Outro fruto da parceria entre a SEEDUC e a Fundação CECIERJ é o Projeto Reforço Escolar, que prioriza ações qualitativas na educação, tendo como foco as necessidades de Letramento em Leitura e Escrita e Letramento Matemático.

### **c) Divulgação Científica**

Esse projeto conta com a experiência da instituição desde quando era denominada CECIGUA. A Divulgação Científica da Fundação CECIERJ tem como principal missão promover a difusão da ciência e tecnologia para toda a população fluminense. O objetivo do projeto é contribuir para a melhoria do ensino, com a formação continuada de professores do Ensino Fundamental e Médio, além de levar conhecimento àqueles mais afastados dos grandes centros. São diversas ações que abrangem a divulgação científica, tais como a *Lona da Ciência*, a *Praça da Ciência*, a *Caravana da Ciência*, o *Jovens Talentos*, o *Espaço da Ciência*, FECTI e *Museu da Ciência e Vida*.

## 3

**EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA E AS CATEGORIAS ANALÍTICAS**

Com a intenção de analisar o Consórcio CEDERJ, objeto do presente trabalho, como uma inovação na Educação Superior do Brasil, faz-se necessário um breve levantamento de duas categorias que pressupomos serem, juntas, a causa dessa inovação aqui apontada: os Consórcios Públicos e o Regime de Colaboração entre os Entes Federados.

Neste capítulo, iremos analisar, num primeiro momento, uma a uma essas categorias, a fim de compreendê-las e transpô-las para o objeto analisado. Em seguida, iremos passar para a exposição dos dados levantados na pesquisa a partir da utilização dessas categorias como norte da pesquisa.

**3.1 AS CATEGORIAS**

É verdade que algumas das categorias que expusemos são encontradas em outras instituições, mas, na análise do nosso objeto, encontramos todas essas características juntas.

É certo que, algumas categorias que vamos analisar, o consórcio CEDERJ não utiliza de maneira precisa, pois a própria legislação não prevê seu funcionamento. Um dos casos que observaremos é dos Consórcios Públicos, que mesmo previsto na Legislação Brasileira, não é possível transpor-se precisamente para o consórcio analisado. Mas, características do que prevê a legislação foram, em muitas partes, aproveitadas para a constituição do CEDERJ.

O regime de colaboração é uma categoria verificada na execução do consórcio, pois nele os três entes federativos participam colaborando para o funcionamento do consórcio como explicado no capítulo 2.

Passamos, então, a análise de cada uma das categorias

### 3.1.1 Consórcios Públicos

A previsão legal para a constituição de Consórcios Administrativos existe desde 1969. As primeiras unidades foram consideradas “acordos celebrados entre entidades estatais da mesma espécie ou do mesmo nível, destinados à realização de objetivos de interesse comum”, porém sua formação jurídica era precária e confusa, além de só prever cooperações horizontais. Após à promulgação da Constituição de 1988, diversos “consórcios” foram organizados em termos de cooperação federativa, funcionando como meros pactos de colaboração ou cartas de boas intenções, dificultando, em muito, a credibilidade e a operacionalização de tais iniciativas. Essa situação começou a ser modificada com a Emenda n.º 19/98, de 04/06/1998, que instituiu os consórcios públicos com a seguinte redação:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os Entes Federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos” (BRASIL, 1998).

O artigo citado especifica que a regulamentação viria em seguida através de lei. Contudo, foram necessários alguns anos de discussão para sua elaboração. Foi então que, quase sete anos, no dia 06/04/05, foi sancionada a Lei Federal n.º 11.107/05, que “dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências” (BRASIL, 2005).

A partir da formação desse novo ente jurídico, foi possível a formação de cooperação horizontal e vertical dos Entes Federados, de forma que se tornaram possíveis as seguintes configurações de arranjos consorciais:

- entre Municípios;
- entre Estados;
- entre Estado(s) e Distrito Federal;
- entre Município(s) e Distrito Federal;
- entre Estado(s) e Município(s);
- entre Estado(s), Distrito Federal e Município(s);
- entre União e Estado(s);
- entre União e Distrito Federal; e

- entre União, Estado(s) e Município(s).

Nas configurações citadas não é possível a formação de um consórcio entre União e Municípios sem a participação dos respectivos Estados. Esse tipo de impedimento foi um dispositivo para evitar que se ferisse o princípio da subsidiariedade, que, segundo Barros (2005), evita a ideia de monopólio e prestigia a de participação, pressupõe harmonia, equilíbrio entre o ente central e os periféricos. Concretamente, trata-se de um princípio segundo o qual a União e os Estados só devem atuar quando a sua ação for mais eficaz do que uma ação em nível regional. A subsidiariedade é adequada à ideia de federação à medida que permite a união em torno de interesses comuns e o respeito às identidades locais e regionais.

Uma das vantagens da formação de consórcio foi que a lei dos consórcios públicos alterou a Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações), que disciplina as licitações Públicas, mudando seus limites mínimos. Em caso de consórcios com até três participantes, os limites dobraram, e acima de 3, triplicaram. Outra importante mudança foi a possibilidade de licitações conjuntas.

No âmbito jurídico, os consórcios também adquiriram vantagens diante de outras personalidades jurídicas: em caso de decisão judicial contrária aos consórcios, eles têm o quádruplo do tempo para contestar e o dobro para recorrer.

Conforme o *Guia de Consórcios Públicos* (BRASIL, 2011), são as seguintes as prerrogativas dos consórcios: firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza; receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo; promover desapropriações e instituir servidões; ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados com dispensa da licitação; estabelecer contrato de programa para a prestação dos serviços públicos; estabelecer termos de parcerias para a prestação dos serviços públicos; estabelecer contratos de gestão para a prestação dos serviços públicos; adquirir ou administrar bens para o uso compartilhado dos Municípios consorciados; prestar serviços públicos à administração direta ou indireta dos entes consorciados; emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos;

outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos.

Dois anos após a promulgação da lei dos consórcios públicos, foi editado o Decreto Federal n. 6.017/07, que deu mais clareza a alguns itens ainda indefinidos na lei. Entre eles, estavam as formas de recursos disponíveis para financiamento das ações dos Consórcios Públicos, que, segundo o decreto, passaram a ser os seguintes: contrato de Rateio, oriundo de receitas orçamentárias dos entes consorciados (para manutenção do consórcio ou para desenvolver algum programa específico); contrato simples (Lei 8.666/93), prestação de serviço ou fornecimento de bens como fornecedor comum de um ente consorciado; contrato de repasse, transferência de recursos financeiros por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União, destinados à execução de programas governamentais (criado pelo Decreto n. 1819/96); celebração de convênios com entes da Federação não consorciados.

É importante observar que, independentemente de sua natureza jurídica (consórcio de direito público ou privado), o consórcio público é regido pelos preceitos da administração pública e da gestão fiscal. As contribuições financeiras devem ser formalizadas seguindo preceitos do direito público e as responsabilidades dos gestores dos consórcios são as do administrador público.

Para a formação de um consórcio, é preciso, antes de tudo, que seja celebrado um Protocolo de Intenções, que é submetido às respectivas casas legislativas. Ele deve conter, entre outros itens, os objetivos comuns dos consorciados e um estudo de viabilidade técnica das atividades do consórcio na região em que funcionará. Depois de aprovados pelas instâncias legislativas referentes aos entes em processo de cooperação, o documento é assinado pelos respectivos representantes, que, logo em seguida, elegem o representante legal que, obrigatoriamente, deverá ser Chefe do Poder Executivo de ente da Federação consorciado. Com o consórcio já constituído, é necessária a criação de uma Assembleia Geral, que é composta exclusivamente pelos Chefes do Poder Executivo dos entes consorciados, que deverá, dentre outras coisas, elaborar, aprovar e modificar o estatuto que disciplinará as atividades do consórcio, apreciar e aprovar as propostas orçamentárias.

Depois de formado, o consórcio pode firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou



econômicas de outras entidades. Também pode ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

Segundo Losada (2008) os principais objetivos da Lei dos Consórcios Públicos são

fortalecer o Federalismo Cooperativo e objetivando promover uma maior articulação e coordenação entre as três esferas de governo; viabilizar mecanismos e instâncias de negociação e cooperação entre os Entes Federados; promover o fortalecimento administrativo dos Municípios, dos Estados/Distrito Federal e do Governo Federal; conciliar desigualdades regionais e crescimento econômico; permitir a descentralização de recursos técnicos e financeiros e promover a regionalização e territorialização de políticas públicas (p.78).

Apesar da legislação em questão só prever a execução de Consórcios Públicos por entes da federação – Municípios, Estados e Governo Federal – muitas características do que foi aqui apontado, encontram-se na forma de organização do CEDERJ. Para a criação do Consórcio, foi assinado um termo de cooperação técnica entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia, a UENF, UERJ, UFRJ, UFRRJ e a UNIRIO. Como seria preciso um ente para administrar a organização, é instituída, então, uma fundação para fazê-lo, que iremos analisar em seguida, denominada CECIERJ.

### **3.1.2 Regime de Colaboração entre os Entes Federados**

Para falar do regime de colaboração, é preciso, antes, compreender o Sistema Federativo. Segundo LEVI (2003), o princípio constitucional de um estado federal está baseado na pluralidade de poderes entre os Entes Federados, onde, ao Governo Federal, compete todo o território nacional, com uma quantidade de poder mínima, que lhe dê a possibilidade de garantir a unidade política, cabendo aos outros Entes Federados os demais poderes.

O Sistema Federativo foi instituído pela primeira vez no Brasil, na Constituição de 1891. De lá para cá, o país conviveu com diversos tipos de arranjos federativos, passando por regimes autoritários e democráticos. Porém, com a Constituição de 1988, as bases federativas reais foram retomadas. Como Brasil é uma República Federativa, supõe-se um pacto federativo no qual coexistam a diversidade de Entes Federados e a união federativa.

As Constituições anteriores a de 1988, não reconheciam os municípios como

entes federativos. Os municípios funcionavam como subsistemas da federação. Além disso, sua autonomia era muito limitada. Mas, com a promulgação da Constituição de 1988, o artigo 211 prevê a possibilidade desse regime de colaboração a título de parcerias entre os entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

Segundo documento do Congresso Nacional de Educação (CONAE), 2010, a existência de um real sistema nacional articulado de educação pode ajudar a garantir implementação de diretrizes educacionais comuns em todo o território nacional. O objetivo dessas diretrizes seria auxiliar na superação das desigualdades regionais existentes no país. Sendo assim, a ausência desse sistema tem cooperado para o funcionamento de projetos educacionais desarticulados e fragmentados e a continuidade das desigualdades regionais.

Um dos problemas apontado por Saviani (2009) na execução e implantação dessa articulação é o receio da perda de autonomia dos Entes Federados, causada pela invasão administrativa e financeira entre os entes. E há, também, receio, por parte da própria União, quanto à sua presença mais efetiva, sobretudo no que se refere ao financiamento da educação básica. Diante dessa reiterada resistência da União em assumir as responsabilidades financeiras na manutenção do ensino no país, como instituir o sistema nacional de educação? (Saviani, 2009).

A respeito dos problemas de implementação do regime de colaboração, o documento do CONAE (2010) lamenta duas perdas consideradas como fundamentais para a implementação do sistema de colaboração entre os entes durante a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996: o Fórum de Educação e parte do que seria o Conselho Nacional de Educação.

A ideia que tramitou no Congresso era que a instância máxima de deliberação do Sistema Nacional de Educação seria o Fórum Nacional de Educação. O Fórum seria formado por representantes dos setores educacionais, e sua principal responsabilidade seria definir as prioridades do Plano Nacional de Educação e a administração do orçamento do sistema. Ao Conselho Nacional de Educação (com autonomia administrativa e financeira), caberia uma articulação com o Legislativo, o Executivo e a comunidade educacional. Para Saviani essas instâncias, da forma como previstas no projeto, seriam essenciais no encaminhamento da formação do sistema. O autor destaca que a ideia principal era evitar as descontinuidades na

política educacional, pois tudo “volta à estaca zero” a cada troca de equipe de governo. Isso é apontado pelo autor como uma das dificuldades de implementação do sistema nacional de educação. Ele ainda explica que

O Conselho Nacional de Educação, pensado como um órgão revestido das características de autonomia, representatividade e legitimidade, enquanto uma instância permanente e renovada por critérios e periodicidade distintos daqueles que vigoram no âmbito da política partidária, estaria, senão imune, pelo menos não tão vulnerável aos interesses da política miúda (Saviani, 2009, p.22).

O que dificultou a formação do conselho Nacional de Educação (CNE), como o projeto apontava, era seu caráter deliberativo. Essa característica foi interpretada como uma possibilidade de secundarizar a tarefa do MEC na formulação da política nacional de educação. O que se pretendia, no entanto, era estabelecer uma instância com representação permanente da sociedade civil para compartilhar com o governo a formulação, acompanhamento e avaliação da política educacional. Tanto assim que, na versão aprovada pela Câmara, metade dos membros do CNE era escolhida pelo Presidente da República.

Para Cury (2004), outro problema na execução do regime de colaboração está na legislação. O artigo 211 da Constituição prevê a organização do Sistema de Ensino em regime de colaboração, mas não menciona a necessidade de lei complementar que o regulamente. Contudo, o artigo 23, no parágrafo único diz que lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União, Estados e Municípios tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar em âmbito nacional. Segundo Cury (2004), o problema nesse âmbito se localiza na má vontade política que adia a elaboração de uma lei complementar para instituir um regime de colaboração.

Segundo dados mais recentes do IBGE (2010), em 2006, apenas 31% dos municípios possuíam Planos Municipais de Educação, já em 2009, esse percentual subiu para 56%. Apesar do grande crescimento de ordem numérica (de 1724 para 3114), é preciso levar em consideração que os Planos Municipais de Educação eram determinação do Plano Nacional de Educação, cujo ciclo decenal terminava no ano seguinte à pesquisa do IBGE. Segundo dados do instituto, os maiores problemas encontrados pelos Municípios na elaboração de seus planos foram a falta de capacidade técnica para levantar dados e fazer diagnósticos e a ausência dos Planos Estaduais de Educação.

Apesar de todas as dificuldades, um grande passo foi dado em direção ao regime de colaboração na área de educação. A Constituição de 1988 previa, como dito anteriormente, que lei complementar – no singular – fixaria normas para a cooperação entre os entes. A Emenda Constitucional número 53 contribuiu para que cada área pudesse organizar sua forma de cooperação, ao invés de uma única lei. Agora, o texto constitucional modificado ficou com a seguinte redação: “*Leis complementares* fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios” (BRASIL, 2006, grifos nossos).

Essa nova configuração possibilitou que cada área, conforme seus interesses, possibilidades e organização, pudesse prever como efetivar essa cooperação. Foi o que aconteceu com o Decreto 5622 de 2005, que foi sancionado antes mesmo da Emenda Constitucional número 53 ter sido aprovada. Seu objetivo é regulamentar o artigo 80 da Lei 9394 de 1996 (LDB), que versa sobre a Educação à distância. Além da lei citar em diversos trechos o regime de colaboração, ele traz nas disposições finais um importante dispositivo: no artigo 26, tal decreto prevê a possibilidade das instituições estabelecerem vínculos “mediante a formação de consórcios, parecerias, celebração de convênios, acordos, contratos ou outros instrumentos similares” (BRASIL, 2005a).

Não foi uma grande novidade na área a formação de consórcios para o oferecimento de cursos à distância, mas, pela primeira vez era previsto em lei essa nova configuração institucional para a educação. Além disso, sua contribuição para a formação de um regime de colaboração entre as instituições educacionais foi uma grande inovação na área.

A busca da observação dessas duas categorias foi a grande motivação e norteamento do trabalho de campo, ou seja, a discussão de como os dados poderiam auxiliar na construção do papel, perfil e características do CEDERJ, como uma política inovadora em EAD a partir da apropriação dessas duas categorias. O que veremos agora é justamente a exposição desses dados a partir da análise documental e do trabalho de campo em um polo do CEDERJ.

### 3.2 AS OBSERVAÇÕES: OS DADOS DE CAMPO

Foi a partir da participação e observação no cotidiano do CEDERJ que nos foi

possível analisar as categorias aqui abordadas de forma a compreender como elas funcionam e as dificuldades que se apresentam no funcionamento dessas categorias. Os itens analisados constituíram assunto muito próximo do cotidiano em que convivi, o que facilitou bastante as observações realizadas de forma que o resultado foi apropriado para ter conclusões sobre as questões abordadas no presente trabalho.

As observações realizadas eram anotadas num caderno de campo, em alguns momentos, logo em seguida ao fato, em outros, eram anotadas algum tempo depois, pois como atuamos no objeto pesquisado, muitas vezes participávamos das atividades quando ocorria algum fato importante para anotação.

Essas notas foram divididas em categorias como: tutores, direção, alunos, professores. A sistematização dessas categorias se deu da seguinte forma:

- Tutores: nessa categoria incluímos todos os tutores presenciais do polo em análise;
- Funcionários: esse grupo foi formado por pessoas que trabalhavam no polo a partir da prefeitura – eram secretários, funcionários de apoio e direção;
- Alunos: nesse grupo estavam presentes todos os alunos que frequentavam o polo;
- Professores: os professores aqui relacionados eram os coordenadores de curso, coordenadores de disciplinas e professores-conteudistas.

Depois de anotados e tendo terminado o trabalho de campo, procuramos distinguir os assuntos referentes aos itens aqui analisados. Alguns, em princípio, não pareciam se relacionar com nenhum dos dois pontos discutidos nesse trabalho, mas, através de uma análise mais prudente, era possível perceber que traços importantes a serem elencados. Em alguns casos, as anotações realizadas traziam recordações de outros momentos que haviam se passado sem serem anotados.

Como parte do projeto, havia um período a ser realizada a observação, que iniciou em fevereiro de 2012 e deveria terminar ao final de outubro de 2012. Entretanto, a peculiaridade do momento político nos obrigou a estender essa observação. No início, não havíamos pensado nas consequências de uma mudança no cenário político do município em observação. Além disso, todas as pesquisas apontavam para uma continuidade do partido que estava no poder em São Gonçalo,

e que, no primeiro turno das eleições, obteve uma importante margem de diferença para o segundo colocado. Mas, essa margem não suficiente para vencer o pleito nessa fase. Já estávamos perto de fechar o trabalho de campo, quando, no fim de outubro, o resultado da eleição em São Gonçalo nos surpreendeu com a vitória do partido de oposição. Desse momento em diante, muita coisa mudou, e foi necessário, então, dar continuidade ao trabalho de campo, que durou até março de 2013.

### **3.2.1 Descrição do campo**

O campo apresentado é o polo de apoio presencial do Município de São Gonçalo, situado na rua Visconde de Itaúna s/n., no bairro Gradim. O prédio é de um CIEP que fica às margens da BR 101. Durante a semana, na parte da manhã e da tarde funciona uma escola, de educação básica, o CIEP Rozendo Rica Marcos. No primeiro e segundo andares, as turmas que estudam são das séries iniciais do Ensino Fundamental. Nos dias de semana à tarde, à noite e aos sábados, o polo funciona no terceiro andar e no terraço<sup>12</sup>, além de utilizar as salas do segundo andar.

O polo tem a seguinte constituição:

- Salas de aulas onde os tutores fazem atendimento aos alunos, nos dias de semana de noite e aos sábados de manhã e de tarde. Esse momento é facultativo aos alunos, algumas salas são equipadas com data-show e aparelhos multimídia;
- Laboratórios de física, de química e de biologia, onde os tutores desses cursos fazem os trabalhos de laboratórios junto aos alunos. Essas aulas são obrigatórias, já que os alunos precisam ter uma carga horária mínima de participação no laboratório;
- Sala dos tutores, onde são realizadas as reuniões e os tutores permanecem quando não estão atendendo alunos;
- Dois laboratórios de informática, nesse espaço são ministradas tutorias de informática – algumas são obrigatórias a todos os alunos de todos os cursos – além de ser um espaço para utilização dos alunos e tutores para acessar a plataforma de aprendizagem, e utilização da internet em geral,

---

<sup>12</sup> Esse espaço foi adaptado para o funcionamento de uma biblioteca e quatro salas de aula.

com algumas restrições;

- Secretaria, onde são realizados todos os atendimentos administrativos aos alunos. Nesse espaço trabalham quatro secretários e a direção do polo;
- Uma biblioteca para pesquisa e empréstimo de livros, além de internet *wi-fi* livre para utilização dos alunos e tutores.

Além dos espaços descritos, o terraço do CIEP também é utilizado exclusivamente pelo polo. No momento de observação desse espaço nosso olhar oriundo da pedagogia falou mais alto, pois percebemos que não havia possibilidade durante a semana de utilização desse terraço pelos alunos da Educação Básica, pois esse espaço no projeto original dos CIEPs é a quadra de esporte dos alunos. Como os materiais contidos no polo são de grande valor financeiro – muitos computadores, materiais complexos de laboratórios – foi instalado entre o segundo e o terceiro andar do CIEP um portão de ferro, impossibilitando a passagem dos alunos da Educação Básica para os andares superiores. Em decorrência disso, esses alunos ficaram sem acesso à quadra no terraço, que só é utilizada pelo polo duas vezes ao ano, nas aulas inaugurais.

Devido a essa impossibilidade de utilização do terraço, que é um espaço, no projeto inicial do CIEP, de prática de esporte, os alunos ficaram com um espaço reduzido para essas aulas, pois somente lhes resta o térreo, onde não há uma quadra. Como o acesso ao terraço se dá pelas rampas internas do CIEP, não há viabilidade das duas instituições estarem utilizando o mesmo espaço. Para o funcionamento do polo essa convivência não gera nenhum transtorno, mas para o trabalho pedagógico da escola de Educação Básica, localizado no mesmo espaço, há sim uma dificuldade, na medida em que as crianças ficam restritas à utilização das salas de aula. Nem a biblioteca do CIEP, que fica no térreo, pode ser utilizadas pelos alunos, pois nesse espaço está alojada uma ONG. Infelizmente, nem sempre o compartilhamento de espaços é uma boa estratégia. Nesse caso, a expansão do polo, que cada vez precisa utilizar mais salas de aula do CIEP, tem demonstrado a inviabilidade desse tipo de convivência.

### **3.2.2 Atores do campo**

O polo é um ambiente com um grande tráfego de pessoas, principalmente aos

sábados, isso se deve ao fato de que a maior parte dos alunos do polo trabalham fora, o que dificulta a presença nos dias de semana. As tutorias são divididas por horários, organizadas como se fossem aulas – e na maior parte do tempo realmente são – nas quais os tutores trabalham com os conteúdos das suas disciplinas. Esses momentos são organizados no intuito de os alunos tirarem dúvida dos conteúdos que leram durante a semana, mas nem sempre funciona dessa forma, pois muitos não conseguem ler o material necessário. Por isso, essas tutorias são bastante procuradas, principalmente aos sábados.

Além das tutorias, a secretaria é o elo administrativo entre os alunos e as universidades, onde há a entrega de material, de carteira de estudante e todo o tipo de assunto administrativo. Isso faz da secretaria o lugar de grande conflito dentro do polo. Os conflitos se devem, principalmente, aos problemas entre os alunos e as universidades que precisam ser resolvidas na secretaria, mas que não tem autonomia para tomar decisões. Além disso, como cada curso tem trâmites diferenciados cabe aos funcionários desse setor estarem sempre atentos a esses detalhes. Por vezes, alguns desses processos são negligenciados, tanto pela secretaria, quanto pelas universidades, mas, como a instância primeira que os alunos têm acesso é a secretaria, é lá que o conflito se dá.

Um outro momento de encontro dos atores do polo é o almoço oferecido no refeitório do CIEP<sup>13</sup>. Nesse espaço, tutores, direção, secretários, alunos e, algumas vezes, professores das universidades se encontram na tarde de sábado para almoçar.

Os atores do polo são os seguintes:

- Os alunos são a maior fatia de participantes do polo, logo que ingressam para um dos cursos do Consórcio, costumam ser mais assíduos às tutorias e estão frequentemente na secretaria tirando suas dúvidas e resolvendo problemas administrativos. Quando estão em períodos mais avançados, adquirem mais autonomia e passam a ser poucos frequentes ao polo. Alguns cursos têm características de utilizarem mais o espaço do polo, no caso de São Gonçalo isso ocorre com o curso de Licenciatura em

---

<sup>13</sup> Essa é uma característica do polo de São Gonçalo, organizado pelos secretários. Eles arrecadam dinheiro com esse almoço para, com isso, organizar o almoço do sábado seguinte. Mas essa situação mudou desde que o novo prefeito tomou posse, como será explicado mais adiante.



Turismo, esses alunos se mostram mais atuantes no cotidiano do polo, além de se organizarem com muita frequência para outras atividades além das tutorias. Os alunos do curso de Biologia são facilmente distinguíveis dos demais, pois quase todos usam camisetas do curso, e também são muito frequentes às tutorias;

- Os tutores presenciais no polo de São Gonçalo são quase todos alunos de mestrado ou doutorado e a maioria já leciona em outra instituição. Diferentemente do que pressupusemos inicialmente, a rotatividade dos tutores é muito baixa, uma vez que observamos que a maioria já está no polo a mais de quatro anos. Grande parte dos tutores atuam aos sábados, com carga horária de uma ou duas horas para cada disciplina que ministra – um tutor pode ministrar mais de uma disciplina. Além disso, os tutores coordenadores<sup>14</sup> têm uma carga horária que deve ser cumprida durante a semana para resolver assuntos pertinentes ao seu cargo.
- Os secretários do polo, no caso estudado, são funcionários da prefeitura de São Gonçalo cedidos ao polo. Para que possam atender aos alunos de forma organizada, cada secretário atende a um ou dois cursos. A eles cabe todo o trabalho administrativo e de apoio às universidades e aos alunos, além de serem o principal elo entre eles.
- A direção do polo, em São Gonçalo, é exercida por uma professora da rede de educação básica do município que foi cedida a essa função. Sua função é estratégica, pois articula todos os atores do polo e os externos também. Ela é o elo entre os alunos, tutores, prefeitura, universidades, Fundação CECIERJ e UAB.

Foi nesse espaço que se deu a observação, já que, desde o ano de 2011, participamos do Consórcio como tutora presencial no polo de São Gonçalo. Lá foi possível realizar a observação do funcionamento de parte do objeto, pois o polo tem características que foram importantes à observação:

---

<sup>14</sup> Essa é uma categoria de tutores que, além de oferecer as tutorias, também são responsáveis pelo curso nos quais são coordenadores, intermediando, junto à universidade na qual ele é vinculado, soluções para problemas que possam ocorrer e auxiliando na organização dos horários das tutorias, planejando eventos para o polo, entre outras atribuições.

- Todas as universidades participantes têm cursos em funcionamento nesse polo<sup>15</sup>, o que auxiliou uma visão de cada instituição integrante do Consórcio.
- O polo tem nove anos de funcionamento o que faz dele um polo nem muito antigo e nem muito novo, pois os polos mais antigos têm 13 anos, e os mais novos, quatro anos de funcionamento. Nessa perspectiva, foi possível verificar situações diversificadas de experiência e inexperiência dos problemas do cotidiano administrativo e pedagógico da instituição;
- A direção do polo já tinha uma experiência de seis anos de administração do polo, o que lhe forneceu certo conhecimento da instituição e nos proporcionou instrumentos para realização desse trabalho;
- O polo é considerado de excelência, devido a suas instalações e adequação do espaço para o bom funcionamento de laboratórios e recebeu nota máxima na última avaliação do MEC.

Na tutoria, trabalhávamos com as disciplinas de Estágio Supervisionado 1<sup>16</sup> e Fundamentos da Educação 1. As disciplinas referidas são oferecidas pela UFRRJ, porém a peculiaridade da disciplina Estágio Supervisionado 1 nos possibilitou uma visão sistêmica do Consórcio no que diz respeito às universidades participantes, uma vez que ela é oferecida a todos os alunos que fazem curso de licenciatura. Isso nos fez ter contato com todas as universidades que atendem ao polo estudado.

Embora a disciplina citada seja oferecida pela UFRRJ, como já salientamos anteriormente, toda a documentação referente ao Estágio é fornecida pela instituição na qual seu curso está vinculado. No polo em que atuamos, os cursos de licenciaturas são os seguintes: Matemática, Turismo, Física, Biologia e Química, que se organizam da seguinte forma conforme suas universidades de origem.

---

<sup>15</sup> Com exceção do CEFET, instituição que entrou recentemente no Consórcio e oferece o curso de Tecnólogo em Turismo.

<sup>16</sup> O Estágio Supervisionado é constituído de 4 períodos. No Estágio 1, o aluno tem que cumprir 60 horas em instituição pública; no Estágio 2, são 90 horas; no 3, são 120 horas; e, no Estágio 4, são 160 horas, cumprindo assim, 360 horas de Estágio Supervisionado.

**Tabela 8: Cursos de licenciatura oferecidos no polo de São Gonçalo e suas Universidades**

|               | Universidades |        |      |      |     |
|---------------|---------------|--------|------|------|-----|
| Licenciaturas | UFRRJ         | UNIRIO | UENF | UFRJ | UFF |
| Biologia      |               |        | x    |      |     |
| Turismo       | X             |        |      |      |     |
| Química       |               |        |      | x    |     |
| Física        |               |        |      |      | X   |
| Matemática    |               | X      |      |      |     |

Sendo assim, cada curso acima contém documentos diferenciados conforme a universidade que o curso está vinculado, mas as notas e avaliações são todas realizadas pela UFRRJ. Percebemos, então, que esse era o local adequado de perceber o funcionamento do Consórcio entre as universidades e verificar como as instituições lidam com essa demanda de forma consorciada.

Outro ponto importante da observação foi poder verificar a participação dos Entes Federados e que o polo de apoio presencial é um local estratégico para esse olhar. Nele, estão presentes os diversos níveis de participação federativa atuando e formando a organização do polo. Ali, atuam as universidades através de seus tutores e professores; o Governo Federal está presente via UAB; o Estado atua através da Fundação e da sua ação permanente; e o Município, através do espaço que fornece e dos funcionários que disponibiliza para o funcionamento do polo.

Os polos, por serem espaços cedidos pelas prefeituras, são administrados por elas, portanto direção e demais funcionários são cedidos pela prefeitura para atuarem neles. No caso estudado, a direção faz parte do quadro do magistério do município de São Gonçalo e recebe gratificação para atuar na diretoria, e os outros funcionários são do quadro de auxiliares da prefeitura.

Como a observação para a realização da presente dissertação se estendeu até o início de 2013, foi possível verificar a mudança na prefeitura e o quanto isso pode interferir na organização do polo – já que as eleições para prefeito

aconteceram no fim de 2012, de forma que o novo prefeito tomou posse em janeiro de 2013.

As observações ocorreram aos sábados, nos horários de tutorias (de 8h às 15h), além dos domingos, quando havia prova e nas reuniões que aconteciam fora do polo, tanto nas universidades como na própria Fundação CECIERJ. Nesses dias, o local mais importante de observação era a sala dos tutores – esse se tornou um dos locais mais privilegiados de assuntos que interessavam para a realização desse trabalho.

Outro momento de observação eram as aulas inaugurais que acontecem sempre no início do semestre para reunir novos alunos, alunos antigos, tutores, funcionários do polo, professores das universidades e representantes da Fundação CECIERJ, a fim de expor o funcionamento do Consórcio e a organização dos cursos. Nesses eventos, era possível perceber o quanto a presença de um professor da universidade tinha grande importância para todos os atores do polo.

As reuniões nas universidades, apesar de terem sido poucas, foram de grande importância para a observação. Nesses momentos, os professores das disciplinas, coordenadores de disciplinas e de cursos se reuniam com os tutores para acertos necessários nas disciplinas. Esse era um local onde era possível perceber fatores importantes para a observação.

Os encontros com a Fundação CECIERJ foram os que menos forneceram dados para a análise em questão. Devido ao seu caráter formal e a dificuldade de interação com os outros participantes, as observações desses momentos foram utilizadas mais com o objetivo de obter informações organizacionais e administrativas do que para as categorias analisadas nesse trabalho.

### 3.3 AS FASES DA OBSERVAÇÃO

O período de realização da observação foi dividido em algumas fases. Para isso, utilizamos parte modelo teórico de Becker (1999). Para o autor, no primeiro momento, o pesquisador precisa ir em busca de problemas e conceitos que ofereçam um entendimento melhor sobre o tema a ser estudado. Em um segundo momento, optamos pelo modelo de Leininger (1995), que enuncia essa fase como

um momento de ter uma visão geral do objeto de estudo. No terceiro momento, voltamos a nos apoiar em Becker (Ibdem), pois após ter uma visão geral do objeto a ser estudado consideramos importante verificar a frequência com que os fenômenos ocorriam: foi o momento de quantificar os assuntos observados e, assim, perceber quais teriam melhores condições de serem trabalhados. Na quarta fase, voltamos às postulações de Leininger (Ibdem), que considera essa a fase mais densa, com um envolvimento maior do pesquisador ao objeto. Na última fase, revimos as questões de Becker, mais uma vez, pela adequação de sua categoria a observação que realizamos. Dessa forma, as fases do trabalho de campo ficaram organizadas da seguinte forma.

**Quadro 1: Fases utilizadas no trabalho de campo**

| <b>Fases do trabalho</b> | <b>Autor a ser usado</b> | <b>Descrição da fase</b>   |
|--------------------------|--------------------------|--|
| Primeira fase            | Becker (1999)            | Entender o assunto a ser estudado  |
| Segunda fase             | Leininger (1985)         | Observar e ouvir com o objetivo de ter uma visão geral do objeto de estudo |
| Terceira fase            | Becker (1999)            | Controle sobre a frequência e distribuição dos fenômenos                   |
| Quarta fase              | Leininger (1985)         | Envolvimento direto com as atividades                                      |
| Quinta fase              | Becker (1999)            | Análise final  |

### 3.3.1 Primeira fase: entendendo o objeto

Nessa primeira etapa do trabalho de campo, nossa atenção voltou-se ao cotidiano, às rotinas e à estrutura do sistema que estávamos nos inserindo. Nessa fase, estivemos atentos a todos os assuntos que tivemos acesso, com cuidado para não dispersar a atenção, pois era preciso ter foco nos atores que realmente poderiam fornecer pistas importantes para a realização do trabalho. Ao perceber que, dentro do polo, seria difícil de conseguir pistas suficientes que nos direcionasse no início do processo de observação, decidimos marcar uma reunião com a

presidência do Consórcio. Nosso objetivo era entender o funcionamento do mesmo e verificar documentos que nos auxiliassem na observação. Dessa forma, tivemos acesso a alguns documentos da instituição. A reunião, juntamente com a análise dos documentos formaram um conjunto de características que nos auxiliaram no planejamento da observação.

Essa fase foi dedicada, principalmente, a verificar documentos sobre o Consórcio que nos foram fornecidos pela gestão do mesmo e entrevistar pessoas que pudessem ajudar a identificar o objeto a ser estudado. A observação participante propriamente dita não ocorreu nessa fase, pois ainda não estava delineado claramente o problema e pressupostos que iriam ser trabalhados.

No entanto, essa etapa foi a mais importante de todo o trabalho, já que o conhecimento do objeto de forma mais profunda se deu nessa fase. Entender certos movimentos da engrenagem nos auxiliaram a identificar os atores que seriam privilegiados na observação, porque já tínhamos algumas dicas de onde estavam os pontos a serem analisados.

Foi nessa fase que compreendemos que, apesar de o Consórcio ser constituído pelas universidades – inclusive quem assina o acordo entre elas são seus respectivos reitores (anexo II) –, os institutos e faculdades de cada instituição tem a opção de oferecer ou não os seus cursos. Um caso observado durante o trabalho, foi o caso da Faculdade de Educação da UFRJ, que no início do trabalho não oferecia suas disciplinas pedagógicas no Consórcio<sup>17</sup>.

Outro ponto que ficou claro nessa etapa foi a participação dos Municípios, do Estado e do Governo Federal no funcionamento do Consórcio. Entendemos que os entes trabalham em cooperação entre si para que, juntos, façam funcionar plenamente a instituição. Foi preciso, então, buscar fontes para melhor compreender como pode funcionar essa cooperação e o quanto ela pode ajudar na realização do regime de colaboração entre os Entes Federados.

De posse de todos os pontos importantes que precisariam ser analisados, a próxima fase seria ir a campo, mas antes era preciso ter bem claro os aspectos que seriam observados com mais profundidade. Selecionar esses assuntos foi a parte mais difícil devido a nossa proximidade com o objeto e o interesse com diversos

---

<sup>17</sup> Durante uma fase do trabalho, pudemos participar de debates dentro da Faculdade de Educação da UFRJ sobre sua inserção no Consórcio. Até o fim do presente trabalho, algumas disciplinas estavam sendo oferecidas em fase de teste.

temas referentes à EaD. Eram muitos aspectos importantes e que mereciam um tratamento mais aprofundado. Detivemo-nos a quatro deles, que foram observados durante todas as fases que foram estes:

1. a organização da instituição a partir de colegiados;
2. a fundação como órgão administrativo;
3. o consórcio entre as universidades; e,
4. a cooperação entre os Entes Federados.

Dessa forma, nessa etapa do trabalho de campo o meu objeto de pesquisa se tornou mais claro e pudemos, a partir de então entender que a posição que ocupávamos no consórcio e a sistematização dos dados possibilitariam a problematização dos itens em questão e a verificação de como eles funcionam na prática com vistas à identificar possíveis dificuldades que eles podem constituir à instituição estudada.

### **3.3.2 Segunda fase: entendendo a rotina**

Essa fase, para Leininger (1985), é caracterizada por observar e ouvir com o objetivo de ter uma visão geral do objeto de estudo, antes mesmo de se dirigir a atenção a algum assunto específico. Para o autor, esta é a primeira fase da observação participante, mas como explicamos anteriormente, tivemos a necessidade de utilizar fases apontadas por autores distintos, já que somente uma abordagem não daria conta da forma com que foi realizada a observação.

Nessa etapa, nosso interesse esteve voltado para conhecer a rotina do polo e como se estruturava a administração desse espaço, pois esse era um dado desconhecido para nós até então. Esse foi o momento de enumerar os atores do polo, a organização e a estrutura. Além disso, chegava a hora de checar informações obtidas na fase anterior e tentar perceber se o campo seria propício para os temas que precisávamos analisar. Ao mesmo tempo que era o início de nossa observação, também era o início da nossa atuação na tutoria. Dessa forma, foi um período de muitas dificuldades, pois ainda não tínhamos acesso às pessoas

que gostaríamos de observar, o que nos causou incerteza se conseguiríamos obter os dados necessários. As primeiras anotações sobre o campo continham muitos questionamentos sobre as possibilidades de conseguir dados adequados, entre eles anotamos nos primeiros dias:

“Não consegui acesso às pessoas que podem me ajudar no tema proposto, as pessoas são muito fechadas e não conversam quase entre si, chegam, dão sua tutoria e vão embora, a direção, então, só um bom dia, não sei se conseguirei entrada suficiente no campo”

“As únicas pessoas que consigo falar no polo são os alunos, e os problemas que tenho são tantos que não consigo me envolver em outras atividade além das tutorias”

Ao relermos a anotação anterior, percebemos que éramos nós que deveríamos buscar aproximação com os observados, já que, até então, estávamos totalmente imersos nos problemas das atividades propostas pela tutoria. Um outro ponto importante nessa fase, que nossa visão de iniciante não conseguiu perceber de imediato, foi que nossa dedicação e preocupação excessiva com a disciplina que estava ministrando já era uma pista de um problema que verifiquei mais adiante. Depois de perceber nossos erros na aproximação com o objeto e de replanejarmos a abordagem, conseguimos nos aproximar dos atores que precisávamos para as observações.

Essa fase durou cerca de três meses, tempo em que conseguimos a simpatia e confiança dos atores do polo. Como, ao final do ano, o movimento de alunos diminui, passamos a ter mais tempo de interação com tutores e funcionários. É importante deixar claro que com isso não ignoramos a importância dos alunos do polo na pesquisa, pelo contrário. Todavia, nessa etapa da pesquisa, precisávamos ter mais contato com pessoas que pudessem ajudar a delinear a organização do objeto de estudo.

Sendo assim, nessa etapa, a aproximação com os atores do polo foi o centro da proposta.

### **3.3.3 Terceira fase: delimitando a análise**

Nesse momento, era preciso delimitar as questões que abordaríamos na pesquisa. Como explicado anteriormente, iniciamos o campo com quatro itens para observar e, desses, selecionamos dois através das nossas observações. Os quatro



itens elencados como características do Consórcio CEDERJ que mereciam um estudo aprofundado foram os seguintes: 1. a organização da instituição a partir de colegiados; 2. a fundação como órgão administrativo; 3. o consórcio entre as universidades; e, 4) o regime de colaboração entre os Entes Federados.

Era momento, então, de ler o caderno de campo e fazer um levantamento das observações. Após uma minuciosa leitura percebemos logo que dois desses itens eram mais recorrentes que os outros. O Consórcio e a colaboração entre os Entes Federados eram itens que correspondiam mais aos assuntos abordados entre os atores. Não observamos, em nenhum momento, temas que se relacionassem com a organização colegiada do Consórcio. Outro assunto pouco abordado pelos atores dizia respeito à Fundação. Dessa forma, as categorias escolhidas como centrais para o trabalho foram o Consórcio entre as universidades e o regime de colaboração entre os Entes Federados.

#### **3.3.4 Quarta fase: com foco nas categorias**

Essa fase foi a mais longa, pois durou mais do que o previsto inicialmente. Nessa etapa, se deu uma observação mais atenta aos itens elencados na terceira fase da observação. Porém, seguimos a orientação de Bogdan e Taylor (1975) de que a consciência do observador precisa estar atenta qualquer tipo de ocorrência no campo, pois, o que, inicialmente, parece insignificante, pode se constituir em fonte importante de dados, quando examinados em conjunto, na análise final dos dados.

Nessa fase, as anotações eram longas, os assuntos que surgiam e eram inseridos no caderno de campo eram muitos. Acredito que a nossa pouca experiência em pesquisa de campo tenha sido motivadora dessas longas anotações, já que o medo de perder algo importante nos levava a escrever o máximo. Como não havia tempo hábil para realizar as anotações ainda em campo e muitas vezes isso era feito no caminho de casa, as dificuldades nessa fase foram muitas. Residíamos a uma hora de distância do polo e, como o percurso era feito de ônibus, algumas anotações eram realizadas nesse momento. Com o tempo, começamos a utilizar a estratégia de anotar palavras-chaves para, depois, a partir delas, dar continuidade às anotações.

O mais difícil dessa fase foi parar a observação, pois os assuntos que nos interessavam se adensavam cada vez mais. Mas, já que o prazo para terminar a dissertação poderia ficar prejudicado pelo prolongamento da observação, era preciso parar. Isso ocorreu devido à importância dos acontecimentos nos últimos meses da pesquisa de campo. Nesse período, ocorreram fatos de grande relevância e infelizmente não houve tempo hábil de verificar o desfecho e o resultado desses acontecimentos. Porém, isso não prejudicou a observação nem os resultados, porque, seja qual for o desfecho, não muda o que ocorreu anteriormente.

### 3.3.5 Quinta fase: a sistematização dos dados

Essa fase foi a última e requereu um mês de organização e análise dos dados obtidos. Em princípio, previmos realizar essa fase em três meses, mas, devido ao prolongamento da fase anterior, precisamos realizar essa em menos tempo. Isso ocorreu sem prejuízo para o resultado, já que dedicamos mais tempo por semana do que havia planejado. Dessa forma, conseguimos sistematizar as observações e fazer uma primeira aproximação dos assuntos abordados. O primeiro levantamento foi verificar quantas vezes durante toda a observação cada assunto que analisávamos foi abordado e o período de maior frequência das ocorrências. Além disso, fizemos um levantamento dos atores que abordavam os assuntos, chegando aos seguintes números:

**Tabela 9: Vezes em que os assuntos foram abordados conforme atores**

**Fonte: caderno de campo**

| Assuntos                        | Tutores | Funcionários | Professores | Alunos | Total |
|---------------------------------|---------|--------------|-------------|--------|-------|
| Consórcio                       | 12      | 0            | 5           | 4      | 21    |
| Colaboração dos Entes Federados | 8       | 25           | 0           | 0      | 33    |
| Total                           | 20      | 25           | 5           | 4      | 54    |

Tendo em mãos os dados necessários e um levantamento adequado sobre as categorias que estávamos trabalhando, passamos a sistematizar os assuntos para a

fase seguinte. Essa fase configurou-se como escrever sobre cada categoria de forma a compreender onde os atores observados identificam as dificuldades dos temas e como eles ajudam o funcionamento do consórcio em questão.

Dessa forma, procedemos à análise, separando cada uma das categorias e fazendo uma abordagem dos principais fatos ocorridos sobre cada item. A fala de alguns atores será transcrita, mas, em outros casos, fizemos uma compilação, retirando as ideias contidas nas falas. Como participávamos ativamente das atividades no objeto de estudo, nossas impressões e análises próprias fazem parte também dessa compilação de observações realizadas.

### 3.4 ANÁLISE DAS CATEGORIAS

Através das observações sistemáticas pudemos distinguir e analisar diversos pontos referentes às categorias aqui estudadas. Então, além de dividir as anotações nas categorias correspondentes, também houve uma separação do que poderia ser considerado problemas ou dificuldades apresentadas e o que verificamos como contribuição ao funcionamento do Consórcio. Partimos dessa organização com o objetivo de responder a algumas das questões apresentadas neste trabalho: de que forma cada uma das características estudadas contribuem para o funcionamento da instituição analisada? Quais os desafios que duas estratégias analisadas trazem para o cotidiano da instituição?

As questões que formam a base do presente trabalho, auxiliaram a dar um norte nas observações e anotações realizadas de modo que, depois de uma análise atenta do caderno de campo, pudemos enumerar as vezes em que foi possível perceber informações importantes para o trabalho. Depois de separar cada um deles identificamos todas as vezes que assuntos relevantes eram abordados<sup>18</sup>. Daí, então, foram retiradas as evidências utilizadas nesse trabalho. As falas retiradas do caderno de campo foram transcritas nas análises que se seguem. Os atores que foram utilizados nessa transcrição estão categorizados conforme quadro abaixo.

---

<sup>18</sup> Os assuntos não eram abordados pelos atores observados utilizando os termos “consórcio” ou “colaboração entre os Entes Federados”, mas outros temas que era preciso identificar a ligação desses com os temas atribuídos ao trabalho proposto.

**Quadro 2: Categorização dos atores citados nas observações**

Fonte: caderno de campo

| Ator          | Sexo      | Idade              | Escolaridade      |
|---------------|-----------|--------------------|-------------------|
| Tutor 1       | Feminino  | Entre 25 e 30 anos | Mestrando         |
| Tutor 2       | Masculino | Entre 30 e 35 anos | Mestrando         |
| Tutor 3       | Masculino | Entre 25 e 30 anos | Doutorando        |
| Tutor 4       | Masculino | Entre 35 e 40 anos | Doutorando        |
| Tutor 5       | Masculino | Entre 30 e 35 anos | Nível superior    |
| Funcionário 1 | Feminino  | Entre 20 e 25 anos | Nível Médio       |
| Funcionário 2 | Feminino  | Entre 20 e 25 anos | Nível Médio       |
| Funcionário 3 | Masculino | Entre 35 e 40 anos | Nível Médio       |
| Funcionário 4 | Feminino  | Entre 25 e 30 anos | Nível fundamental |
| Aluno 1       | Masculino | Entre 35 e 40 anos | Graduando         |
| Aluno 2       | Feminino  | Entre 30 e 35 anos | Graduando         |
| Aluno 3       | Masculino | Entre 20 e 25 anos | Graduado          |
| Professor 1   | Masculino | Entre 40 e 45 anos | Doutor            |
| Professor 2   | Feminino  | Entre 40 e 45 anos | Doutor            |

Passamos, agora, a tratar, separadamente, cada categoria que elencamos para realizar a presente dissertação.

### **3.4.1 A colaboração entre os Entes Federados em observação: a primeira categoria**

Essa foi a dimensão que forneceu mais dados em toda a observação, pois essa característica tem muitas consequências para o funcionamento do Consórcio. A todo tempo, evidências surgiam nas conversas e reuniões. Como o polo é de administração do município, esse ente federado foi o que ficou mais em evidência de

todos e o que, também, causou o atraso no presente estudo, como explicado anteriormente.

O Governo Federal está presente no Consórcio, a partir da sua participação pela UAB. Desde 2005, quando foi fundada, ela auxilia financeiramente o funcionamento do consórcio de várias formas. Inicialmente, competia a ela alguns aportes financeiros como a distribuição de equipamentos eletrônicos, mobiliário e até mesmo livros. Algum tempo depois<sup>19</sup>, entre 2009 e 2010, a UAB, passou a gerir, também, as bolsas dos tutores. Não foram todas as bolsas que passaram a ser pagas pela UAB, mas algumas e, principalmente, as bolsas dos tutores coordenadores.

A instância Estadual tem uma função estratégica no Consórcio e, seguramente, a mais importante, já que o Governo Estadual, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia e da Fundação CECIERJ, administra todo o Consórcio. Muitas bolsas de tutores – presenciais e à distância – ainda são pagas pelo Estado, além das bolsas dos docentes – todas vindas da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia. O órgão estratégico de mais importância do Consórcio é a Fundação CECIERJ, que é um órgão estadual. A Fundação administra todos os trâmites legais, sendo o órgão centralizador dos acordos (anexos I e II) e parcerias, além de lotar funcionários (Estaduais públicos e contratados) para realizar toda administração do Consórcio.

Os Municípios têm uma função local de administração do polo de apoio presencial, onde todos os outros entes atuam de alguma forma. Lá, além da influência direta do Município, os outros Entes Federados estão presentes, seja o Governo Federal, através da UAB<sup>20</sup>, ou o Governo Estadual<sup>21</sup>, através da fundação CECIERJ.

Nas observações, foi possível perceber alguns assuntos referentes a dificuldades que emanam desse tipo de administração. Todos os problemas verificados surgiram da instância Municipal, que algumas vezes não esteve em consonância com os interesses do consórcio. Logo no princípio do trabalho de campo, esse problema não era visível nas falas dos atores, logo foram diversas

---

<sup>19</sup> Não foi possível precisar muito bem, através da observação, em que ano ocorreu essa mudança.

<sup>20</sup> Fornecendo mobiliário e material eletrônico.

<sup>21</sup> Através da atuação da Fundação em decisões referentes ao polo, ao pagamento de tutores e da direção, além de treinamento constante dos tutores.

palavras de elogio da consonância entre os dois entes, como a seguir:

“É incrível como a prefeita<sup>22</sup> trabalha em consonância com o CEDERJ, ela está sempre vendo de que o polo precisa para funcionar bem” (Tutor 1).

“A prefeita dá muito valor ao acordo que fez com o Governo Estadual para manter o polo em funcionamento e tem muito orgulho do polo e ajuda mesmo o polo a funcionar, não deixa faltar nada, sempre que precisamos ela está disposta a fazer as coisas para tudo dar certo, acredito que ela vai sempre fazer isso funcionar direito, também...isso é voto né” (Funcionário 1).

A direção do polo era apoiada – tanto politicamente quanto administrativamente – pela então prefeita Aparecida Panisset. As necessidades que surgiam no polo eram levadas à prefeita que, dentro das possibilidades do orçamento, atendia. E assim se manteve atuante durante todo o período do trabalho de campo enquanto ela era prefeita. Mas, com as eleições para prefeitos em 2012, houve uma significativa mudança no quadro.

Com a derrota nas eleições do candidato apoiado pela prefeita a situação do polo mudou. A direção ficou sem o apoio político da prefeita. Alguns funcionários que atendiam na secretaria<sup>23</sup> foram afastados do polo pela nova prefeitura, e algumas necessidades básicas foram cortadas do polo. A partir de então, as falas dos atores observados apontavam para a fragilidade da política municipal, até então não dimensionada.

“Esse é um problema de fazer acordo com município, eles têm uma questão política muito frágil e, quando muda o governo, os cargos são redistribuídos entre as pessoas que apoiaram a candidatura e o problema não são só os prefeitos, os vereadores também, em São Gonçalo, tem escola que *pertence* a vereadores” (Tutor 2)

“Alguns cargos deveriam estar vinculados ao CEDERJ e não ao município um deles é a direção do polo, por que para o polo funcionar bem precisa de um diretor que conheça a dinâmica do CEDERJ e, se isso ficar a cargo da prefeitura, vamos ter diretores de escolas aqui no CEDERJ que nem sabe direito o que é EaD” (Aluno 1).

“Mesmo sabendo o quanto o polo vai perder com a saída da diretora, duvido que o CEDERJ vai se envolver, não vai pedir para o prefeito deixar a diretora, eles preferem não se envolver nos assuntos do Município, coisas de partidos políticos, isso não cabe ao CEDERJ” (Tutor 3).

<sup>22</sup> Aparecida Panisset foi prefeita de São Gonçalo, pelo PDT, por dois mandatos consecutivos (entre 2005 e 2012) período que assinou o acordo com o CEDERJ para a abertura do polo São Gonçalo.

<sup>23</sup> Alguns funcionários eram funcionários públicos, e outros, contratados.

O mais importante durante esse período era perceber o que não era dito, mas o que era sentido. A instabilidade da direção do polo causou situações que não eram anotadas através das palavras dos atores observados, mas de percepções.

“Hoje percebi que a dinâmica do polo mudou bastante, o clima de instabilidade fez com que as pessoas mudassem suas atitudes, todos estão muito preocupados com as mudanças, pois o que soubemos foi que o novo prefeito exonerou a diretora do cargo, mas, mesmo assim, ela continua trabalhando apoiada (de certa forma) pelo CEDERJ” (Anotações de Campo)

A preocupação com a falta de estrutura para o bom funcionamento do polo fez com que algumas pessoas até cogitassem a saída da professora devido a sua falta de apoio político.

“Sinceramente, eu nem me importo que a diretora saia, no entanto, que venha alguém que esse novo prefeito apoie, o que não pode é a gente ficar sem condições de estudar” (Aluno 2)

Até o final da observação, a solução encontrada foi uma tentativa de respeitar o princípio da autonomia entre os Entes Federados. O polo passou a contar com duas diretoras, a antiga continuou apoiada pelo CEDERJ, e uma outra, nomeada pela prefeitura, passou a dirigir de forma cooperativa com a antiga. O que se tem percebido é uma tentativa de dividirem as atribuições. As últimas anotações do Caderno de Campo continuaram a apontar a instabilidade dos atores do polo, mas com esperança de que a cooperação realmente aconteça.

“Vamos esperar para ver o que vai acontecer, mas pelo menos parece que chegaram num acordo, espero que dê certo, o difícil vai ser dividir as atribuições de cada uma (diretora)” (Anotações de Campo).

Através da fala dos atores aqui apresentados é possível perceber a confiança que havia quanto à gestão anterior. A participação dos municípios é muito próxima às necessidades do polo e, por isso, essa instância é bastante observada pelos atores que lá estão. Nas falas iniciais dos observados é possível perceber uma certa admiração pela prefeita Aparecida Punisse quanto à sua atuação. A fala do Funcionário 1 mostrou que havia um entendimento por parte dele sobre o acordo que as partes assinam – Governo Estadual e Prefeitura – para a execução do polo, e que isso faz com que ambas partes tenham obrigações entre elas e com o polo, mas, mesmo assim, ele a admira por não “deixar faltar nada no polo”. Sua fala nos

permite entender que ele sabe das obrigações da Prefeitura, porém, ao mesmo tempo, sabe que elas podem deixar de serem cumpridas.

Pessoas que conhecem a dinâmica da política local não se admiravam com o que estava acontecendo, pois já tinham conhecimento dessa possibilidade. O Tutor 2 deixou isso explícito em sua fala, já que entendia como funcionava a organização política do município. Entretanto, apesar de entender como funcionava essa distribuição de cargos, ele tinha a dimensão do problema que isso pode acarretar para uma instituição que funciona através de cooperação e de acordos.

A fala do Aluno 1 foi a mais surpreendente diante da sua capacidade de perceber a importância da atuação da direção do polo e o quanto ela precisava estar alinhada com a EaD. E ele foi mais além, fornecendo uma pista importante de como esse caso poderia ser solucionado por um critério administrativo de competência da escolha da direção. Analisando essa fala, percebe-se que, para esse aluno, não há solução na mão da Prefeitura, o que demonstra uma descrença nessa instância.

É possível perceber também uma descrença na atuação do próprio CEDERJ para a tentativa da solução do problema apresentado. O Tutor 3 deixa isso claro ao dizer que o CEDERJ não iria se envolver no problema que ocorria. Nessa fala, mais uma vez, aparece o problema político como o dificultador do trabalho.

As dificuldades políticas apresentadas são tão acirradas que é cogitada a saída da direção como uma possibilidade de solução do problema. O Aluno 2 demonstrou sua total descrença em uma possibilidade de acordo preferindo a saída da direção para que entrasse uma outra pessoa que pudesse ter um vínculo político mais forte. Nesse caso, identificamos um imediatismo na fala desse aluno, pois é preciso resolver os problemas que surgem e dificultam o funcionamento do polo.

O outro foco da observação realizada foi a integração entre as universidades, que diferentemente da cooperação entre os entes que têm funções diferenciadas, elas têm as mesmas funções, se diferenciando entre elas nos cursos que oferecem.

### **3.4.2 O Consórcio em observação: a segunda categoria**

O Consórcio entre as universidades foi o foco desse item a ser observado. Como problema principal investigado estava o pressuposto que tínhamos sobre a dificuldade de interação entre as instituições para que pudesse haver uma interação



real entre elas.

Foi observado, principalmente, as situações em que participassem professores, disciplinas e outras questões acadêmicas que me permitisse verificar como seriam resolvidas questões no âmbito das universidades. Era pertinente nessa observação, também, que eu pudesse entender as questões burocráticas que não fossem do âmbito da Fundação CECIERJ, mas, sim, casos que envolvessem trâmites internos às universidades.

Logo na primeira fase da pesquisa, percebemos que esse seria um tema bastante discutido no cotidiano do polo, já que é lá o ponto de interseção das questões universitárias. Vários motivos nos levaram a ter essa percepção. Uma das causas se relaciona aos tutores, pois são todos vinculados à universidade na qual oferece a disciplina que o tutor trabalha. Outro motivo que nos fez pressupor ser esse um assunto de grande discussão dentro do polo foi a questão burocrática de cada universidade, pois todo o trâmite de documentos de cada curso é diferenciado, dependendo da instituição à qual é vinculada.

Apesar de entendermos que o Consórcio não pressupõe que todos os envolvidos devam unificar sua forma de trabalhar, nem mudar sua organização, os problemas identificados nas observações desse item estavam sempre relacionados às diferenças entre as instituições. Essas diferenças estavam localizadas não só na documentação utilizada entre elas, mas também havia o problema de calendário diferenciado<sup>24</sup>.

As primeiras observações foram vivenciadas por nós ao começar o trabalho com a disciplina Estágio Supervisionado 1. A direção do polo, o tutor coordenador e a universidade à qual a disciplina é vinculada (UFRRJ) já tinham a dimensão dos problemas que a disciplina continha. A reação de alguns observados era de descrédito na minha continuidade nesse trabalho por muito tempo. Uma das primeiras falas que ouvimos ao iniciar na disciplina foi esta:

“não para tutor nenhum dessa disciplina, ela tem muitos problemas, nesse semestre você é a terceira tutora da disciplina, os alunos já ficam apreensivos, pois eles dependem do tutor para que sua documentação de estágio seja encaminhada, coitados, estão perdidinhos, sem saber o que

---

<sup>24</sup> O Consórcio CEDERJ unifica o calendário, com todas as ações do semestre como avaliação a distância, avaliação presencial, seminários, férias. Porém, mesmo com essa organização unificada, a diferença do calendário acadêmicos entre as universidades e entre o CEDERJ e as universidades, causam diversas dificuldades, pois algumas questões são necessárias serem tratadas diretamente na universidade e não na secretaria do polo.

fazer. Vou te falar uma coisa, vai com calma porque eles (alunos) estão muito chateados, porque o tutor anterior não conseguiu resolver o problema e deixou tudo bagunçado, o pior é que a universidade não ajuda muito, eles parecem que também não sabem muito bem o que fazer” (Tutor 4).

“O último tutor não durou nem um mês aqui no polo, ficou estressadíssimo, perdeu a paciência com a universidade e foi embora” (Funcionário 2).

“por favor tutora, não vá embora, pois já não sabemos mais para quem pedir ajuda, estamos meio perdidos” (Aluno 3).

Logo no início, não conseguimos perceber qual seria o grande problema que os tutores anteriores tinham vivenciado, já que o trabalho iniciou-se próximo ao fim do ano e as questões pertinentes ao Estágio já estavam, naquele semestre, quase todas resolvidas. Mas, em pouco tempo, as dificuldades foram surgindo e, no início do ano seguinte, elas se mostraram mais graves.

A disciplina Estágio Supervisionado abrange todos os cursos de licenciatura e requer um contato direto do tutor com todas as universidades que oferecem esse tipo de curso no polo. Era preciso obter documentos de contrato de Estágio separadamente para cada curso, pois mesmo a disciplina sendo oferecida pela UFRRJ, os termos de compromisso de estágio, carta de apresentação e apólice de seguros – documentos necessários para o aluno realizar o estágio supervisionado na escola conveniada – são emitidos pela universidade de origem de cada curso, com já salientamos anteriormente.

Porém, a dificuldade foi de integração entre as universidades e o Consórcio. Logo no início do ano seguinte, era preciso começar todo o trâmite de documentação de Estágio, mas o calendário do CEDERJ antecede o calendário das universidades. Isso ocorre, pois, diferentemente dos cursos presenciais, em cada semestre, os alunos do CEDERJ realizam seis avaliações, três presenciais e três à distância.

Para que haja tempo hábil para a realização de todas essas avaliações no semestre, é necessário que o calendário inicie antes dos cursos presenciais e é aí que aparece um problema. Para que os alunos possam iniciar seu Estágio, é preciso que eles estejam incluídos numa apólice de seguros contra acidentes pessoais. Contudo, quando os alunos iniciam a disciplina, as universidades ainda estão em recesso, por isso o contrato com a seguradora não é renovado a tempo do aluno começar seu Estágio.

Houve, em um certo momento, uma movimentação em busca de unificar os

procedimentos do Estágio, mas esse propósito não foi alcançado e, pela fala de alguns observados, essa possibilidade é muito remota.

“As universidades não vão abrir mão da sua autonomia para atender essa solicitação” (Funcionário 3).

“Pode até ser, mas eu acho muito difícil. Os conselhos universitários não vão aceitar isso não” (Professor de universidade 1).

“Na verdade, quem decide isso dentro da universidade nem tem conhecimento das dificuldades dos cursos à distância, não sabem como é seu funcionamento e nem querem saber, e muitos até são contra que esses cursos à distância existam dentro da universidade, são mundos totalmente diferentes” (Professor de universidade 2).

Outras dificuldades foram observadas durante o trabalho de campo no que se refere ao tema proposto nessa fase. Um dos fatores que mais dificultava o trabalho em cooperação entre as universidades e o CEDERJ era a falta de comprometimento de alguns professores das universidades que trabalhavam nos cursos do CEDERJ. Um tutor denominava isso de “síndrome do trabalho de segunda categoria”, e explicou:

“Todos os professores das universidades que trabalham para o CEDERJ são professores de cursos presenciais das universidades, mas parece que alguns veem os cursos à distância como trabalho de segunda categoria. Eles estão preocupados em resolver primeiro os problemas dos cursos presenciais, depois, muito depois, se der tempo, vão resolver os problemas do CEDERJ, mas isso não são todos” (Tutor 5).

Ao escutar esse comentário feito pelo tutor, um funcionário deu continuidade no assunto

“Essa situação chegou ao ponto de, num certo semestre, todos os professores do curso x não inserirem no sistema nenhuma nota dos alunos até o final do semestre, eles fizeram a última prova sem saberem as notas da primeira prova e terminaram o semestre sem saber se tinham passado nas disciplinas” (Funcionário 4).

Uma situação que foi percebida nas observações é o quão isoladas as universidades trabalham uma das outras, ou seja, apesar de formarem um Consórcio, há pouca interação entre elas. Durante todo o período de observação, não foi possível presenciar um evento em que todas as universidades estivessem juntas para dialogarem entre si e ao mesmo tempo dialogarem com os tutores e alunos das diversas universidades. Há, sim, momentos em que os professores vão

até o polo fazer o que é denominado pelo CEDERJ como “visita docente”, momento em que cada universidade ouve seus alunos e os tutores das disciplinas aos quais estão vinculados. Esse é um evento muito valorizado pelos os alunos que participam intensamente desse momento. Além disso, as instituições mantêm eventos dentro das universidades para receberem os alunos dos cursos à distância. São diversas ações – cada curso tem uma estratégia diferenciada – voltadas a integrarem os alunos às suas universidades e não o deixarem isolados estudando em casa ou indo ao polo de apoio presencial.

A partir da análise das falas, é possível fazer uma sistematização dos dados, o que nos permite apresentar os seguintes elementos analíticos resumidamente:

- a) A distribuição de cargos realizada pelos políticos locais gera problemas no funcionamento do polo.
- b) Há a necessidade da direção do polo ser capacitada para o cargo, precisando ter envolvimento com a EaD, pois o cargo é muito específico.
- c) A prática de distribuição de cargos já está tão enraizada no Município estudado que foi possível perceber a naturalização dessa prática.
- d) No caso das universidades, foi possível verificar o isolamento administrativo entre elas.
- e) O processo burocrático diferenciado das universidades causa grandes dificuldades para a administração dos cursos.
- f) A nova forma de seleção dos professores das universidades para trabalharem nos cursos à distância foi essencial para a melhoria da qualidade do atendimento aos alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontado no trabalho, a EaD, no campo do Ensino Superior, tem tido um crescente aumento no números de matrículas, o que suscita muitas discussões na área. Esse crescimento tem ocorrido tanto nas instituições públicas, quanto nas instituições privadas. Diversas adequações ainda estão sendo realizadas pelo MEC, devido a dificuldades, principalmente, no que se refere a qualidade dos serviços oferecidos. Em entrevista ao *Jornal Extra Classe* do SINPRO/RS, a professora Cecília Farias, conselheira do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do sul, afirma que

Nas instituições privadas de perfil empresarial, com frequência, a EaD tem mais proximidade com o conceito de mercadoria do que de oferta da educação de qualidade que tanto precisamos. Principalmente os cursos de licenciatura e formação de professores a distância. (2012)

Na direção de resolver parte dos problemas que tem havido nessa área, o MEC tem atuado no sentido de não apenas regular, mas também de aprimorar o sistema de avaliação dos curso na modalidade EaD nas IES públicas, comunitárias e privadas. Diversas instituições privadas têm sido descredenciadas para oferecer cursos em EaD, devido a irregularidades, problemas na qualidade, problemas no polo, entre outras categorias analisadas pelo MEC para realizar suas avaliações.

Devido à desigualdade no acesso à Educação Superior pública no Brasil, Paula (2012, p.5) explica que

A maior parte dos estudantes que ingressa no Ensino Superior brasileiro o faz pela via privada, em instituições de qualidade duvidosa, que não realizam pesquisa nem extensão. Os alunos trabalhadores e provenientes das classes sociais menos favorecidas econômica e socialmente não encontram muitas possibilidades de ingresso nas universidades públicas, de maior qualidade, que se dedicam ao ensino, à pesquisa e à extensão, com um corpo docente mais qualificado. Pois as vagas nestas instituições são limitadas, a concorrência é grande e existe o “funil do vestibular”, que deixa de fora muitos destes estudantes de baixa renda, provenientes do Ensino Médio público, nem sempre de qualidade. Inversa e injustamente, os alunos provenientes das classes sociais mais abastadas, que cursaram o Ensino Médio em escolas particulares de elite, chegam com muito mais facilidade às universidades públicas.

Além disso, enquanto o Ensino Superior noturno brasileiro é essencialmente privado e pago, o Ensino Superior diurno é fundamentalmente público e gratuito.

Isso equivale a dizer que as oportunidades para o estudante pobre e trabalhador estão basicamente restritas às instituições privadas (Idem, Ibdem). Mas, assim como nos cursos presenciais, nos cursos à distância esse panorama se repete. As facilidades para ingressar num curso dessa natureza numa IES privada são muitas, pois na maioria dessas instituições, basta responder um questionários pela internet e começar a pagar as mensalidades. Porém, a EaD pode ser uma alternativa para o estudante trabalhador ingressar no Ensino Superior.

Essa é uma das causas que nos leva a analisar a opção feita pelo Estado do Rio de Janeiro em Política Pública de Educação Superior à distância: organizar um consórcio entre todas as universidades públicas contidas em seu território. O número de alunos matriculados no CEDERJ, cerca de 29 mil, nos fornece a dimensão da importância dessa instituição para o oferecimento do Ensino Público, principalmente, e nas cidades do interior do Estado, que, até então, eram monopolizadas por instituições privadas, presenciais e à distância.

Tratar desse assunto não foi simples, pois muitos temas utilizados nesse trabalho, precisaram ser buscados em literatura diferente das específicas da área da educação. Foi preciso um esforço a fim de compreender temas de outras áreas, mas que precisavam ser tratados a fim de preencher lacunas que poderiam ter sido deixadas. Além disso, falar de Educação à distância, não é simples, uma vez que é um tema que ainda está em construção no Brasil e pouco se tem na literatura atual sobre Políticas Públicas nessa área.

Porém, ao mesmo tempo em que essa dificuldade foi percebida, foi gratificante descobrir que o tema escolhido ia muito além de tratar de problemas institucionais presentes no Consórcio estudado. A observação participante foi importante nessa descoberta, pois trouxe atores que estão presentes no cotidiano do polo, permitindo-nos ver o Consórcio além do olhar institucional. Esse tipo de trabalho de campo possibilita perceber a ação humana presente nesse cotidiano. Assim, essa forma de relacionar com o objeto pesquisado, auxiliou-nos perceber o objetivo de uma Política Pública em seu pleno funcionamento.

Através das falas dos atores analisados percebemos complexos problemas ainda a serem sanados nessa interação. No caso das universidades, são problemas que precisam ser resolvidos institucionalmente e que o diálogo que tem crescido entre essas instituições pode ser um bom encaminhamento no processo de

interação de fato. A cooperação não pressupõe que seus agentes devam trabalhar de forma idêntica, mas é necessário o diálogo entre as partes e, por aí, perceber onde é preciso cada parte ceder para que o objetivo de se consorciar seja alcançado: trabalhar cooperativamente de modo que essa interação seja uma facilitadora para todas as partes.

Uma das dificuldades nesse processo, que se pôde perceber através das observações está localizada na dificuldade de interação entre os sujeitos da própria universidade. As decisões que precisam ser tomadas para resolver problemas referentes aos cursos de EaD, muitas vezes, dependem de pessoas da universidade que não estão envolvidas com os cursos à distância. As necessidades, prazos e peculiaridades demandadas por esse tipo de organização, em muitos casos, são desconhecidos por quem não está envolvido no processo. A tendência nesse tipo de processo é que algumas decisões acabem indo de encontro às necessidades dos cursos à distância, ou dificultando, em parte, seu funcionamento. As observações apontaram para uma necessidade de haver, nas universidades, uma instância própria para os cursos à distância, de forma que esse setor fosse responsável pelos interesses das disciplinas à distância e que pudesse, assim, ter uma representação nas instâncias de decisão das respectivas universidades.

As observações apontam para uma tentativa do CEDERJ em sanar os problemas referentes ao “descaso de alguns professores com os cursos à distância”. Os atuais concursos para a ocupação desses cargos têm sido uma boa saída para resolver os casos citados nas observações. Mas, outro aspecto também merece ser levado em consideração: identificamos um possível acúmulo de tarefas desses docentes ao ingressarem no Consórcio. Além de sua carga horária cumprida dentro da universidade, há a necessidade de dedicarem mais horas para realizarem as tarefas que se comprometeram a realizar nos cursos do CEDERJ, inclusive nos finais de semana.

Há uma ideia errada de que essas horas à distância são fáceis de cumprir, quando, na realidade, os cursos à distância requerem muito tempo de seus participantes: contato por e-mail, acesso à plataforma, visitas a locais distantes – alguns das funções que esses professores se comprometem a desempenhar. Esse fator mostra que é preciso uma nova pesquisa que permita perceber se esse acúmulo de tarefas pode estar dificultando o trabalho docente nessa área.

Deixamos, aqui, dois questionamentos para serem verificados em futuros trabalhos na área: a) “Os docentes das universidades, ao se comprometerem com disciplinas nos cursos à distância, não deveriam ter sua carga horária reduzida nos cursos presenciais?”; b) “Concursos para docentes que se dedicassem somente com cursos à distância não seriam importantes para sanar parte dos problemas apontados?”.

A segunda dimensão analisada pelo trabalho diz respeito ao segundo tipo de cooperação verificada, que é a do tipo vertical, com a integração dos Entes Federados. Nessa integração, participam o Governo Federal, o Estadual e os Municipais, de diferentes formas e através de ações em conjunto, como já especificado no presente trabalho. Nesse ponto do trabalho foi onde identificamos os maiores problemas das observações realizadas, pois eles se localizam num embate político que afeta outras áreas além da Educação à distância.

Como a observação foi realizada no polo de São Gonçalo, a fim de perceber as dificuldades que emergiam da interação entre os Entes Federados, as ações da administração municipal de São Gonçalo foi nosso foco de análise. Pudemos perceber que a administração municipal em questão se constitui o ponto fraco do elo entre os entes e que essa fragilidade afeta diretamente o funcionamento da instituição, pois o polo é o local de interseção de todos os Entes Federados participantes do Consórcio, além das universidades que oferecem os cursos.

Essa fragilidade na política municipal, não se refere tão somente ao funcionamento do polo, mas também a outras instâncias municipais. A fim de não perder o foco no tema proposto, tentamos ter um olhar mais objetivo ao tema em questão, mas não pudemos deixar de fazer observações de outros assuntos além da EaD, mas que são pertinentes ao tema estudado, porque estão todos ligados a educação.

Como foi apontado nas falas destacadas no capítulo anterior, a prefeitura de São Gonçalo fez o que um funcionário do polo denominou de “desmantelamento das forças educacionais locais”. As observações apontadas demonstram como isso ocorreu no polo analisado. Porém, é preciso fazer aqui outras colocações a fim de esclarecer que o ocorrido com a direção do polo não é um caso isolado. Percebemos que as mudanças realizadas pela prefeitura, ocorreram também em muitas escolas municipais, onde diretores e diretores adjuntos foram substituídos



logo no início do ano, pouco depois da posse do novo prefeito e vereadores.

O município de São Gonçalo, ainda não pôs em prática a utilização da gestão democrática para a escolha de diretores e adjuntos da sua rede de escolas, o que facilita a utilização desses cargos como moeda de troca de favores políticos. A utilização de cargos comissionados para práticas eleitoreiras é conhecida por todos e foi exatamente esse tipo de atitude que foi percebida, utilizando, também, o cargo de direção do polo. Percebemos que essa é uma questão que vai além das possibilidades de organização do Consórcio, ou seja, é um caso política local e que fragiliza as ações educativas.

Um dos principais argumentos para a utilização de eleições para a escolha da gestão das escolas está baseado na ideia que se tem que esse sistema pode fazer diminuir a prática do clientelismo e favorecimento. Segundo estudos de Paro (1996),

parece que as eleições tiveram um importante papel na diminuição ou eliminação, nos sistemas em que foram adotadas, da sistemática influência dos agentes políticos (vereadores, deputados, prefeitos, cabos eleitorais etc.) na nomeação do diretor (p.2).

A esse respeito, foi possível perceber que essa situação de instabilidade da gestão é assunto recorrente em outros polos. Durante o período eleitoral, era possível observar certa tensão, tanto no polo de São Gonçalo, quanto em outros polos, conforme comentários de tutores que tinham conhecimentos em outros municípios. Após o período de eleições municipais presenciamos, em diversas conversas, tutores e funcionários fazendo levantamento dos resultados, a fim de verificar quais diretores se manteriam. Em muitos casos, as previsões se confirmaram. Isso nos fez verificar que o problema vivido em São Gonçalo não é específico da política local, mas se repete em outros municípios, mostrando o ponto fraco do processo de interação e cooperação entre os Entes Federados. O que foi dito por um dos observados, nos fornece uma provável pista do que pode ser realizado a fim de sanar o problema apresentado. Ter um diretor de polo que seja indicado pelo CEDERJ poderia ser a solução do problema de uso do cargo pelos municípios para fins eleitoreiros. Porém, isso suscita outro questionamento: o Governo Estadual não poderia fazer o mesmo uso do cargo? Não temos essa resposta, mas como o risco é eminente, a solução mais viável para se evitar esse

tipo de situação seria a escolha desse diretor através de concurso, assim como é feito com os tutores e os professores. Dessa forma poderia ser selecionado um candidato apto ao cargo e, ao mesmo tempo, evitaria o mal uso do cargo pelos políticos.

Até o fim das observações, o que pôde ser verificado foi um impasse entre as forças municipais e estaduais, resultando na manutenção de duas direções no polo. A anterior, mantida e remunerada pelo CEDERJ, e a recém-nomeada pela Secretaria Municipal de Educação. As duas ficaram exercendo a direção tratando de assuntos diferenciados, pelo menos, assim foi acordado. Nas observações não foi possível verificar a continuidade dessa gestão, para poder perceber os embates entre as duas esferas, já que quando isso aconteceu, o período de observação estava chegando ao fim.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Kátia M. A Educação a Distância no Brasil: a busca da identidade. In: PRETI, O. (Org.). *Educação a Distância: inícios e indícios de um percurso*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1996.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ANDRADE, P. *Ensino à Distância*. Disponível em <<http://student.dei.uc.pt/~pandrade/sf/texto.htm>>. Acessado em 21 de maio de 2012.
- ARETIO GARCIA, Lorenzo. *Educación a Distancia Hoy*. Madrid: UNED, 1994.
- BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BARROS, J. P. C. O princípio da subsidiariedade e o Estado. Disponível em <http://jus.com.br/artigos/9347/o-principio-da-subsidiariedade-e-o-estado> acessado em 10 de junho de 2012
- BARROS, D. M. V. *Educação a Distância e o Universo do Trabalho*. Bauru-SP: EUDSC, 2003.
- BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BOGDAN, R.; TAYLOR, S.J. *Introduction to qualitative research methods*. New York: John Wiley e Sons, 1975.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. **Em Tese**. Florianópolis, 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BORGES, R. M. R.; IMHOFF, A. L e BARCELLOS, G. B. *Educação e Cultura Científica e Tecnológica: centros e museus de ciência no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs: 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). *Emenda constitucional nº 19 de 4 de junho de 1998*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm)>
- \_\_\_\_\_. Constituição (1988). *Emenda constitucional nº 19 de 4 de junho de 1998*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm)>
- \_\_\_\_\_. *Lei 11107/05, de 06 de abril de 2005*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm)>
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº 5.622, de 19 de Dezembro de 2005*. *Diário Oficial da União*,

Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Decreto nº 5.622 de 20 de dezembro de 2005a*. Disponível em <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). *Emenda constitucional nº 53 de 16 de dezembro de 2006*. Disponível em  
 em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm)>

\_\_\_\_\_. *Decreto 6107 de 17 de janeiro de 2007*. Disponível em  
 <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6017.htm)>.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios brasileiros 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CES n. 966/ 2001*. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces966\\_01.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces966_01.pdf)>. Acessado em 20 de julho de 2012.

\_\_\_\_\_. MEC/INEP. Censo da educação superior. INEP, 2001 – 2010.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. *Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final*. Brasília, DF: MEC, 2010b. 164p. Disponível em: <[http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf)>.

COSTA, C. *Educação para inclusão social. Entrevista concedida ao Jornal Educação Pública*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2004. Disponível em <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/jornal/materias/0210.html>>. Acessado em 03 de maio de 2013.

CURY, C. R. J. O regime de colaboração no ordenamento jurídico da educação escolar brasileira. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação Pró-Conselho: caderno de referência/coordenação geral de articulação e fortalecimento institucional dos sistemas de ensino*. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2004.

DIAS, R. A. e LEITE, L. G. *Educação a Distância: da legislação ao pedagógico*. Petrópolis: Vozes, 2010.

FARIAS, Cecília. *EaD Cresce e Problemas Continuam*. Extra Classe. Ano 17, nº 166, ago., 2012. Entrevista concedida a Jacira Cabral da Silveira. Disponível em <[http://www.sinprors.org.br/extraclasse/ago12/imprimir.asp?id\\_conteudo=400](http://www.sinprors.org.br/extraclasse/ago12/imprimir.asp?id_conteudo=400)> acessado em 25 de outubro de 2012

FREIRE, Djenane L. PROBLEMAS E DIFICULDADES ENFRENTADOS PELOS CURSOS NA MODALIDADE EaD: Um Levantamento dos Artigos do Portal

- SciELO. In: *ESUD 2012 – IX Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância Recife/PE*. Pernambuco: UNIREDE, 2012.
- HOLMBERG, BÖRJE. *Distance education: A survey and bibliography*. New York, NY: Nichols Publishing Company, 1977.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Sinopse estatística da Educação Superior – 2005*. Brasília: O Instituto, 2006.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Sinopse estatística da Educação Superior – 2000*. Brasília: O Instituto, 2001.
- KAYE, A. & RUMBLE, G. *Distance Teaching for Higher and Adult Education*. Londres: The Open University, 1981.
- KEEGAN, D. *Foundations of Distance Education*, Londres: Routledge, 1991.
- LEININGER, M.M. *Qualitative research methods in nursing*. Orlando: Grune & Stratton, Inc, 1985.
- LEVI, L. Federalismo. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Traduzido por Carmen C. Varriale et al. 6. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2003. CD-ROM.
- LIMA, Maria Alice Dias da Silva; ALMEIDA, Maria Cecília Puntel; LIMA, Cristiane Cauduro. A utilização da observação participante e da entrevista semiestruturada pesquisa em enfermagem. *Rev. Gaúcha Enferm.*, Porto Alegre, v. 20, n. especial, p. 130-142, 1999.
- LITWIN, E. (org.). *Educação a Distância: Temas para o debate de uma nova agenda educativa*. Fátima Murad (trad.). Porto Alegre: Artmed, 2001.
- LOSADA, Paula Ravanelli. O fortalecimento dos consórcios intermunicipais (Lei Federal 11.107, de 6 de abril de 2005). *Seminário “18 anos de cooperação regional – consórcio intermunicipal Grande ABC”*. São Caetano: 2008.
- MARTINS, H. F. *Fragmentação e Intersetorialidade: em busca de uma agenda da integração*. São Paulo: Fundap, 2003.
- MATIAS-PEREIRA, José. Políticas Públicas de educação no Brasil: a utilização da EaD como instrumento de inclusão social. In: *J. Technol. Manag. Innov.*, Volume 3, Special Issue 1, 2008.
- MENDES, Angelita de A. R. et al. A relação histórica da Educação à distância com a inclusão social e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. In: *Semana Educa – I Encontro de Pós-Graduação em Educação da UNIR*, 2012.
- MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F. & GOMES, R. *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. (26ª ed.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

- MOORE, M. G. Towards a Theory of Independent Learning and teaching. In: *Journal of Higher Education*, 1973
- MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. *Educação a distância: uma visão integrada* – Edição especial ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
- PARO, V. H. Eleição de diretores de escolas públicas: Avanços e limites da prática: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 77, n. 186, p. 376-395, maio/ago., 1996.
- PAULA, M. F. C. Desigualdades e Políticas de Inclusão na Educação Superior no Brasil e na Argentina: limites, possibilidades e desafios. UFF, Revista Iepf, ano VI, n. 18, dezembro de 2012.
- PETERS, O. *A Estrutura Didática da Educação a Distância*. São Paulo: Olho d'Água, 1973.
- PONTE, João Pedro (1994). O estudo de caso na investigação em educação matemática. In: *Quadrante*, Vol.3, nº 1, 3-17.
- PROENÇA, Wander de Lara. O método da observação participante. In: *Rev. Antropos*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 8-31, 2008.
- QUARESMA, Sílvia Jurema. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em Ciências Sociais*. Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, v. 2, n. 1 (3), jan./jul. 2005. Disponível em: <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>> . Acessado em: 10 nov. 2011.
- QUEIROZ, Danielle Teixeira et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. In: *Rev. Enferm. UERJ*. Rio de Janeiro, 15, n. 2, p. 276-283, 2007.
- RIO DE JANEIRO. *Regulamento dos cursos de graduação do Consórcio CEDERJ*. Rio de Janeiro: CEDERJ (s/d)
- \_\_\_\_\_. Decreto 31114/2002 – Estatuto da Fundação CECIERJ. 2002b. Disponível em <[http://www.CEDERJ.edu.br/fundacao/index.php?option=com\\_content&view=article&id=137:estatuto-fundacao-CECIERJ=1:noticias&Itemid=7](http://www.CEDERJ.edu.br/fundacao/index.php?option=com_content&view=article&id=137:estatuto-fundacao-CECIERJ=1:noticias&Itemid=7)>. Acessado em 25 de abril de 2012.
- \_\_\_\_\_. Edital do 2º concurso vestibular para Educação Superior a Distância – CEDERJ. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/vestibularesanteriores/2002\\_01/www.coseac.uff](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/vestibularesanteriores/2002_01/www.coseac.uff)>

[br/CEDERJ/2002/edital.htm](http://br/CEDERJ/2002/edital.htm)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do 3º concurso vestibular para Educação Superior a Distância – CEDERJ. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/vestibularesanteriores/2003\\_01/www.coseac.uff.br/CEDERJ/2003/editalvestibular.htm](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/vestibularesanteriores/2003_01/www.coseac.uff.br/CEDERJ/2003/editalvestibular.htm)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do 4º concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2004.1 – CEDERJ. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do 5º concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2004.2 – CEDERJ. Rio de Janeiro, 2004-a. Disponível em <[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2005.1 – CEDERJ. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2005.s – CEDERJ. Rio de Janeiro, 2005-a. Disponível em <[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2006.1 – CEDERJ. Rio de Janeiro, 2006-a. Disponível em <[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2006.2 – CEDERJ. Rio de Janeiro, 2006-a. Disponível em <[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2007.1 – CEDERJ. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2007.2 – CEDERJ. Rio de Janeiro, 2007-a. Disponível em <[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2008.1 – CEDERJ. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=)

13&Itemid=10>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2008.2  
– CEDERJ. Rio de Janeiro, 2008-a. Disponível em  
<[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2009.1  
– CEDERJ. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em  
<[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2009.2  
– CEDERJ. Rio de Janeiro, 2009-a. Disponível em  
<[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2010.1  
– CEDERJ. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em  
<[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2010.2  
– CEDERJ. Rio de Janeiro, 2010-a. Disponível em  
<[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2011.1  
– CEDERJ. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em  
<[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2011.2  
– CEDERJ. Rio de Janeiro, 2011-a. Disponível em  
<[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2012.1  
– CEDERJ. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em  
<[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital do concurso vestibular para Educação Superior a Distância, 2012.2  
– CEDERJ. Rio de Janeiro, 2012-a. Disponível em  
<[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=10](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=10)>. Acessado em 10 de março de 2012.

SÃO PAULO. Decreto 53536/2008. Decreto n. 53.536 de 9 de outubro de 2008.  
Disponível em  
<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto%20n.53.536>,>



[%20de%2009.10.2008.htm](#)>. Acessado em 27 de fevereiro de 2012.

SAVIANI, D. *Sistema de Educação: subsídios para a Conferência Nacional de Educação*. Texto organizado a pedido da Assessoria do MEC para servir de subsídio às discussões preparatórias da Conferência Nacional de Educação. 2009.

SILVA, Fabiana Santos da. *EaD e Inclusão Social: Desafios e Possibilidades no Cenário Brasileiro*. Disponível em <[www.inf.unioeste.br/epac/anais2011/artigos\\_enined/A5.pdf](http://www.inf.unioeste.br/epac/anais2011/artigos_enined/A5.pdf)>. Acesso em 02/12/2012.

SILVA, M. C. V. CECIGUA e CECIERJ: lembranças de uma fundação. In: *Jornal Educação Pública*. Rio de Janeiro: 2009. Entrevista concedida a Raquel Menezes.

SOUZA, W. Um Projeto Inovador. *Jornal da Ciência*, n. 3047, 2006. Disponível em <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=38704>>. Acessado em 25 de junho de 2012.

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Salvador: Bahia, 2002.

UFF. Edital de Concurso vestibular para Educação Superior a Distância. Niterói: CEDERJ, 2001. Disponível em <[http://vestibular.CEDERJ.edu.br/vestibularesanteriores/2001\\_01/CEDERJ/2001/index.htm](http://vestibular.CEDERJ.edu.br/vestibularesanteriores/2001_01/CEDERJ/2001/index.htm)>. Acessado em 10 de março de 2012.

UNESP. *Resolução Unesp n. 62, de 11 de setembro de 2009*. São Paulo: 2009.

VALLADARES, J. S. O.; NONATO, Emanuel. & SALES, Mary Valda Souza. Consórcio: Estratégia de implementação de políticas públicas em EAD. In: *13 Congresso Internacional de EAD*, Curitiba: 2007.

VIEIRA, Andréa L. C. & VIEIRA, J. J. As Políticas Públicas de acesso ao Ensino Superior: rompendo barreiras ou reproduzindo desigualdades? In: *Anais do XV Endipe – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Convergências e Tensões no campo da formação e do trabalho docente: políticas educacionais*. Belo Horizonte, 2010.

VOGT, C; LOYOLLA, W. & GIOVANNI, G. UNIVESP: Universidade Virtual do Estado de São Paulo. Secretaria de Ensino Superior, São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

VOGT, C; LOYOLLA, W. & GIOVANNI, G. Ante-Projeto de Proposta de Criação da Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo, 2006.

**ANEXOS**

## Anexo I

### MINUTA

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CECIERJ), E O MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_, NA FORMA ABAIXO.**

**AFUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, doravante denominada **FUNDAÇÃO CECIERJ**, inscrita no CNPJ sob o n.º35.854.884/0001-26, com sede nesta cidade à Rua Visconde de Niterói, n.º 1364, Mangueira, RJ, neste ato representado por sua presidente, **Professora MASAKO OYA MASUDA**, brasileira, casada, domiciliada nesta cidade à Rua \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, e o **MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_**, por intermédio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede nesta cidade à Rua \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. \_\_\_\_\_**, domiciliado em \_\_\_\_\_ à Rua \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade n.º \_\_\_\_\_ – \_\_\_\_\_ (órgão),

inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, celebram o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, conforme art. 3º, Dec. Estadual 41528 de 31/10/2008, tendo em vista o processo administrativo n.º E-26/ \_\_\_\_\_ /2009, e as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente Acordo de Cooperação Técnica reger-se-á pela legislação aplicável à matéria, a Lei Estadual n.º 287 de 04 de dezembro de 1979, obedecendo, no que couber a Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a cooperação mútua entre os partícipes visando a manutenção e ampliação do Polo Regional de \_\_\_\_\_, referência física para os alunos do Consórcio CEDERJ, oferecendo infraestrutura de atendimento para facilitar o acesso ao Ensino Superior de graduação, ao ensino pré-universitário e a formação continuada.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

#### **I- Caberá à FUNDAÇÃO CECIERJ:**

- a) Disponibilizar material didático.
- b) Apoiar o planejamento e as ações voltadas para o desenvolvimento e aprimoramento do Polo.
- c) Definir o perfil e a quantidade do quadro permanente de funcionários técnico-administrativos que atuarão no Polo.
- d) Nomear o diretor Adjunto do Polo, que será selecionado pela Presidência e a Vice-Presidência de Educação Superior a distância da Fundação CECIERJ.
- e) Selecionar, mediante seleção pública, o quadro de tutores que atuarão no Polo Regional, em quantidade necessária ao funcionamento dos cursos.

- f) Administrar a formação e o treinamento dos tutores presenciais (equipe no Polo Regional) e os tutores a distância (equipes nas universidades).
- g) Buscar a colaboração da Secretaria Municipal de Educação \_\_\_\_\_ e dos municípios vizinhos, especialmente nos cursos de formação de professores para as séries iniciais, com o objetivo de realização dos estágios supervisionados nas escolas da rede pública de ensino.
- h) Prover, em conjunto com o município, a infraestrutura, os equipamentos e o acervo bibliográfico necessário ao funcionamento do Polo.
- i) Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Acordo.
- j) Aprovar, excepcionalmente, a alteração da programação de execução deste Acordo, mediante proposta do Município, fundamentada em razões concretas que a justifiquem.
- k) Fornecer ao Município as instruções para elaboração do Relatório Anual.

## **II– Caberá ao MUNICÍPIO:**

- a) Participar na gestão e manutenção do Polo Regional.
- b) Administrar e manter as instalações do Polo Regional do CEDERJ, que está localizado na Rua \_\_\_\_\_.
- c) Caso o espaço cedido não atenda as condições indispensáveis para instalação do Polo, o Município compromete-se a disponibilizar um espaço adequado no prazo máximo de 01 (um) ano, sendo responsável pelas adaptações necessárias.
- d) Prover a infraestrutura e mobiliário necessário ao funcionamento do Polo.
- e) Selecionar nomear/lotar/contratar os funcionários técnico-administrativos que atuarão no Polo.
- f) Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste convênio.

**Parágrafo Único** – Os Partícipes poderão firmar Convênios/Termo de Cooperação Técnica junto a órgãos Estaduais, Municipais, Federais e Internacionais para consecução do objeto constante na Cláusula Segunda deste Acordo.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO**

As atividades realizadas na esfera deste Acordo de Cooperação serão executadas pelos componentes organizacionais da Fundação CECIERJ e do Município a serem designados conforme a natureza das ações a se desenvolverem em cada caso, podendo contar com o apoio de outros organismos externos.

**Parágrafo único** - Este instrumento tornar-se-á automaticamente extinto na hipótese de se darem quaisquer circunstâncias impedoras de sua validade previstas em legislação que regule uma ou todas as partes.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO**

A FUNDAÇÃO CECIERJ será responsável pelo presente Acordo de Cooperação.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS**

O presente Acordo não envolve transferência nem dispêndio de recursos financeiros entre os partícipes.

**Parágrafo Único** - As despesas necessárias à consecução do objeto deste Instrumento serão assumidas pelos Partícipes, dentro dos limites de suas respectivas atribuições, sendo cada um responsável integral e exclusivamente pela participação de seus técnicos.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

O presente instrumento vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses a contar da data de sua assinatura.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO**

Este Acordo de Cooperação poderá ser alterado de comum acordo entre os partícipes, durante a sua vigência, mediante Termo Aditivo devidamente justificado, sendo vedada a alteração da natureza do seu objeto.

## **CLÁUSULA NONA – DO PESSOAL**

Em qualquer situação, os profissionais envolvidos na execução dos trabalhos decorrentes deste Termo permanecerão subordinados às entidades as quais estejam vinculados, não se estabelecendo qualquer tipo de relação empregatícia com o Partícipe a que estiverem prestando os serviços.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO E DA RESCISÃO**

Este Acordo de Cooperação poderá, a qualquer tempo, ser denunciado ou rescindido pelos Partícipes, assumindo cada partícipe, os respectivos ônus decorrentes das obrigações acordadas, resguardadas as atividades em andamento, inclusive a conclusão dos cursos pelos alunos regularmente matriculados;

**Parágrafo Único** – O presente instrumento poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

- a-) pelo término do prazo de sua vigência;
- b-) pelo não cumprimento pelas partes de qualquer das cláusulas constantes deste Acordo de Cooperação;
- c-) de denúncia, por qualquer das partes, a qualquer momento, independentemente de justa causa, devendo a Parte interessada em promover a denúncia encaminhar notificação prévia à outra Parte, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, manifestando intenção inequívoca de extinguir o Acordo de Cooperação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DIVULGAÇÃO**

Os Partícipes se obrigam a citar a parceria deste Acordo de Cooperação sempre que necessário à divulgação, por qualquer meio, de projetos, atividades e resultados decorrentes da assinatura do presente instrumento.

**Parágrafo Primeiro** – Os atos, programas, serviços e campanhas que puderem ser divulgados com anuência dos Partícipes, deverão ter caráter estritamente educativo, informativo ou de orientação social, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

**Parágrafo Segundo** – A divulgação de imagens, relatórios e outros documentos, com as respectivas logomarcas, com finalidade de propaganda e marketing, devem ser realizados apenas com o conhecimento e aprovação prévia de cada Partícipe.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO**

Este instrumento será publicado em extrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, até o décimo dia útil após a sua assinatura, devendo a Fundação CECIERJ providenciar a respectiva publicação, que será condição indispensável para sua eficácia.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Os direitos e obrigações decorrentes deste Acordo de Cooperação não poderão ser cedidos por nenhuma das partes sem a autorização prévia por escrito da outra.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, para dirimir as questões decorrentes da execução deste Acordo de Cooperação, bem como de seus respectivos Termos Aditivos que vierem a ser firmados.

E, por estarem assim acordados, assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro,        de                        de 2009.

Pela FUNDAÇÃO CECIERJ

---

MASAKO OYA MASUDA  
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CECIERJ

Pelo MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_

---

NOME  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_

**Testemunhas:**

---

**Nome:****CPF:****Matrícula:**

---

**Nome:****CPF:****Matrícula:**

**Anexo II**

~~VERSO~~  
18/01/2015

# **CONSÓRCIO CEDERJ**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

**QUE ENTRE SI CELEBRAM AS**

**UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DO**

**RIO DE JANEIRO**

**UERJ – UENF – UNIRIO – UFRJ – UFF – UFRRJ**

**E O**

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

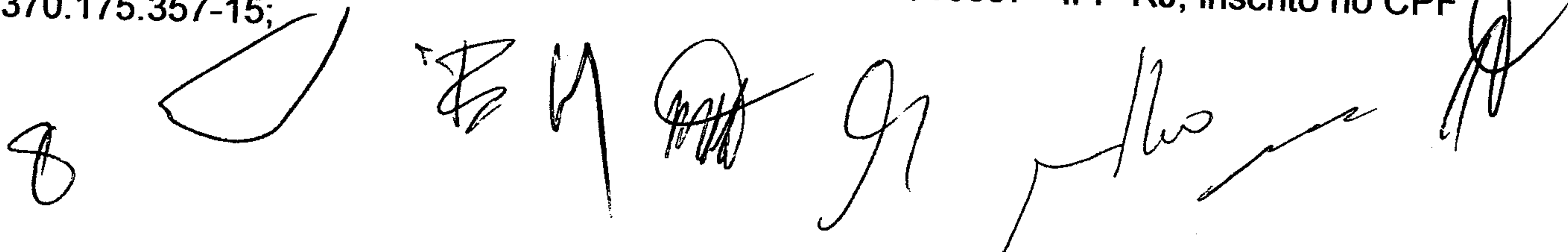
## PODER EXECUTIVO

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal Fluminense e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, entre si celebram o presente acordo de cooperação técnica.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.865.021/0001-26, situada na Rua da Ajuda, nº 05, 10º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, neste ato representada pelo seu Secretário, **Dr Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite**, brasileiro, divorciado, portador da carteira de identidade do CREA-RJ nº 680/D, inscrito no CPF nº 043.349.307-00;

A Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro - Fundação CECIERJ, Fundação Estadual, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, inscrita no CNPJ sob o nº 35.854.884/0001-26, com sede na Rua da Ajuda, nº 05, 16º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, doravante denominada **Fundação CECIERJ**, neste ato representada pela sua Presidente **Masako Oya Masuda**, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº 03141502-9 IFP – RJ, inscrita no CPF nº 032.984.348-68 e matrícula nº 1159-3;

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Fundação Estadual de ensino superior, inscrita no CNPJ sob nº 33540014/0001-57, com sede na Rua São Francisco Xavier, nº 524 – Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, neste ato representada pelo Magnífico Reitor **Prof. Ricardo Vieiralves de Castro**, brasileiro, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº 2510697 - IFP-RJ, inscrito no CPF nº 370.175.357-15;





**A Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF**, Fundação Estadual de ensino superior, inscrita no CNPJ sob nº 04.809.688/0001-06, com sede na Av. Alberto Lamego, nº 2000 – Parque Califórnia – Campos dos Goytacazes – RJ, neste ato representada pelo Magnífico Reitor **Prof. Almy Junior Cordeiro de Carvalho**, brasileiro, residente e domiciliado no município de Campos dos Goytacazes, portador da carteira de identidade nº 755020-SSP - ES, inscrito no CPF nº 879.805.847-91;

**A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO**, Fundação Federal de ensino superior, inscrita no CNPJ sob nº 34023077/0001-07, com sede na Av. Pasteur, nº 296 – Urca, Rio de Janeiro, RJ, neste ato representada por sua Magnífica Reitora **Profa. Malvina Tânia Tuttmann**, brasileira, divorciada, residente e domiciliada no Rio de Janeiro, portadora da carteira de identidade nº 003.346.026-2 DETRAN-RJ, inscrita no CPF nº 151.271.507-78;

**A Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ**, Autarquia Federal de ensino superior, inscrita no CNPJ sob nº 33663683/0001-16, com sede na Av. Pedro Calmon, nº 550, 2º andar - Cidade Universitária – Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, RJ, neste ato representada por seu Magnífico Reitor **Prof. Aloísio Teixeira**, brasileiro, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº 01824084-6 IFP, inscrito no CPF nº 385.691.087-53;

**A Universidade Federal Fluminense – UFF**, Autarquia Federal de ensino superior, inscrita no CNPJ sob nº 28523215/0001-06, com sede na Rua Miguel de Frias, nº 09 – Icaraí – Niterói, Rio de Janeiro, RJ, neste ato representada pelo Magnífico Reitor **Prof. Roberto de Souza Salles**, brasileiro, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº 333833-4 IFP/RJ, inscrito no CPF nº 434.300.237-34;

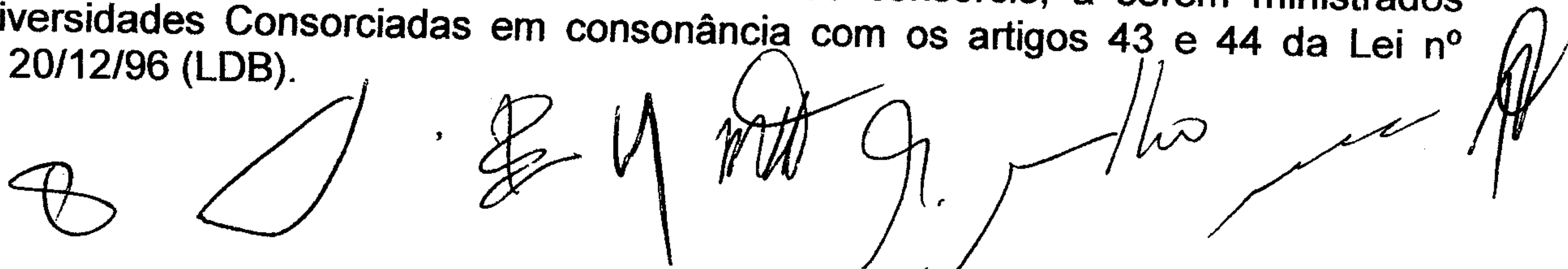
**A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ**, Autarquia Federal de ensino superior, inscrita no CNPJ sob nº 29427465/0001-05, com sede na BR-465, km 7 – Seropédica, RJ, neste ato representada pelo Magnífico Reitor **Prof. Ricardo Motta Miranda**, brasileiro, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº 2510697 IFP/RJ, inscrito no CPF nº 370.175.357-15;

Resolvem celebrar o presente acordo de cooperação técnica que será regido pela Lei nº 8666/93, alterações posteriores e demais normas regulamentares.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

O presente acordo tem por objetivo estabelecer regras e procedimentos de suporte às atividades do Consórcio Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – CEDERJ.

**Parágrafo Primeiro:** O CEDERJ tem como objetivo oferecer cursos de Graduação, Extensão e Pós-Graduação, aprovados no âmbito do consórcio, a serem ministrados pelas Universidades Consorciadas em consonância com os artigos 43 e 44 da Lei nº 9.394, de 20/12/96 (LDB).



**Parágrafo Segundo:** Estes cursos serão oferecidos utilizando metodologias de educação a distância, em que a organização da relação ensino/aprendizagem se dá por meio de materiais didáticos disponibilizados por variados meios interativos de comunicação, de interações no Ambiente Virtual de Aprendizagem coordenadas por professores e da comunicação com docentes, orientadores, tutores ou monitores em polos de apoio presencial, permitindo o estudo em grupo ou individual, no lar, no local de trabalho ou em espaços especificamente reservados para tal fim.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTRUTURA DO CONSÓRCIO**

Fazem parte da estrutura do consórcio CEDERJ o Conselho Superior, as Universidades Consorciadas, a Fundação CECIERJ, o Conselho de Estratégia Acadêmica, a Comissão de Coordenadores de Curso e os Polos Regionais.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORGANIZAÇÃO DE GESTÃO**

O consórcio terá como Órgão Superior Normativo o Conselho Superior do CEDERJ, doravante chamado Conselho Superior, composto pelos seguintes membros: os Reitores das Universidades Consorciadas, um membro indicado pela Academia Brasileira de Ciências, um membro indicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, um membro indicado pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, um membro indicado pela Secretaria de Estado de Educação e o Presidente da Fundação CECIERJ, sendo presidido por este último.

**Parágrafo Primeiro:** Cada membro deverá ter um suplente indicado por suas instituições de origem para representá-lo quando necessário.

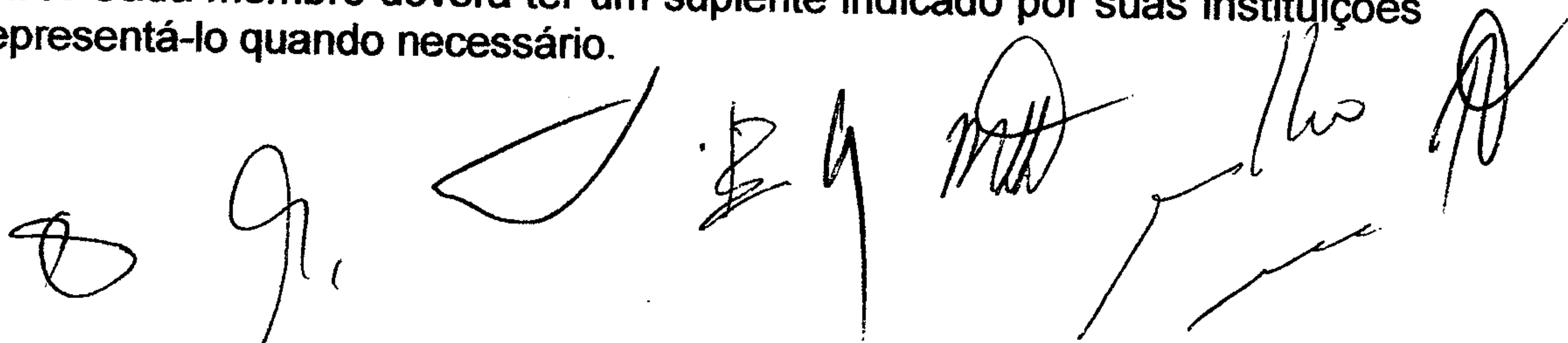
**Parágrafo Segundo:** Cabe ao Conselho Superior definir as diretrizes principais para o planejamento e desenvolvimento das atividades acadêmicas, técnicas, administrativas e de gestão do Consórcio.

**Parágrafo Terceiro:** Cabe à Fundação CECIERJ, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Superior, as ações executivas na organização da estrutura acadêmico administrativa do Consórcio.

## **CLÁUSULA QUARTA - DO CONSELHO DE ESTRATÉGIA ACADÊMICA**

O Consórcio tem como órgão central de acompanhamento das atividades de ensino o Conselho de Estratégia Acadêmica, com funções consultiva e deliberativa, composto por: Pró-Reitores de Graduação, dois representantes dos alunos, um representante dos servidores da Fundação CECIERJ, um representante dos coordenadores de curso de graduação das Universidades Consorciadas, e o Presidente da Fundação CECIERJ, sendo presidido por este último.

**Parágrafo Primeiro:** Cada membro deverá ter um suplente indicado por suas instituições de origem para representá-lo quando necessário.





**Parágrafo Segundo:** Cabe ao Conselho de Estratégia Acadêmica deliberar sobre as questões decorrentes das atividades acadêmicas desenvolvidas no âmbito do consórcio.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA COMISSÃO DE COORDENADORES DE CURSO**

A Comissão de Coordenadores de Curso é composta pelos Coordenadores de Área/Curso a distância oferecidos no âmbito do CEDERJ, um representante dos Diretores de Polos Regionais, o Diretor Acadêmico, o Diretor de Polos, o Diretor de Tutoria, o Chefe da Divisão de Registro Acadêmico e o Vice-Presidente de Educação Superior a Distância da Fundação CECIERJ.

**Parágrafo único:** Cabe à Comissão de Coordenadores de Curso orientar as grandes ações relativas à qualidade de oferta dos cursos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PROVIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Cabe à Fundação CECIERJ conceder bolsas aos docentes e tutores referentes às tarefas realizadas no âmbito dos cursos oferecidos através do CEDERJ, coordenar a montagem e manutenção dos Polos Regionais junto às Prefeituras Municipais, prover os recursos para a produção do material didático e colaborar na estruturação dos centros de coordenação acadêmica dos cursos oferecidos pelas Consorciadas.

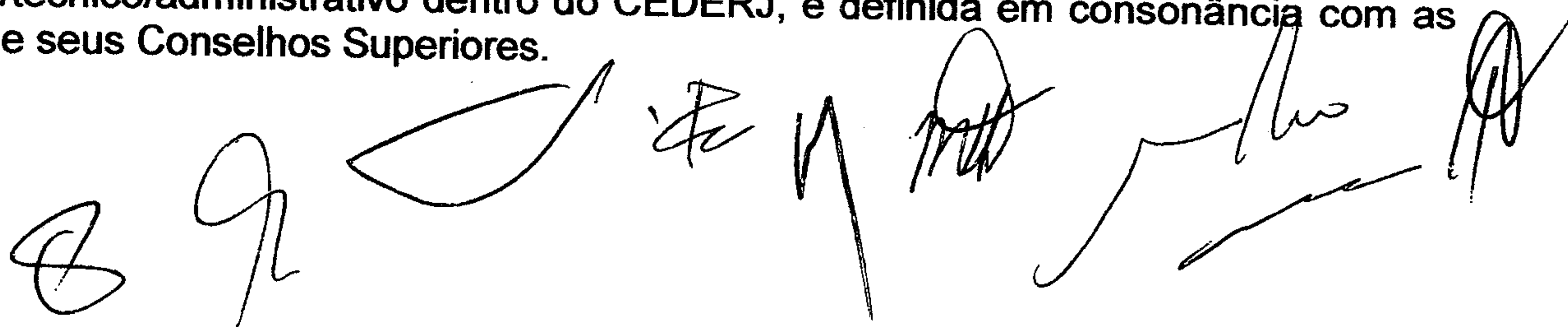
**Parágrafo Primeiro:** As obrigações assumidas pelo Estado do Rio de Janeiro, por si, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECT, representada, neste ato, pela Fundação CECIERJ, implicam dispêndios que decorrem diretamente deste Instrumento. Tais dispêndios são atendidos com empenho de verbas orçamentárias do Governo Estadual ou de programas ou projetos específicos, de acordo com os elementos de despesa apropriados, obedecida a legislação pertinente.

**Parágrafo Segundo:** Cabe à Fundação CECIERJ buscar fontes alternativas de recursos, através da apresentação de projetos previamente aprovados no Conselho Superior junto a Órgãos Estaduais, Federais ou Internacionais que apoiem a estruturação das Coordenações Acadêmicas dos Cursos a Distância, a melhoria dos Laboratórios de Ensino e a execução de uma política de formação e aperfeiçoamento de pessoal que possibilite ao CEDERJ implementar, com qualidade, os objetivos descritos nas cláusulas e condições desse acordo.

**Parágrafo Terceiro:** Cabe ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Fundação CECIERJ, manter os compromissos assumidos decorrentes do presente acordo até a diplomação dos alunos matriculados nos cursos oferecidos no âmbito do CEDERJ.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO NO CONSÓRCIO**

A participação das Universidades Consorciadas, tanto na oferta de Disciplinas ou Cursos em nível de graduação, extensão ou pós-graduação, quanto em atividades de apoio acadêmico/técnico/administrativo dentro do CEDERJ, é definida em consonância com as diretrizes de seus Conselhos Superiores.





**Parágrafo Único:** A participação das Universidades neste consórcio não impede que as mesmas desenvolvam, dentro de sua autonomia acadêmica, outros projetos de educação a distância.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES**

As responsabilidades no ensino de graduação, pós-graduação e extensão do Consórcio CEDERJ estarão distribuídas entre as Universidades Consorciadas e a Fundação CECIERJ respeitadas as diretrizes do seu Conselho de Estratégia Acadêmica e do Conselho Superior.

Cabe à Fundação CECIERJ:

- I. Em conjunto com as Universidades Consorciadas, a responsabilidade pelos seguintes tópicos, de acordo com o estabelecido nas diretrizes do Conselho Superior e nos acordos de implantação dos Polos Regionais:
  - a) produção do material didático em colaboração com os docentes das Universidades Consorciadas;
  - b) administração do ingresso e da vida acadêmica dos alunos;
  - c) administração do tráfego de material didático entre os alunos e os docentes das Universidades Consorciadas;
  - d) administração da remuneração aos docentes envolvidos no projeto nas Universidades Consorciadas sob a forma de bolsa;
  - e) administração do processo de avaliação presencial dos alunos;
  - f) seleção, capacitação e avaliação dos tutores, em estreita colaboração com os Coordenadores de área/curso das Universidades;
  - g) organização de avaliação institucional permanente do CEDERJ.
- II. Estabelecer acordos de cooperação técnica que devem ser aprovados pelo Conselho Superior da Fundação CECIERJ, ouvido o Conselho Superior do Consórcio CEDERJ e o Conselho de Estratégia Acadêmica, com vistas ao desenvolvimento e manutenção das atividades de educação superior a distância no âmbito do CEDERJ.

Cabe às Universidades Consorciadas:

- I. A elaboração do projeto pedagógico dos cursos;
- II. A elaboração dos conteúdos para o material didático e o acompanhamento de sua produção;
- III. A preparação e correção das provas;
- IV. O acompanhamento das equipes das disciplinas nas Universidades Consorciadas;
- V. O acompanhamento do processo de ensino/aprendizagem dos alunos através de orientação acadêmica individualizada;
- VI. O acompanhamento junto à Fundação CECIERJ do processo de ingresso aos cursos;
- VII. Participar da seleção e fazer a capacitação e apoio pedagógico dos tutores e monitores sob a coordenação dos docentes;
- VIII. Fornecer os diplomas de Graduação e Pós-Graduação e Certificados de Extensão;
- IX. Participar da avaliação institucional em colaboração com a Fundação CECIERJ.

Cabe à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia:

Acompanhar o cumprimento dos objetivos delineados no presente acordo.

### **CLÁUSULA NONA – DOS DIPLOMAS E CERTIFICADOS**

Os diplomas dos cursos oferecidos no âmbito do Consórcio serão expedidos pelas Universidades às quais os alunos estão vinculados e deverão fazer referência ao Consórcio CEDERJ.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DO MATERIAL PRODUZIDO NO CEDERJ**

Todo material produzido pelo Consórcio CEDERJ poderá ser utilizado parcial ou integralmente nos cursos presenciais e a distância gratuitos das Universidades Consorciadas. Cabe à Fundação CECIERJ ceder a fonte de todo material em mídia eletrônica para as Universidades Consorciadas, quando solicitado. O Consórcio CEDERJ poderá fornecer este material para utilização no ensino de outras Instituições Públicas de Ensino Superior, brasileiras e gratuitas, obedecidas às condições e diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Estratégia Acadêmica e aprovadas pelo Conselho Superior.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO**

O presente Instrumento terá vigência de 05 (cinco) anos contados a partir da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, conforme disposto na legislação federal; tal publicação se dará também no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro dentro de 20 (vinte) dias após a sua assinatura, às expensas da Fundação CECIERJ.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS**

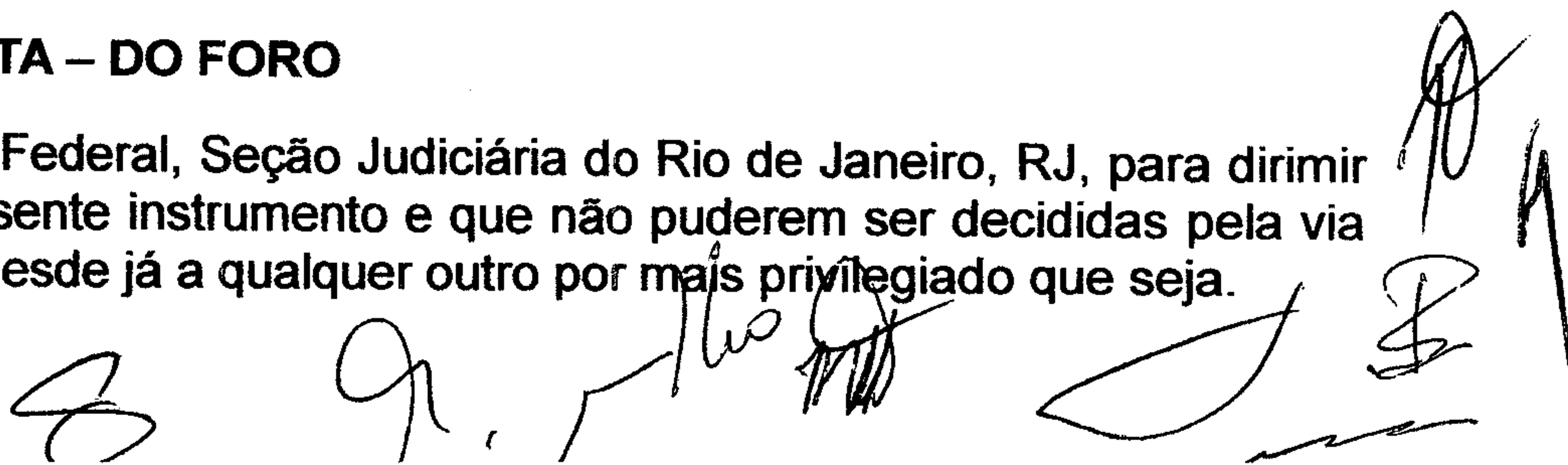
Os casos omissos não previstos neste Instrumento serão objeto de consulta à(s) Universidade(s) Consorciada(s), ficando a decisão a cargo das partes envolvidas, conforme o disposto na Legislação aplicável.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES**

O presente Instrumento poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objetivo, por meio de Termos Aditivos, bem como rescindido em comum acordo entre as partes, ou a qualquer tempo por inadimplência total ou parcial de quaisquer das obrigações ou condições pactuadas, mediante notificação por escrito à parte inadimplente, com antecedência de 60 (sessenta) dias e respeitados os cursos em andamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, RJ, para dirimir as questões surgidas do presente instrumento e que não puderem ser decididas pela via administrativa, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.





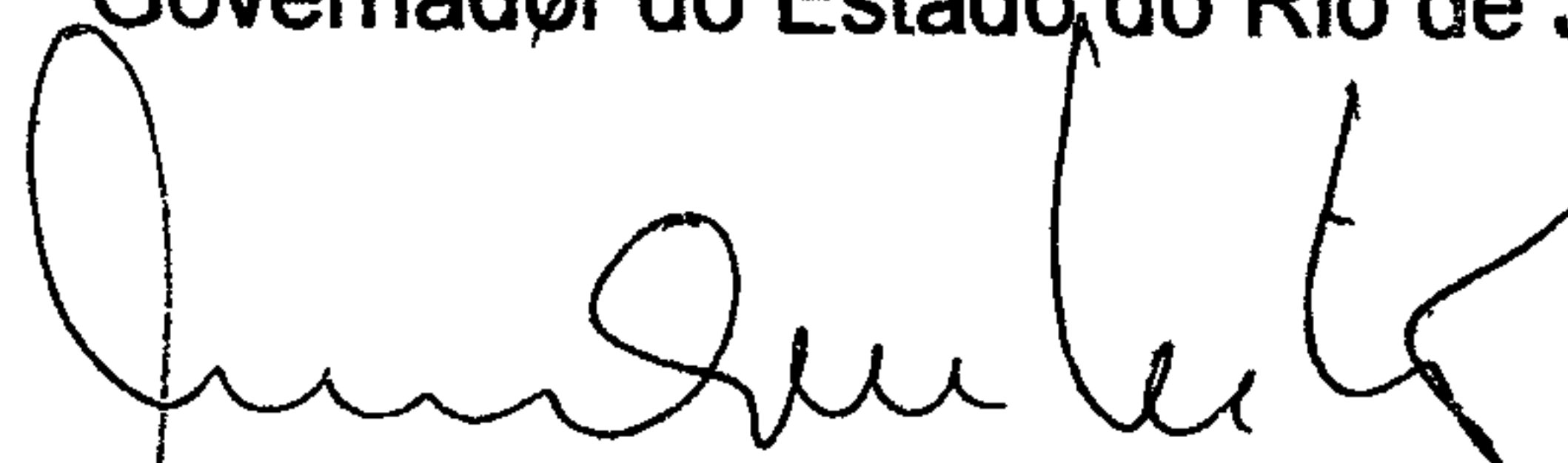
E por estarem assim justos e pactuados, assinam o presente instrumento em 10 (dez) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas que também o subscrevem para todos os efeitos legais.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2010



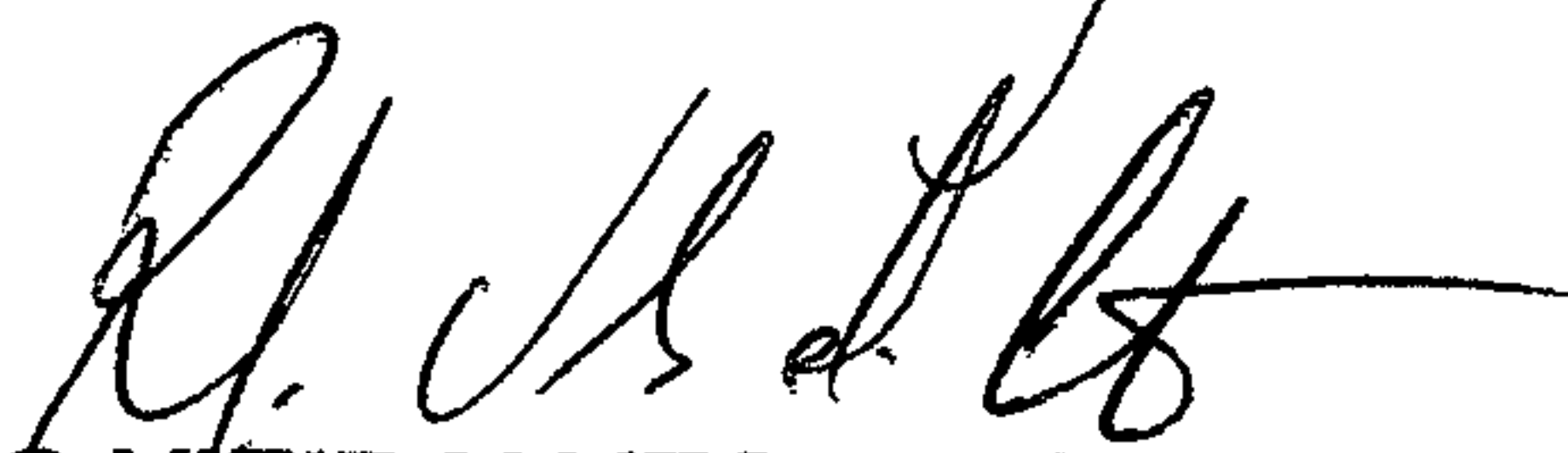
**SÉRGIO CABRAL**

Governador do Estado do Rio de Janeiro



**LUIZ EDMUNDO HORTA BARBOSA DA COSTA LEITE**

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia



**RICARDO VEIVALVES DE CASTRO**

Reitor da UERJ



**ALMY JUNIOR CORDEIRO DE CARVALHO**

Reitor da UENF



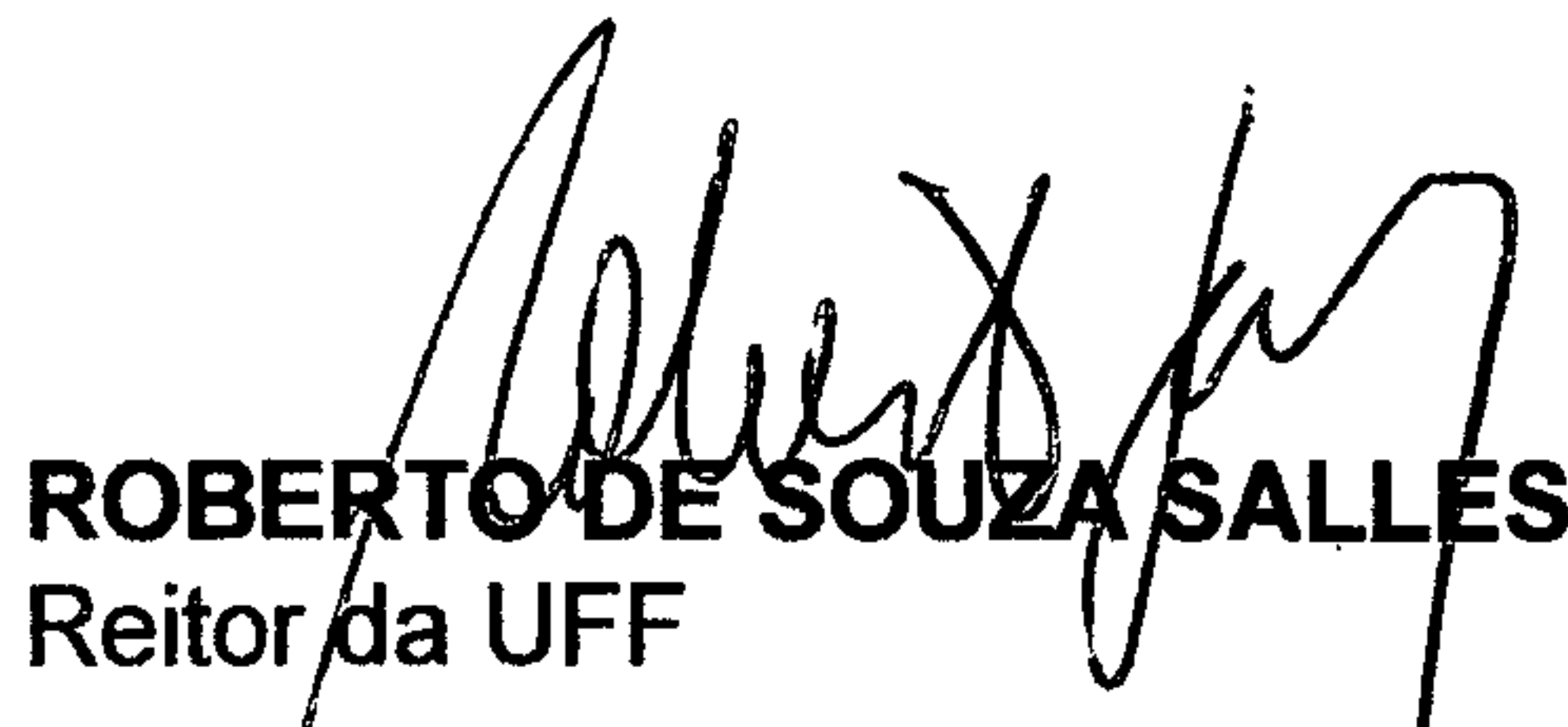
**MALVINA TÂNIA TUTTMAN**

Reitor da UNIRIO



**ALOISIO TEIXEIRA**

Reitor da UFRJ



**ROBERTO DE SOUZA SALLES**

Reitor da UFF



**RICARDO MOTTA MIRANDA**


Reitor da UFRRJ




**MASAKO OYA MASUDA**

Presidente da Fundação CECIERJ

TESTEMUNHAS:



**M. Luciana de Assis Faustino Teixeira**  
Fundação CECIERJ  
Matric. n° 1326-8



**Maria da Graça Ventura Pereira**  
Fundação CECIERJ  
Matric. n° 1382-1



- 05-Fabíola dos Santos Silva
06-Levi Ferreira Filho
07-Lucimero do Nascimento Figueiredo
08-Luz Alberto Cândido de Oliveira
09-Norma Lucia de Andrade Pegoraro
10-Pedro Henrique de Souza Venturas
11-Renato Oliveira de Souza
12-Tarcísio dos Santos Coutinho
TURMA: 3004 / 1º SEMESTRE - ANO: 2009
01-Ana Carla de Souza Silva
02-Ana Carolina Marques dos Santos
03-Alessandro Vargas Ferreira
04-Cleidmar Inácio Ferreira de Oliveira
05-Carlos Clayton da Paixão Silva
06-Debora Silva de Oliveira Gonzaga
07-Greicielle Catrinck Esteves
08-Glúcia Maria de Oliveira
09-Jaqueline Mascarenhas Machado
10-Josemar de Oliveira Custodio
11-Jessica Barreto de Oliveira
12-Keleen Cristina Santos de Souza
13-Mônica Machado Lira Pereira
14-Nilceia Vieira Carreiro Madeira
15-Rosana da Silva Varejão
16-Regiane Rocha Grave
17-Silvana de Jesus Amorim Costa
18-Sergio Marcos dos Santos
19-Solange da Costa Barbosa Resende

O DIRETOR DO CIEP BRIZOLÃO 210 - MARIO ALVES DE SOUZA VIEIRA, Coordenadora Regional da Região Metropolitana VII, Município de Belford Roxo, nos termos das Resoluções SEE nº 2349, de 11.12.2000 e nº 2355, de 18.01.2001, torna pública a relação nominal de alunos que concluíram o Ensino Médio, neste estabelecimento de ensino, em regime de dependência no ano letivo de 2009.

- TURMA DE ORIGEM 3001 - ANO: 2004
01-Edevaldo Felipe Pinto da Silva
02-Luiz Tiago Souza Silva
TURMA DE ORIGEM: 3002 - ANO: 2004
01-Sângia Menezes da Silva
TURMA DE ORIGEM: 3003 - ANO: 2004
01-Adriana Fraga Baptista
02-Edilson Mendes dos Santos
03-Raquel Joaquim da Silva
TURMA DE ORIGEM: 3002 - ANO: 2005
01-Alexsandro Macedo Frazan
02-Claudia do Nascimento dos Santos
03-Deivison da Silva Batista
04-Marcelo dos Santos Barboza
TURMA DE ORIGEM: 3002 - ANO: 2007
01-Carlos Eduardo Veiga de Lima
02-Eduardo Pereira da Silva
03-Felipe Gomes Lima
MODALIDADE: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
TURMA DE ORIGEM: 3001 / 1º SEMESTRE - ANO: 2005
01-Catia Cristiane Ferreira Moreira
02-Jacara Batista de Souza
03-Marta de Paula
TURMA DE ORIGEM: 3001 / 2º SEMESTRE - ANO: 2005
01-Aline Franco Macedo
TURMA DE ORIGEM: 3001 / 1º SEMESTRE - ANO: 2006
01-Aluisio Pinheiro Sales de Lima Junior
02-Elaine da Silva Roza
03-Tiago Silva de Lima
TURMA DE ORIGEM: 3002 / 1º SEMESTRE - ANO: 2006
01-Domingas Pio dos Santos Ney
02-Cristiane Manoelina da Silva
TURMA DE ORIGEM: 3002 / 1º SEMESTRE - ANO: 2007
01-Manoel Joaquim Alves Filho
TURMA DE ORIGEM: 3003 / 1º SEMESTRE - ANO: 2007
01-Anderson Alves de Souza
02-Gabriel Gonçalves Dantas
03-Cintia Conceição da Silva
TURMA DE ORIGEM: 3004 / 1º SEMESTRE - ANO: 2007
01-Quésia Pereira Gonçalves
TURMA DE ORIGEM: 3001 / 2º SEMESTRE - ANO: 2007
01-Creuzia da Silva Bezeril
02-Ane Paula Souza de Araújo
03-Quésia Canuto Malota de Miranda
TURMA DE ORIGEM: 3004 / 2º SEMESTRE / ANO: 2007
01-Drieli da Silva Oliveira

COLÉGIO ESTADUAL VISCONDE DE ITABORAÍ EDITAIS

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL VISCONDE DE ITABORAÍ, Coordenadora Regional da Região Metropolitana IX, Município de Itaboraí, nos termos das Resoluções SEE nº 2349, de 11.12.2000 e nº 2355, de 18.01.2001, torna pública a relação nominal de alunos que concluíram o Ensino Médio, neste estabelecimento de ensino.

- TURMA: 3001 - ANO: 2007
01-Aline Vieira da Silva
02-Andrea Ferreira da Cunha
03-Anelise Oliveira Reis
04-Antônia Alayce Gomes Lima
05-Ariana da Silva Campos
06-Beatriz Machado Barcelos
07-Carmila Santana da Silva
08-Carlos Bruno Ribeiro da Costa
09-Daiana Trintim de Jesus
10-Elém dos Santos
11-Gabriele Conceição da Costa
12-Iana Irani da Silva Martins
13-Incidês Gama da Silva
14-Joicilene Santos Neves do Nascimento
15-Joyce Kelly Rosa de Souza
16-Juliana Gonçalves Sobrinho
17-Leticia Rocha Pereira
18-Livia Rodrigues Scotelaro
19-Luan Ferreira Pavide
20-Luiz Fernando Leite da Costa
21-Matheus Oliveira Pimentel
22-Pedro Henrique Silva Gomes
23-Renata de Souza Morais da Silva
24-Sabrina da Silva Barbosa
25-Suzani da Silva Ferreira
26-Tatiane Keli Campos dos Santos
27-Thaiane Barros Teixeira Gonçalves
28-Thamyres Marques de Oliveira
29-Thiago Abel Afonso da Silva
TURMA: 3004 - ANO: 2007
01-Antonio Adriano Soares
02-Bianca da Souza Leal
03-Carolina da Silva
04-Fabiano Barboza Silva
05-Fabrizio da Conceição Paulo
06-Jhonathan Franco de Abreu
07-João Cláudio Pacheco da Motta
08-Juliana Bernardo Antunes
09-Lorena Dantas Mendes
10-Monique de Souza Ferreira
11-Tatiane de Oliveira Pessanha
12-Thainar Silverio da Silva
TURMA: 3005 - ANO: 2007
01-Miriam de Souza Abel
TURMA: 3008 - ANO: 2007
01-Adriana Mateus dos Santos
TURMA: 3008 - ANO: 2008
01-Thiago Teixeira da Silva

CURSO: NORMAL
TURMA: CN 4003 - ANO: 2007
01-Cristiane Campos Adão
TURMA: CN 4001 - ANO: 2008
01-Pâmela Greca da Costa da Silva

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL VISCONDE DE ITABORAÍ, Coordenadora Regional da Região Metropolitana IX, Município de Itaboraí, nos termos das Resoluções SEE nº 2349, de 11.12.2000 e nº 2355, de 18.01.2001, torna pública o nome do aluno que concluiu o Ensino Médio, neste estabelecimento de ensino, em regime de dependência no ano letivo de 2007.

TURMA DE ORIGEM: 3002 - ANO: 2006
01-Priscilla Neves Soares
O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL VISCONDE DE ITABORAÍ, Coordenadora Regional da Região Metropolitana IX, Município de Itaboraí, nos termos das Resoluções SEE nº 2349, de 11.12.2000 e nº 2355, de 18.01.2001, torna pública o nome do aluno que concluiu o Ensino Médio, neste estabelecimento de ensino, em regime de dependência no ano letivo de 2009.

TURMA DE ORIGEM: 3001 - ANO: 2008
01-Carmia Mônica Farfán

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 20.04.2006
PÁGINA 45 - 1ª COLUNA
EDITAL

CURSO: ENSINO MÉDIO
TURMA DE ORIGEM: 1308 - ANO: 2002
Onde se lê: 01-Ademir Manoel Alves da Oliveira
Leia-se: 01-Ademir Manoel Alves da Oliveira

Id: 966332

Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo 02 ao contrato nº 04/2009. PARTES: UERJ e firma DIMOPEL COMERCIAL LTDA. OBJETO: Fica prorrogado, por mais 03 (três) meses, o prazo do serviço, contados de 28/05/2010 a 27/08/2010. O valor total do contrato passa a ser de R\$ 14.095,00 (quatorze mil e oitenta e cinco reais). DATA DA ASSINATURA: 27/05/2010. FUNDAMENTO DO ATO: Processo nº 0258/CEPUE/RJ/2009.

Id: 966348. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE HUMANIDADES FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL EDITAL

O DIRETOR DA FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL torna público o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para 01 (uma) vaga de Professor Adjunto, do Departamento de Relações Públicas, Área de Teoria de Opinião Pública e Pesquisa de Opinião e Mercado, com carga horária de 40 (quarenta) h/s, cujo provimento ocorrerá nos termos dispostos na Resolução UERJ nº 03/91, Ato Executivo nº 45/REITORIA/93 e da Lei nº 5.343/2008. Proc. nº 10484/2009.

Table with 5 columns: Class, Nome do Candidato, Aval. 1, Aval. 2, Aval. 3, Média Final. Row 1: 1º Ricardo Benevides, 8,0, 8,0, 8,0, 8,0

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS EDITAL

O DIRETOR DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES torna público o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para 01 (uma) vaga de Professor Adjunto, do Departamento de Matemática, Área de Matemática Aplicada, com carga horária de 40 (quarenta) h/s, cujo provimento ocorrerá nos termos dispostos na Resolução UERJ nº 03/91, Ato Executivo nº 45/REITORIA/93 e da Lei nº 5.343/2008. Proc. nº 11929/2009.

Table with 5 columns: Class, Nome do Candidato, Aval. 1, Aval. 2, Aval. 3, Média Final. Row 1: 1º Marcelo Câmara da Souza, 6,96, 7,12, 6,96, 7,01

Id: 966032. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE BIOMÉDICO FACULDADE DE ENFERMAGEM EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR ADJUNTO, DO DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS, ÁREA ENFERMAGEM, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO UERJ nº 03/91, DO ATO EXECUTIVO Nº 45/REITORIA/93 E DA LEI Nº 5.343/2008.

A DIRETORA DA FACULDADE DE ENFERMAGEM torna público aos interessados que no período de 10/06/2010 a 24/06/2010, encontram-se abertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimentos de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) h/s, na Área de Enfermagem, em substituição à vaga decorrente de falecimento/aposentadoria de Ildiko Marcella Maria Magdolina Gisella Thord, matrícula nº 32425-1, publicado no DOERJ de 18/12/2008.

O horário de atendimento para as inscrições será das 10:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira, no 7º andar, sala 715 do Boulevard - Rua Vinte e Oito de Setembro nº 157, Edifício Paulo de Carvalho, Vila Isabel, Rio de Janeiro - R. J. - tel. (21) 2587-6335, onde o candidato receberá cópia do Edital Completo e demais informações. Proc. nº 3763/2010.

Id: 966633. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSO PÚBLICO AVISO

A COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSO PÚBLICO para o cargo/perfície de atuação de Técnico Universitário Superior - Médico, Pediatra, Medicina Intensiva, divulga a pontuação da Prova de Títulos. Os candidatos têm prazo para interpor recursos até o dia 09/04/2010, de acordo com o que foi estipulado no item 9.1 do Regulamento do Concurso. Processo nº 4185/2009.

Table with 3 columns: Nome, Inscrição, Total. Lists candidates like Ana Tereza Antunes Monteiro de Souza, Duque, Andrea Akemi Salo Haussmam, etc.

Table with 3 columns: Nome, Inscrição, Total. Lists candidates like Fabiano Oliveira Cabral, Fabio Chaves Cardoso, Fernanda de Carvalho Lima, etc.

Id: 966442. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Acordo de Cooperação Técnica. PARTES: Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT, a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro - CECIERJ, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, a Universidade Federal Fluminense - UFF e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

OBJETO: Estabelecer regras e procedimentos de suporte às atividades do Consórcio Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro - CEDERJ. FUNDAMENTO: Art. 116 da Lei Federal nº 666/93. PROCESSO Nº E-26/80.533/2010. DATA DA ASSINATURA: 27/05/2010. VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a contar da data da publicação do Extrato no Diário Oficial da União, de acordo com a Cláusula Décima Primeira do referido Acordo de Cooperação Técnica.

Id: 966205. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO AVISOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2010 - MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Prestação de serviço de Transporte de Provas do Vestibular CECIERJ 2010/2. PROCESSO Nº E-26/80.763/2010. DATA: 15/06/2010, às 11:00 horas (hora de Brasília-DF). LOCAL: www.licitacoes-e.com.br - Nº da Licitação: 309252. VALOR ESTIMADO: R\$ 47.264,33 (quarenta e sete mil duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2010 - MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Prestação de Serviço de impressão dos cadernos de provas do Vestibular do Consórcio CEDERJ 2010/2. PROCESSO Nº E-26/60764/2010. DATA: 15/06/2010, às 14:00 horas (hora de Brasília-DF). LOCAL: www.licitacoes-e.com.br - Nº da Licitação: 309256. VALOR ESTIMADO: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

Os editais e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.licitacoes-e.com.br e www.cederj.edu.br/cederj, podendo, alternativamente, ser obtida uma via mediante a permissão de 01 CD-R com capa e uma resma de papel A-4, apresentação do carimbo do CNPJ, o número de telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), na Rua da Ajuda, nº 05 (16º andar) Centro/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário de 10:00 às 16:00 horas, até 24 horas antes da data marcada para a realização do certame.

Id: 966433. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 029/2010. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-26/30.105/2010. PARTES: Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e BRUMAR MOREIRA SERVIÇOS MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada devidamente regularizada, para prestar junto a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro-FAETEC, serviços de manutenção nas dependências do CVT ITABORAÍ conforme as especificações técnicas constantes do projeto Básico, Memorial Descritivo, planilha orçamentária e demais anexos, partes integrantes do edital de Carta Convite 008/2010. VALOR: R\$118.319,34 (cento e dezesseis mil trezentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos). PRAZO: 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento do memorando de início dos trabalhos que será expedido em até 07 (sete) dias úteis a contar da assinatura do contrato. DATA DA ASSINATURA: 05.04.2010. FUNDAMENTO: edital de Carta Convite nº 008/2010, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 287/79 e Decretos nºs 3.149/80 e 21.08/94. \*Omitido no D.O. de 08.04.2010.

Id: 966224. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA EDITAL

PROCESSO SELETIVO DE CANDIDATOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NA FORMA DE ORGANIZAÇÃO: SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO, CONCOMITÂNCIA EXTERNA COM O ENSINO MÉDIO, ESPECIALIZAÇÃO DE NÍVEL TÉCNICO E VESTIBULAR PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC torna público o presente edital, contendo normas, rotinas e procedimentos relativos ao processo seletivo de candidatos para ingresso nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, subsequente ao ensino médio, educação profissional técnica de nível médio em concomitância externa com o ensino médio, especialização de nível técnico em enfermagem do trabalho e vestibular para educação superior (IST e ISE), para o segundo semestre do ano de 2010, na forma abaixo: Processo nº E-26/32.021/2010.

Handwritten vertical text: E-26/60333/10





Unidade: Faculdade de Odontologia
Departamento: Odontologia Conservadora
Área: Materiais Dentários
Candidatos(as) habilitados(as) e médias: 1º. lugar: Fabrício Mezzomo Collares - 8,94; 2º. lugar: Flávia Gonçalves - 7,88 e 3º. lugar: Ricardo Danil Giraldo - 7,56.

De decisão acima caberá recurso ao Plenário do CEPE, devendo o mesmo ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data posterior à circulação do Diário Oficial da União em cuja edição esteja publicado este edital.

O prazo de validade do resultado do presente concurso será de 01 (um) ano, prorrogável por igual período no interesse da administração, a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial da União.

MAURÍCIO VIEGAS DA SILVA

EDITAL RF Nº 23, DE 18 DE JUNHO DE 2010
HOMOLOGAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

O PRO-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, torna públicas a homologação do resultado e a classificação dos candidatos habilitados no Concurso Público de Títulos e Provas para Provimento de Cargo na Classe de Professor Assistente, conforme consta no processo nº. 23078.007793/09-65, Edital de Abertura nº. 02, de 17 de fevereiro de 2010, publicado no D.O.U. do dia 18 de fevereiro de 2010, Seção 3, página(s) 20 e 21.

Unidade: Faculdade de Arquitetura
Departamento: Urbanismo
Área: Urbanismo, Subárea: Planos e Projetos Urbanísticos e Sistemas de Informação Geográfica
Candidatos(as) habilitados(as) e médias: 1º. lugar: Júlio Celso Borello Vargas - 8,55; 2º. lugar: Clárcia Muraschin - 8,36; 3º. lugar: Niara Clara Palma - 8,11; 4º. lugar: Caroline Kuhn - 7,58 e 5º. lugar: Ana Paula Polidori Zechinski - 7,32.

De decisão acima caberá recurso ao Plenário do CEPE, devendo o mesmo ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data posterior à circulação do Diário Oficial da União em cuja edição esteja publicado este edital.

O prazo de validade do resultado do presente concurso será de 01 (um) ano, prorrogável por igual período no interesse da administração, a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial da União.

MAURÍCIO VIEGAS DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Proc. 23079.023265/2005-08
Espécie: Acordo de Cooperação Técnica entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior e Distância do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Federal Fluminense e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Objeto: O presente acordo tem por objetivo estabelecer regras e procedimentos de suporte às atividades do Consórcio Centro de Educação Superior e Distância do Estado do Rio de Janeiro-CEDERJ. Prazo de vigência: 5 anos, a partir da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.
Data de assinatura: 27 de Maio de 2010.
Assinaram o Convênio: Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT, Sr. Luiz Edmundo Hora Barbosa da Costa Leite, pela CECIERJ, Sr. Masako Oya Masuda, pela UERJ, Prof. Ricardo Vieira Alves de Castro, pela UENF, Prof. Almy Junior Cordeiro de Carvalho, pela UNIRIO, Profa. Malvina Tânia Tutman, pela UFRJ, Prof. Aloísio Teixeira, pela UFF, Prof. Roberto de Souza Sallés, pela UFRRJ, Prof. Ricardo Motta Miranda.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 682/2010

Nº Processo: 006106/2009-66 . Objeto: Contrato de comodato do equipamento eco-check active monitor. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93 . Justificativa: Contratação em caráter emergencial. Declaração de Dispensa em 17/06/2010. JOFFRE AMIM JUNIOR, Vice diretor. Ratificação em 17/06/2010. SYLVIA DA SILVEIRA DE MELLO VARGAS, Vice reitor. Valor: R\$ 23.520,00. Contratada: QUALIDADE MATERIAL HOSPITALAR LTD - EPP. Valor: R\$ 23.520,00

(SIDEI - 18/06/2010) 153155-15236-2010NE900011

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 154/2010

Nº Processo: 23079018352201003 . Objeto: Aquisição tipo reações químicas para diagnóstico HIV 1 e 2 e outros. Total de Itens Licitados: 00003 . Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Justificativa: Pena de descontinuidade no tratamento dos nossos pacientes pois acarretaria prejuizo as suas vidas. Declaração

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00632010062100085

de Dispensa em 14/06/2010. CLEIDE GUEDES DOS SANTOS, Chefe de Serviço de Licitação e Contrato . Ratificação em 15/06/2010. CELESTE CARVALHO SIQUEIRA ELIA, Diretora Adjunta do HUCFF. Valor: R\$ 2.680,00. Contratada: FDA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS CIENTIFICOS LTD. Valor: R\$ 2.680,00

(SIDEI - 18/06/2010) 153152-15236-2010NE900533

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 158/2010

Nº Processo: 23079048614200901 . Objeto: Contrato de Centrifuga de Bancadas e outros. Total de Itens Licitados: 00003 . Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Justificativa: Pena de descontinuidade no tratamento dos nossos pacientes pois acarretaria prejuizo as suas vidas. Declaração de Dispensa em 16/06/2010. CLEIDE GUEDES DOS SANTOS, Chefe de Serviço de Licitação e Contrato. Ratificação em 17/06/2010. CELESTE CARVALHO SIQUEIRA ELIA, Diretora Adjunta do HUCFF. Valor: R\$ 10.176,00. Contratada: BRASTEC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS LTDA. ME. Valor: R\$ 10.176,00

(SIDEI - 18/06/2010) 153152-15236-2010NE900533

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 173/2010

Nº Processo: 23079018066000184 . Objeto: Aquisição de Bio Elisa Neurociat. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Justificativa: Pena de descontinuidade no tratamento dos nossos pacientes pois acarretaria prejuizo as suas vidas. Declaração de Dispensa em 16/06/2010. CLEIDE GUEDES DOS SANTOS, Chefe de Serviço de Licitação e Contrato . Ratificação em 17/06/2010 . CELESTE CARVALHO SIQUEIRA ELIA, Diretora Adjunta do HUCFF. Valor: R\$ 450,00. Contratada: RNA LABORATORIOS LTDA - ME . Valor: R\$ 450,00

(SIDEI - 18/06/2010) 153152-15236-2010NE900533

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2010

Nº Processo: 23079020396201011 . Objeto: Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva do Angiográfico. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93. Justificativa: Conforme declaração de exclusividade a nível nacional expedida pelo SICOMED anexada ao processo. Declaração de Inexigibilidade em 16/06/2010. CLEIDE GUEDES DOS SANTOS, Chefe de Serviço de Licitação e Contrato. Ratificação em 17/06/2010. CELESTE CARVALHO SIQUEIRA ELIA, Diretora Adjunta do HUCFF. Valor: R\$ 168.838,92. Contratada: SIEMENS LTDA. Valor: R\$ 168.838,92

(SIDEI - 18/06/2010) 153152-15236-2010NE900533

INSTITUTO DE PSIQUIATRIA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 137/2010

Nº Processo: 24901/10-24 . Objeto: Aquisição de medicamentos que não foram contemplados no Pregão 8/09 Total de Itens Licitados: 00004. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Justificativa: Medicamentos não contemplados no Pregão 8/09 Declaração de Dispensa em 18/06/2010. MARCIO AMARAL, Diretor do IPUB. Ratificação em 18/06/2010. MARCIO AMARAL, Diretor substituto do IPUB. Valor: R\$ 36.968,00. Contratada: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA. Valor: R\$ 36.968,00

(SIDEI - 18/06/2010) 153115-15236-2010NE000011

INSTITUTO DE PUERICULTURA E PEDIATRIA
MARTAGÃO GESTEIRA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 209/2010

Nº Processo: 23079026984201022 . Objeto: Aquisição por meio de dispensa de licitação de gêneros de alimentação para atender a solicitação do setor de nutrição produção Total de Itens Licitados: 00021 . Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93 . Justificativa: Para não comprometer valores superiores a parcela 1/12 quantidades solicitadas para 30 dias Declaração de Dispensa em 09/06/2010 . JOSÉ DA SILVA RODRIGUES . Chefe da seção de Aquisições. Ratificação em 09/06/2010 . MARCELO GERARDIN POIROT LAND, Diretor do IPPMG/UFRJ. Valor: R\$ 12.508,61. Contratada: DEIVIANE COMERCIO LTDA. Valor: R\$ 12.508,61

(SIDEI - 18/06/2010) 153150-15236-2010NE900036

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 211/2010

Nº Processo: 23079027916201008 . Objeto: Aquisição por meio de dispensa de licitação de gêneros de alimentação para atender a solicitação do setor de nutrição produção Total de Itens Licitados: 00021. Fundamento Legal: 24 inciso XII da lei 8666/93. Justificativa: Aquisição de gêneros de alimentação Declaração de Dispensa em 09/06/2010. JOSÉ DA SILVA RODRIGUES . Chefe da seção de Aquisições. Ratificação em 09/06/2010 . MARCELO GERARDIN POIROT LAND, Diretor do IPPMG/UFRJ. Valor: R\$ 16.221,74. Contratada: DEIVIANE COMERCIO LTDA. Valor: R\$ 16.221,74

(SIDEI - 18/06/2010) 153150-15236-2010NE900036

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 215/2010

Nº Processo: 23079027930201039 . Objeto: Aquisição por meio de dispensa de licitação de serviço de hemodiálise para atender a solicitação do setor de CTI Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93 . Justificativa: Aquisição emergencial Declaração de Dispensa em 07/06/2010. JOSÉ DA SILVA RODRIGUES . Chefe da seção de Aquisições . Ratificação em 07/06/2010. MARCELO GERARDIN POIROT LAND, Diretor do IPPMG/UFRJ. Valor: R\$ 9.100,00. Contratada: CLINICA RENAL SERVICOS MEDICOS LTDA. Valor: R\$ 9.100,00

(SIDEI - 18/06/2010) 153150-15236-2010NE900036

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 216/2010

Nº Processo: 23079027912201057 . Objeto: Aquisição emergencial de material hospitalar para atender a solicitação do setor de armazenamento Total de Itens Licitados: 00036. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Justificativa: Aquisição emergencial Declaração de Dispensa em 09/06/2010 . JOSÉ DA SILVA RODRIGUES, Chefe da seção de Aquisições . Ratificação em 09/06/2010. MARCELO GERARDIN POIROT LAND, Diretor do IPPMG/UFRJ . Valor: R\$ 16.589,68 . Contratada: MEDIFLEX COMERCIAL CIRURGICA LTDA . Valor: R\$ 16.589,68

(SIDEI - 18/06/2010) 153150-15236-2010NE900036

PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2010

Nº Processo: 23079012848201046. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 08329433000105. Contratado: GIBBOR BRASIL PUBLICIDADE E -PROPAGANDA LTDA - EPP. Objeto: Contratação, através de certame licitatório, da empresa GIBBOR BRASIL - Publicidade e Propaganda Ltda - EPP, especializada em serviço de publicação de anúncio (editais e outros), nos cadernos classificados, em dias úteis, em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro. Fundamento Legal: Artigo 8º do Decreto 3.591/01 Vigência: 29/04/2010 a 28/03/2011. Valor Total: R\$91.200,00. Fonte: 112000000 - 2010NE900016. Data de Assinatura: 29/04/2010.

(SICON - 18/06/2010) 153115-15236-2010NE900051

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2010

Nº Processo: 23085000799/10-00. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO-MINEIRO. CNPJ Contratado: 05926424000198. Contratado: CAISENG SERVICOS LTDA -Objeto: Contratação de empresa concessionária para a prestação de Serviço de Limpeza, Conservação, Higienização e Jardinagem nas dependências da UFTM. Fundamento Legal: Lei n.º 8.666/93. Vigência: 09/06/2010 a 08/06/2011. Valor Total: R\$675.997,96. Fonte: 112000000 - 2010NE900352. Data de Assinatura: 09/06/2010.

(SICON - 18/06/2010) 153035-15242-2010NE900022

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2010

Número do Contrato: 1/2010. Nº Processo: 23085001376/09-10. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO-MINEIRO. CNPJ Contratado: 02403649000189. Contratado: APIC - ARQUITETURA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Prorrogação do prazo de entrega dos projetos por mais 30 (trinta) dias devido às exigências da Anvisa e Corpo de Bombeiros/MG. Prazo inicia-se a partir de 02/06/10. Fundamento Legal: Lei n.º 8.666/93. Data de Assinatura: 01/06/2010.

(SICON - 18/06/2010) 153035-15242-2010NE900022

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 27/2010

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Materiais de Consumo (Divisória Naval, Porta Divisória e Petiscaria Translúcida). Total de Itens Licitados: 00003. Edital: 21/06/2010 de 08h00 às 11h00 e de 13h às 16h30. ENDEREÇO: Av. Frei Paulino, 30 Abadia - UBERABA - MG. Entrega das Propostas: a partir de 21/06/2010 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 01/07/2010 às 08h30 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O presente Edital está disponível no site www.comprasnet.gov.br e somente serão aceitas as especificações constantes no anexo I do mesmo.

ALUISIO DE OLIVEIRA ALMEIDA
Pregoeiro

(SIDEI - 18/06/2010) 153035-15242-2010NE900022